

envelhecimento

ativo

das ações
à política

Organizadoras

Simone Martins

Andréia Queiroz Ribeiro

E61 Envelhecimento ativo : das ações à política [recurso eletrônico] /
orgs. Simone Martins e Andréia Queiroz Ribeiro. — Viçosa :
IPPDS, 2018.
Dados eletrônicos (pdf).
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-93276-04-0

1. Envelhecimento - Aspectos sociais. 2. Idosos - Programas
de ação afirmativa. I. Martins, Simone. II. Ribeiro, Andréia
Queiroz. III. Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento
Sustentável (IPPDS). IV. Título.

CDD 305.26

Agradecimentos

Fundação Arthur Bernardes

Edifício Sede, s/n - Campus Universitário
Viçosa - MG, 36570-000
Tel.: (31) 3899-7300

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Ed. Arthur Bernardes, s/n, 1o andar, sl. 116, Campus Universitário
Viçosa-MG - CEP: 36570-900
Tel.: (31) 3899-2147

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Ed. Arthur Bernardes, s/n, 2oº andar, sl. 215, Campus Universitário
Viçosa-MG - CEP: 36570-900
Tel.: (31) 3899-2156 - Fax: (31) 3899-2155

Equipe técnica

Andrea Bergallo Snizek
Andréia Queiroz Ribeiro
Bruno de Jesus Lopes
Bruno Vasconcelos de Almeida
Camila Oliveira
Carmen Pineda Nebot
Emerson de Paula Silva
Evilázio Viana dos Santos
Felipe Alves dos Reis Scaldaferrri
Fernanda Bernardino Moreira
Fernanda Cristina da Silva
Ivan Beck Ckagnazaroff
Joan Subirats Humet
Luciene Fátima Fernandes Almeida
Luís Goulart Mendes
Miguel Araújo Carneiro Junior
Nilton Bahlis dos Santos

Quim Brugué Torruella
Ramon Canal Oliveras
Ricardo Duarte G. da Silva
Roberto Wakim da Silva Almeida
Sílvia Maria Magalhães Costa
Simone Martins

Organizadoras

Simone Martins
Andreia Queiroz Ribeiro

Revisão

João Batista Mota
Ana Maria de G. Almeida

Design e diagramação

Tayná Gonçalves



Sumário

Apresentação 7

Simone Martins
Andréia Queiroz Ribeiro

Prefácio 8

Ramon Canal Oliveras

Parte I - Espaço pré-político: a comunidade do beco

Capítulo I

A Vida na Velhice 15

Silvia Maria Magalhães Costa
Nilton Bahlis dos Santos

Capítulo II

A alimentação como estratégia para formação e fortalecimento de vínculos entre idosos 24

Luciene Fátima Fernandes Almeida
Andréia Queiroz Ribeiro

Capítulo III

Efeitos da prática de atividades físicas sobre a qualidade de vida de idosos participantes do Programa de Extensão Interdisciplinar: estratégias e ações locais com vistas a contribuir para envelhecimento ativo 33

Miguel Araújo Carneiro Junior
Felipe Alves dos Reis Scaldaferrri
Roberto Wakim da Silva Almeida

Capítulo IV

Reinventar a Vida: modos de existência e acontecimento em uma Comunidade de Idosos em Ponte Nova-MG 48

Bruno Vasconcelos de Almeida
Luís Goulart Mendes

Capítulo V

Comunidade como Espaço Pré-Político: estudo de caso de uma comunidade urbana em Ponte Nova - MG 60

Ricardo Duarte Gomes da Silva
Simone Martins

Capítulo VI

Sabores e Saberes: a Literatura e a Possibilidade do Reencontro na Ação Cultural “Chá, Café e Poesia” 75

Emerson de Paula Silva

Capítulo VII

A Dança como Oportunidade de Reintegração82

Andrea Bergallo Snizek
Camila Oliveira

Parte II - Governança democrática

Capítulo VIII

Governança democrática: uma perspectiva a partir da cidade.....87

Quim Brugué
Ivan Beck Ckagnazaroff

Capítulo IX

Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMDI) de Ponte Nova: reflexões sobre a sua atuação no Período de 2003 a 201498

Bruno de Jesus Lopes
Fernanda Bernardino Moreira
Simone Martins
Fernanda Cristina da Silva

Capítulo X

Diagnóstico Participativo no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Ponte Nova - MG 110

Evilázio Viana dos Santos
Simone Martins
Carmen Pineda Nebot
Fernanda Bernardino Moreira

Posfácio

Una nueva época, una nueva concepción del envejecimiento.
Ciudadanos a lo largo de la vida128

Joan Subirats

Notas Biográficas131

Índice de tabelas

Tabela 1.1: Motivos relatados por idosos para frequentarem o centro de convivência

Tabela 3.1: Domínios do questionário WHOQOL- old

Tabela 3.2: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL-old

Tabela 3.3: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL-old

Tabela 3.4: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL- bref

Tabela 3.5: Dados da primeira e segunda coletas para qualidade de vida global

Tabela 9.1: Síntese das reuniões do CMDI (2003-2014)

Tabela 10.1: Expectativas de resultado em termos formais e comportamentais para espaços deliberativos

Tabela 10.2: Funcionamento do Conselho dos Direitos dos Idosos PNMG

Tabela 10.3: Participantes do Conselho de Direitos dos Idosos - Ponte Nova

Tabela 10.4: Efeitos Educativos para o CMDI-PN

Tabela 10.5: Efeitos Políticos para o CMDI-PN

Tabela 10.6: Efeitos deliberativos para o CMDI-PN

Tabela 10.7: Expectativas de Efeitos Normativos para o CMDI-PN

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea, concebida e desenvolvida pelos membros do Grupo de Trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP). A ideia de escrever este livro partiu do desejo do grupo de compartilhar, com a comunidade acadêmica e com a população, a experiência da implantação do “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais para Contribuir para o Envelhecimento Ativo” na cidade de Ponte Nova em Minas Gerais. Nosso principal estímulo para a apresentação dos relatos dos participantes foi seu envolvimento e evolução no projeto.

O Grupo (GEGOP) é voltado para o desenvolvimento de discussões acerca dos espaços deliberativos, em termos de funcionamento, avanços e desafios, e dos arranjos de governança, as formas instituídas e sua abertura à cidadania e à incorporação das decisões oriundas desses processos. Para o desenvolvimento das atividades, contamos com o apoio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e de um grupo de pesquisadores de diferentes instituições dos oito países membros, todos atualmente desenvolvendo trabalhos em torno da mesma temática e em perspectivas comparadas.

Nesse cenário, criou-se o “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo” na cidade de Ponte Nova, em Minas Gerais, idealizado pelas professoras Simone Martins e Fernanda Cristina da Silva, do Departamento de Administração e Contabilidade, com o apoio da professora Andreia Queiroz Ribeiro, do Departamento de Nutrição e Saúde, e de diversos profissionais vinculados a Universidade Federal de Viçosa e outras instituições de ensino (PUC Minas e UFMG), do Centro Internacional de Longevidade Brasil – ILC-Brasil, da Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, da Prefeitura Municipal de Ponte Nova – PMPN, do Institut de Gobierno y Políticas Públicas - IGOP - Barcelona.

Os resultados positivos do projeto impulsionaram uma série de novas ações, dentre elas a decisão do Prefeito Municipal de Ponte de Nova, em 2017, de tornar a cidade mais amiga do idoso, com os objetivos de promover o envelhecimento ativo e melhorar a qualidade de vida da população idosa da cidade, como ocorreu na Comunidade do Beco.

Este livro está dividido em duas partes, totalizando onze capítulos. Na primeira parte, denominada Espaço Pré-Político, apresentamos análises das atividades realizadas pelos profissionais envolvidos no projeto e uma caracterização da “Comunidade do Beco”, feita a partir de impressões e relatos dos próprios moradores entrevistados. Na segunda parte - Governança Democrática - expomos observações que fizemos do espaço político em que vivem os participantes do projeto.

Esperamos, com estes textos, contribuir para o trabalho de profissionais que também se preocupam com a população idosa de nosso país.

Simone Martins
Andréia Queiroz Ribeiro

Prefácio

Ramon Canal Oliveras

Según los últimos datos del informe de población de las Naciones Unidas (*World Population Prospects, 2017 Revision*), se estima que ya hay unos mil millones de personas de 60 años o más en el mundo, un 13 por ciento de la población mundial (igual que en Brasil), y creciendo a un ritmo del 3 por ciento anual. En Europa ya son más del 25% de la población, pero dentro de 30 años esto será así en casi todo el mundo, incluida América Latina. El grupo de personas mayores de 80 años crecerá todavía más rápido, hasta el punto que hacia el año 2050 habrá triplicado sus números actuales. Esto no debería extrañarnos: según Naciones Unidas, hace tan solo 25 años, entre 1990 y 1995, en Brasil la esperanza de vida media era de poco más de 66 años y ahora supera los 75 años. Y se espera que siga creciendo a lo largo del siglo XXI.

La tasa de envejecimiento puede ser bastante más elevada en determinadas zonas urbanas y rurales. Por ejemplo en aquellas regiones que en su momento lograron un alto nivel de desarrollo -y con ello vidas más largas y una rápida transición demográfica-, pero posteriormente se estancaron, víctimas de cambios económicos estructurales, y vieron como sus jóvenes emprendían el camino de la emigración. Pero la expulsión de personas jóvenes también se da en algunas ciudades ricas, cuando los precios de la vivienda resultan excesivamente caros. En todo caso, el resultado es una sociedad con una media de edad cada vez más elevada, donde las personas mayores ya no son una anécdota, sino uno de los grupos sociales más numerosos. Ya no es posible seguir mirando hacia otro lado, como si nada ocurriera, como si el extraordinario alargamiento de la vida pudiera ser asumido con leves retoques de las partidas del presupuesto. Como si pudiéramos seguir permitiéndonos la muerte económica y social de las personas mayores.

Es necesario abordar el envejecimiento, y hacerlo de una forma valiente, positiva y expansiva. Si tenemos la oportunidad de vivir muchos más años, luchemos contra los estereotipos edadistas y hagamos lo necesario para que esos años se llenen de auténtica vida. Este es el propósito del libro que tenemos entre manos, cargado de ambición y de innovación. No es fácil ni habitual identificar proyectos de intervención social que tengan un carácter auténticamente transformador. Felizmente, es el caso del proyecto de extensión interdisciplinar de Envejecimiento Activo propuesto y aplicado por la Universidad Federal de Viçosa. Incluso podríamos decir, sin ánimo de provocar, que tiene algo de subversivo.

Es subversivo porque cuestiona seriamente el modelo de intervención social basado en medidas paliativas y la energía del voluntariado. Ante un problema social, el activismo es ciertamente mejor que nada. Pero no ofrece un horizonte de progreso, ni un auténtico compromiso por parte de la sociedad y del Estado. El título de esta obra no deja lugar a dudas: de las acciones a la política. El objetivo final es llegar a crear una auténtica política pública de envejecimiento activo, con un corpus teórico asumido por los actores políticos relevantes, con un apoyo normativo de alto nivel y con una dotación de recursos adecuada y bien estructurada.

¿Pero realmente necesita Brasil, necesita el mundo políticas de envejecimiento activo? Si nos tomamos en serio los derechos humanos, sí. Evidentemente. Pues hablamos, ni más ni menos de garantizar el derecho de las personas a tener una vida digna, con ciudadanía plena, más allá de la edad que convencionalmente se ha venido a considerar como “útil”. El problema de los mayores, que encontramos en muchos países, no se produce por una negación activa. Los mayores son casi siempre, oficialmente, personas dignas del mayor de los respetos. El problema se genera más bien por omisión: dejamos a las personas mayores en un rincón, descalificadas como actores sociales y sin preguntarles si necesitan o si desean algo. No es sólo un atentado contra los derechos humanos; es un atentado contra la vida: negar la vida dónde ésta todavía bulle, todavía sueña, todavía ofrece.

El proyecto también es subversivo porque, en vez de situar su proyecto piloto en una ciudad grande y emblemática, opta por una comunidad de la pequeña ciudad de Ponte Nova, situada en la Zona de Mata, en el estado de Minas Gerais. Tiene mucho sentido haber optado por Ponte Nova, pues los estados territoriales se estructuran a partir de ciudades esta, que con su comercio, sus servicios y sus nodos de transporte sostienen el imprescindible flujo (de personas, ideas y materiales) entre el mundo rural y el mundo urbano. En estas regiones “olvidadas”, que sufren cuando quedan al margen de los beneficios de la globalización, la presencia de una universidad comprometida con su territorio es fundamental. Podría decirse que, liderando el proyecto de envejecimiento activo y testándolo en Ponte Nova, la Universidade Federal de Viçosa ha cumplido con su “cuarta misión”, la de contribuir al desarrollo económico y social del territorio donde se ubica. Es una especie de justicia poética que un proyecto modélico de cooperación universidad-territorio haya logrado situar la Zona da Mata en la mapa nacional como pionera de una nueva política pública. Hace bien poco Ponte Nova consiguió acreditarse como primer municipio amigo de las personas mayores de todo Brasil.

Finalmente, el proyecto es subversivo porque pone en contacto, de una forma muy eficaz y a la vez muy tierna, dos mundos que se supone que son antagónicos y que no tienen nada que decirse. Por un lado, el mundo de la universidad, bien dotado de recursos materiales e inmateriales, siempre envuelto en un aura de juventud, de proyectos y de trayectorias brillantes. Por otro, el mundo de los barrios envejecidos de las periferias urbanas y rurales, un mundo relegado, incluso olvidado, habitado por personas que ya no deberían esperar nada de la vida. Estas imágenes, aunque distorsionadas e incluso falsas, construyen barreras imaginarias que dificultan las relaciones.

El libro presenta la experiencia con todos sus matices, reflejando tanto su dimensión social (1ª parte) como su dimensión política (2ª parte). El capítulo “A Vida na Velhice”, firmado por **Silvia Costa** y **Nilton Santos**, tiene la virtud de situar las principales magnitudes del “Projeto de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e ações locais com vistas a contribuir para o envelhecimento ativo”, que se desarrolló entre 2015 y 2016 en la comunidad del Beco de Ponte Nova. Nos presenta su razón de ser, su contexto territorial, sus objetivos y sus resultados. Tras toda gran idea hay una pequeña historia. En este caso, la de un pequeño grupo de docentes universitarios con sensibilidad para percibir las necesidades de su entorno social, y con capacidad de construir una sofisticada red de saberes teóricos y prácticos. Todos los saberes necesarios para poner en marcha un proyecto verdaderamente

interdisciplinar. ¿Qué es lo que observan? Que las comunidades también tienen su ciclo de vida. Empiezan con familias jóvenes que tienen hijos, que maduran, que ven como los hijos se van y los padres se quedan; cada vez más solos. Es una pauta que se da en todo el país, y cuando las comunidades no están preparadas para adaptarse al cambio, las personas sufren. En la vejez, la salud pasa por mantener –o reinventar!– la actividad y la convivencia

El segundo capítulo, propuesto por **Luciene Fernandes** y **Andréia Queiroz Ribeiro**, nos hablan de la alimentación. En el marco del proceso de envejecimiento. Una buena alimentación es esencial para el sostenimiento de la vida, pero en las sociedades humanas esto va mucho más allá de la satisfacción de una necesidad biológica. Normalmente comemos juntos, en pareja, en familia o en comunidad, porque es un espacio privilegiado para establecer, mantener y reforzar vínculos entre las personas. Cuando envejecemos, corremos el riesgo de perder nuestra red de relaciones. Los hijos se van de casa, y los cambios de la vida nos pueden apartar de algunas amistades. Al reducir su círculo social, las personas mayores tienden a dar menos importancia a la preparación de buenas comidas, con lo que acaban alimentándose peor. Es necesario romper el círculo vicioso de empobrecimiento relacional y empobrecimiento nutricional, y para ello no hay nada mejor que recuperar las comidas en comunidad, con invitaciones frecuentes y recíprocas entre amigos y entre vecinos. Es lo que las autoras pusieron en práctica en la comunidad del Beco, con resultados muy satisfactorios.

Siguiendo la línea de cuidar el cuerpo como medio de proteger y acrecentar la vida, **Felipe Alves dos Reis Scaldaferrri**, **Roberto Wakim da Silva Almeida** y **Miguel Araujo Carneiro-Júnior** nos hablan de las bondades del ejercicio físico en la vejez. El punto de partida es una interesante reflexión sobre el concepto de calidad de vida. Los objetivos y las expectativas que tenemos respecto al bienestar personal pueden variar notablemente, pues están muy condicionadas por nuestro sistema cultural y de valores. Pero parece cada vez más probado que la calidad de vida se fundamenta en una mezcla compleja e interdependiente de bienestar físico, mental, social y ambiental. El envejecimiento de la población ha promovido la realización de cada vez más estudios sobre cómo afecta el estilo de vida al bienestar en la vejez. En este caso, los autores aprovecharon el proyecto para poner a prueba las relaciones entre el bienestar físico y la percepción de la calidad de vida. Para ello propusieron a 20 mujeres de la comunidad del Beco, con una media de edad de 66 años, la realización de un programa de ejercicio físico durante seis meses. Utilizando el cuestionario WHOQOL con las participantes antes y después del tratamiento los investigadores pudieron constatar una muy significativa mejora de la percepción de la calidad de vida entre las participantes.

El siguiente capítulo, firmado por **Emerson de Paula Silva**, tiene un título muy poético: “Sabores e Saberes: A Literatura e a Possibilidade do Reencontro na Ação Cultural “Chá, Café e Poesia”. Nos habla de las tribulaciones de un ayuntamiento, siempre escaso de recursos, para promover el conocimiento y la estima por la cultura entre la ciudadanía. Si quieren llegar a los usuarios potenciales de un servicio, y sobre todo a los que más se puedan beneficiar de él, los técnicos municipales deben trabajar de forma proactiva y creativa. La biblioteca pública es un lugar privilegiado para el encuentro entre personas de todo tipo; también personas de generaciones muy distantes. Allí la relación puede darse

de forma natural, sin forzar la situación. Se trata de personas que se reúnen con motivo de la afición -o más bien de la pasión- por la lectura, en todas sus facetas. Y de todos los géneros literarios, es quizá la poesía, por su intensa emotividad, el más capacitado para traspasar los límites del prejuicio. De ahí la apuesta del departamento de cultura de Ponte Nova por la poesía -acompañada de té o café- como medio para conseguir nuevos públicos y fidelizarlos. La extensión temporal de la acción “Chá, Café e Poesia” a la comunidad del Beco ha permitido constatar su atractivo para un público formado por personas mayores.

Siguiendo esta línea de fuerte emotividad, **Bruno Vasconcellos de Almeida** y **Luís Goulart Mendes** proponen en su capítulo “Reinventar a vida” una profunda reflexión antropológica sobre los modos de vida de las personas mayores de la comunidad del Beco. Partiendo de un marco teórico basado en tres categorías básicas de subjetividad (el espacio, el tiempo y el ritmo), un equipo de investigación de PUC Minas se sumergió en el Beco a través de la observación participante de las prácticas comunitarias. El espacio es pequeño y frágil: 19 casas de un barrio situado al lado de un río, que persisten como una isla en medio de profundas transformaciones del entorno urbano. En cuanto al tiempo, hay que tener en cuenta que los habitantes de El Beco son personas mayores, que durante décadas han compartido todo tipo de experiencias. Todo ello ha cristalizado en una comunidad singular, con un ritmo propio, que preserva en su riqueza cultural la memoria de lo vivido y muestra una gran resiliencia para superar calamidades como las frecuentes inundaciones. Los autores se muestran entusiasmados ante la “simpatía, humildad, sencillez, solidaridad, compromiso, desprendimiento y alegría de los habitantes del Beco”, que convirtió el encuentro entre universidad y comunidad en una experiencia revitalizante y de aprendizaje mutuo. En este caso quedó ampliamente demostrada la capacidad de las personas mayores de reinventar la vida y gozar de ella.

En su trabajo “Comunidade como Espaço Pré-Político”, **Ricardo Duarte Gomes da Silva** y **Simone Martins** se proponen estudiar cómo funciona la comunidad del Beco a la hora de afrontar y resolver problemas colectivos. Una comunidad vecinal como la del Beco no se estructura con la lógica de un Estado, pero tampoco con la lógica del mercado, pues la cooperación y la reciprocidad no se regulan mediante precios y contratos. Las relaciones son más horizontales y más cargadas de afecto, porque a lo largo de los años se dan muchas ocasiones para poner en práctica la solidaridad y reforzar la comunidad, desde el cuidado de vecinos enfermos a las fiestas de todo tipo. A partir de grupos de discusión y exploración etnográfica, Gomes da Silva y Martins llegan a identificar una pauta informal pero bien establecida de comunicación que permite a la comunidad narrar sus problemas y encontrar respuestas cooperativas a los mismos. Éstas pueden basarse en una acción de la propia comunidad o en la formulación de una demanda al poder político competente. Entre los temas más recurrentes se identifican la basura, el estacionamiento de vehículos, el espacio público, la contaminación acústica, la precariedad de los servicios sanitarios o las temidas inundaciones. Los temas se discuten con calma, y las decisiones toman su tiempo. Pero a diferencia de los espacios de participación institucionalizados, en la comunidad del Beco la participación en los debates colectivos se produce casi siempre de manera espontánea y voluntaria. En el Beco se vive y se lucha de forma conjunta.

El capítulo de **Andrea Bergallo Snizek** y **Camila Oliveira** nos habla de otra disciplina artística, la danza. Hay pocas cosas capaces de conectar tan intensamente las dimensiones

corporal y espiritual de la vida. De ahí su elevado potencial para generar bienestar. En la introducción teórica las autoras clarifican el tema, enfatizando la capacidad de la danza para mejorar la autopercepción de la persona, a través de la posición y el movimiento corporal, así como para incrementar las relaciones sociales, pues normalmente se danza en espacios públicos y en compañía de otras personas. Pero el propósito más importante del texto es relatar la experiencia de poner en práctica una acción de danza en la comunidad del Beco. En este punto, como en otras acciones clave del proyecto, fue decisiva la participación de estudiantes de la UFV altamente motivados por el tema y dirigidos por una de las coautoras. Se propusieron danzas tradicionales, como el forró, que resultaron una novedad para los estudiantes y permitieron a las personas mayores evocar y compartir recuerdos de su juventud, a la vez que reforzar los vínculos comunitarios.

La segunda parte empieza en un tono muy distinto, pues lo que **Ivan Beck** y **Quim Brugué** nos proponen es una reflexión teórica sobre la gobernanza democrática aplicada a las ciudades. La gobernanza democrática crea oportunidades de fortalecimiento de la ciudadanía cuando abre espacios de deliberación pública, cuando crea medios para perfeccionamiento del planeamiento público, cuando aproxima el poder público a los diversos sectores de la sociedad, cuando fortalece la transparencia y la rendición de cuentas. La democracia nació en las ciudades, y éstas ofrecen el mejor de los escenarios para su materialización: personas diversas que conviven en fuerte proximidad y comparten una esfera pública. Las personas mayores son parte consustancial de este cambio de paradigma, actores y a la vez beneficiarias. Lograr la extensión del envejecimiento activo al conjunto de las personas mayores pasa por estimular su participación en las políticas públicas, tanto en su diseño como en su implementación.

En el siguiente capítulo, **Simone Martins**, **Bruno de Jesus Lopes** y **Fernanda Cristina da Silva** bajan a la arena de lo específico para reflexionar sobre el funcionamiento, en el período 2003-2014, del Consejo Municipal de los Derechos de las Personas Mayores de Ponte Nova. A diferencia de otros consejos, como los de salud, los dedicados a las personas mayores no son obligatorios en Brasil. Aun así, numerosos municipios lo han creado, con la idea de garantizar la participación de las personas mayores en el diseño de las políticas y los servicios destinados para ellas. Las autoras nos ofrecen el análisis de un total de 84 reuniones del Consejo. Hablamos de una media de siete reuniones por año y nunca inferior a seis, lo cual dibuja una pauta de funcionamiento relativamente intensa y regular. En cuanto al número de participantes, se situó en torno a las ocho personas por sesión, lo cual parece bastante pobre, teniendo en cuenta las dimensiones de la ciudad. Finalmente, en lo que se refiere a los temas abordados, se constata que la agenda está bastante dominada por cuestiones referidas a los servicios locales de asistencia a las personas mayores y a las actividades organizadas por y para las personas mayores. En cambio, los temas de mayor dimensión política, como los derechos o la legislación, quedan más bien en un segundo plano. Puede decirse que el Consejo funciona adecuadamente para supervisar la gestión de lo actual, pero no para pensar y proponer las políticas del futuro.

En la última de las contribuciones **Evilázio Viana**, **Simone Martins**, **Carmen Pineda** y **Fernanda Bernardino Moreira** actualizan y profundizan el análisis anterior, aplicando un sofisticado marco teórico y un intensivo trabajo de campo a través de grupos focales.

Los resultados son algo decepcionantes. El Consejo Municipal de los Derechos de las Personas Mayores de Ponte Nova es paritario entre miembros institucionales y sociales, pero puede decirse que sea igualitario en cuanto a capacidades y poder. De hecho, es el gobierno municipal quién preside y dirige la agenda del Consejo. Por otra parte, a pesar de contar con apoyo normativo y una buena infraestructura, el Consejo es todavía un órgano poco conocido, desvinculado de otros movimientos sociales, y prácticamente marginal en la toma de decisiones públicas. Da la sensación de que ha acabado siendo un fin en si mismo. Para que el Consejo pueda tratar de tú a tú al Gobierno municipal, obligándolo a ser más transparente y más receptivo, se necesita una participación más extensa, intensa, diversa y autocrítica, así como mayor autonomía financiera y capacidad de comunicación. Para ello es fundamental que la representación social del Consejo sea concebida como una red de actores interconectados, capaces de cubrir los diversos ámbitos de especialización.

En conjunto, este libro, y la experiencia sobre la que está basado, nos revelan una gran paradoja: el envejecimiento activo no es sólo una cuestión de vejez, ni sólo una cuestión de actividad. Para envejecer bien es imprescindible mantenerse activos a lo largo de todo el ciclo vital. Pero no concibiendo la actividad de una forma restrictiva, como deporte y excursiones por ejemplo, sino de la forma más amplia posible, que incluya desde lo todo que hacemos cotidianamente para mantener y reproducir la vida –limpiar, comprar, cocinar...- hasta los niveles más sofisticados de implicación en la actividad económica y política. De hecho, en el enfoque más actual del envejecimiento activo, la actividad se equipara con la voluntad y la posibilidad real de participar en las distintas esferas de la vida, de acuerdo con los gustos y las capacidades de cada uno. Todo ello no es posible sin una adecuada dotación de recursos tangibles, como las pensiones y los servicios públicos, e intangibles, como como la amistad y la cultura.

Como tendremos ocasión de comprobar en las sucesivas contribuciones del libro, el proyecto mejoró significativamente la vida de los miembros de la comunidad donde fue testado. Y lo hizo, sobre todo, porque planteó formas muy sencillas para combatir uno de los peores males de las sociedades modernas: la soledad no deseada. En el Beco se abrieron espacios para compartir reflexiones y emociones, en los cuales profesores, estudiantes, activistas sociales, vecinos y vecinas (re)descubrieron vínculos que parecían perdidos, o remotos. El Ayuntamiento de Ponte Nova también respondió positivamente, adoptando el proyecto y formalizando un compromiso con el bienestar de los ciudadanos y las ciudadanas mayores. Lo que no queda tan claro, vista la situación de los órganos de participación, es si está preparado para el reto de gobernar comunidades de mayores más fuertes, autónomas y participativas.

Cuando países como la Gran Bretaña han visto la necesidad de crear un Ministerio de la Soledad, significa que el problema es grande, y que es estructural. En este contexto, el paradigma del envejecimiento activo y su traducción en políticas locales de carácter holístico y participativo abre una oportunidad que no debería ser desaprovechada. Nos cuentan de Ponte Nova que las personas mayores del Beco han recuperado la capacidad de soñar. Quizá sea el momento de convertir un proyecto piloto en un programa público. Quizá sea el momento de sumar a los sueños individuales un bonito sueño público, el de una sociedad en la que la convivencia fraternal entre personas distintas (y distantes), también por razón de edad, sea posible y enriquecedora.



Parte 1

Espaço pré-político:
a comunidade do beco

Capítulo I

A Vida na Velhice

Silvia Maria Magalhães Costa
Nilton Bahlis dos Santos

Resumo

Os espaços onde moramos vão muito além de uma estrutura física construída para nossa proteção e descanso. A moradia está carregada de significados, histórias, lembranças dos relacionamentos ali feitos e desfeitos, apresentando dimensão política e aspectos sociais e psicológicos. Esses espaços permitem-nos o enraizamento, mas também, em alguns casos, o fácil desapego. O estado brasileiro aqui abordado é o de Minas Gerais e os municípios são Viçosa e Ponte Nova. Uma instituição conecta os dois: a Universidade Federal de Viçosa (UFV). As histórias entrecruzadas vão na direção do preparo da sociedade para o aumento do número de pessoas idosas e de seus reflexos na velhice. O “Projeto de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, programa de extensão da UFRV, foi desenvolvido visando promover o envelhecimento ativo, fortemente baseado na convivência ao longo da vida, e melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. Os resultados das atividades do programa mostram uma escolha acertada, corroborada por estudos que indicam que a convivência em sociedade deve ser mantida na velhice, sem o isolamento social que precede a perdas cognitivas, à depressão, à demência e outros acometimentos.

Palavras-chave: envelhecimento, convivência, cidade amiga do idoso.

1. O Envelhecimento em Minas Gerais e no Brasil

Desde os mais remotos tempos, o homem é um nômade, em busca de uma vida melhor ou simplesmente por prazer. Hoje é muito comum famílias se separarem porque os mais jovens partem perseguindo um sonho ou porque a terra já não lhes oferece trabalho. Muitos não retornam, outras vêm e vão. E na unidade mínima de vivência - a moradia - restam aquelas pessoas que se fixam no espaço, impossibilitados ou sem vontade de recomeçar em outro lugar - os idosos, formando as “comunidades da velhice”. Esses locais são caracterizados pela migração da população jovem e permanência de pessoas idosas ligadas às suas raízes. Essa tradicional saída dos filhos ou de parentes deixa espaço vazio, um alto custo para a manutenção dos que ficam, além de solidão, isolamento e dificuldades acarretadas pelo inevitável declínio da capacidade funcional, ainda que suave.

Nesse sentido, a Rua Caetano Alves da Silva, também chamada de “Comunidade do Beco”, no bairro Triângulo do município de Ponte Nova-MG, pode ser considerada uma “comunidade da velhice”, onde vivem pessoas mais velhas deixadas pelos mais jovens. Ali, vivem pessoas que se conhecem há décadas e têm em comum as lembranças de uma vida em família integrada por vários membros, e hoje reduzida a uma ou duas pessoas. “Vida agora sem o mesmo encanto de antes”, segundo os moradores, em depoimento informal aos autores.

O cenário de isolamento social e depressão de alguns moradores dessa Comunidade despertou nos autores, pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o desejo de promover ações para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Assim, para conhecer as condições de vida daquela localidade e buscar estratégias que contribuíssem para a promoção do envelhecimento ativo e, conseqüentemente, para maior inserção social dos participantes os pesquisadores elaboraram o “Projeto de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, desenvolvido de 2015 a 2016, sob a coordenação das professoras Simone Martins e Fernanda Cristina da Silva, do Departamento de Administração e Contabilidade.

2. Caminhos para a Promoção do Envelhecimento Ativo em Ponte Nova

Em 2015, uma oficina na UFV lançou as bases do Projeto para ser realizado em Ponte Nova, com a contribuição desses pesquisadores e da professora Andreia Queiroz Ribeiro, do Departamento de Nutrição da UFV, coordenadora acadêmica do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) - uma iniciativa da Prefeitura de Viçosa em parceria com a UFV.

Os resultados obtidos na Comunidade do Beco tiveram impacto na Prefeitura de Ponte Nova, que decidiu expandir a iniciativa para tornar o município mais amigo do idoso, promovendo o envelhecimento ativo e melhorias na qualidade de vida dessa população. Desse modo, em 2017, o projeto se transformou no “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”.

Enquanto Ponte Nova executava o “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, durante dois anos, o município vizinho, Viçosa, sede da UFV, foi mobilizado pelos seus objetivos.

3. A Convivência como Fundamento

A convivência entre as pessoas ocorre de forma natural a partir do nascimento, quando a dependência do bebê requer interação permanente na prestação do cuidado necessário. Durante a fase escolar, a convivência faz parte da aprendizagem coletiva e individual. Torna-se mais intensa na adolescência, pelo hábito da aglutinação, e está também muito presente na prática profissional em toda a vida adulta.

Nas pessoas idosas, a convivência pode ser oportunidade de prosseguimento da vida em coletividade e fator de redução de riscos e vulnerabilidades, contribuindo, desse modo, para a manutenção da autonomia, da independência e da melhoria de vida durante a velhice. A convivência aparece como a chave para a qualidade de vida nesta etapa, apesar de o envelhecimento trazer consigo o risco de isolamento social.

Os idosos da Comunidade do Beco, de Ponte Nova, viram seus filhos partirem, acompanharam de longe o nascimento de netos e passaram a ter contato com seus descendentes em rápidas e passageiras visitas. O menor número de pessoas para conviver, sem dúvida, é um fator de mudança na vida das pessoas de meia-idade e idosas, o que pode implicar desdobramentos na velhice.

A primeira influência de nossas reações à visão predominante sobre a velhice origina-se de nossa própria forma de organizar a sociedade. Diversas maneiras de afastar as pessoas idosas da convivência com os mais novos, configurando como razão para evitar a interação, ocorrem em práticas nem sempre intencionais de demonstrar que elas diferem-se das demais, como no modo de falar ou agir. Ao nos referirmos à pessoa idosa no diminutivo, fazemos um paralelo com a fase infantil e evocamos a imagem de fragilidade que é associada indistintamente a esse público, ainda que não tenham chegado a um estágio avançado de declínio.

A convivência pressuposta em uma política pública responde às demandas fundamentadas pelas práticas sociais e pelos estudos indicativos de caminhos a serem trilhados. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece que se “deve garantir segurança à população, em três principais eixos: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 32). Assim, a PNAS desenvolveu estudos de fundamentação registrados no documento orientador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, oferecido em todo o território nacional pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com base na sua definição de que “é próprio da natureza humana o comportamento gregário” e que “é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (BRASIL, 2004, p. 33).

Desse modo, a dimensão relacional pode ser determinante da busca de convivência ou de isolamento social:

A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais, por discriminação, inaceitação ou intolerâncias múltiplas estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (BRASIL, 2004, p. 33).

Em caso de afastamento de sua natureza gregária e da possibilidade de continuar seu desenvolvimento, o enfrentamento de barreiras à convivência pode levar à tristeza desencadeadora de depressão e isolamento social.

Entre as iniciativas de operacionalização do SUAS, o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” é orientado pelo documento “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” e pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, com o objetivo de “ampliar as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária”. O Serviço é oferecido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), composto por atividades estruturadas de acordo com características, interesses e demandas da população idosa local, como vivências em grupo, experimentações culturais/artísticas/esportivas e iniciativas de lazer que incentivem a interação e privilegiem as escolhas das pessoas idosas.

No campo da saúde, as unidades básicas promovem grupos de convivência, ou assemelhados, e as pessoas idosas têm a oportunidade de se manter em atividade e em interação, com reflexos positivos para a vida, conforme relatado em estudos realizados em diferentes localidades do país e com diferentes modelos de investigação.

Araújo et al. (2005), em João Pessoa, Paraíba, em 2005, investigaram as representações sociais da velhice para 100 homens e mulheres, com média de idade de 65 anos, em instituição de longa permanência para idosos (ILPI) e grupos de convivência para idosos. Os resultados obtidos são apresentados no artigo “Análise Comparativa das Representações Sociais da Velhice”.

Os autores admitem que o surgimento de doenças é intrínseco à velhice, mas que a convivência como estratégia de promoção da saúde favorece a redução do impacto do declínio ao melhorar as condições de vida e, assim, adiar o adoecimento.

Entre suas referências, o artigo cita o Plano Internacional da Ação sobre o Envelhecimento, que recomenda aos países membros das Nações Unidas: (1) a inserção do envelhecimento populacional na agenda do desenvolvimento; (2) a importância singular e global da saúde; e (3) o desenvolvimento de políticas de meio-ambiente (tanto físico quanto social) que atendam às necessidades individuais e sociais das pessoas que envelhecem. Esse Plano foi aprovado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a 2ª Assembleia Mundial para o Envelhecimento, realizada em abril de 2002, na cidade de Madri (Espanha) (ARAUJO et al., 2005, p. 197). Neste ano, está passando pela terceira revisão.

Outra pesquisa, realizada em Itabira (MG), analisou a “Síndrome da Fragilidade” como uma condição do envelhecimento precursora de incapacidades e quedas, porém evitável por meio da convivência, que facilita o bem-estar, preserva as habilidades sociocognitivas e previne a depressão. Tais considerações resultaram do estudo de Almeida et al. (2010), com idosos de um grupo de convivência e idosos de serviços de saúde, sobre a relação entre convivência e fragilidade, incapacidade e quedas. O objetivo da pesquisa era verificar o nível de fragilidade de uma amostra de 64 idosos, “avaliados de acordo com o fenótipo de fragilidade, composto pelos indicadores: perda de peso não intencional, autorrelato de fadiga, diminuição da força de preensão, baixo nível de atividade física e redução da velocidade da marcha”.

Outra pesquisa, relatada no artigo “Avaliação do Nível de Fragilidade em Idosos Participantes de um Grupo de Convivência”, foi realizada por Carmo et al. (2011). Foram feitos testes em duas amostras independentes: idosos de serviços de saúde e idosos de grupos de convivência, utilizando a escala de Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), a escala de Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD) e questões sobre história de quedas e medo de cair.

Entre as conclusões da pesquisa, os autores informam que os idosos participantes de grupos de convivência apresentaram um perfil mais ativo do que o das pessoas idosas atendidas em serviços de saúde. Os idosos “pré-frágeis” necessitavam de mais assistência em ABVD e AIVD, sofreram mais quedas e/ou tinham mais medo de cair, quando comparados aos “não-frágeis”. Para os autores, a prevenção é uma importante intervenção para essa população.

Com o mesmo tema, outra pesquisa foi realizada em Itabira (MG), por Almeida e colaboradores (2010), apresentada no artigo “Comparação da Qualidade de Vida entre Idosos que Participam de Grupos de Convivência, Itabira, MG”. A amostra foi composta por 30 idosos que participavam de grupos de convivência (66,73+5,82 anos) e 30 idosos não participantes (66,70+5,70 anos). Foram utilizados o questionário genérico *Medical Outcomes Study 36 - Item Short-Form Health Survey* para avaliar a qualidade de vida, e a Escala de Depressão Geriátrica para rastrear a presença de transtorno depressivo, além de testes para amostras independentes e comparação entre os grupos. Os autores observaram menor frequência de depressão entre participantes de um grupo de convivência. O paralelo entre idosos dos grupos de convivência e idosos não participantes reafirmou a influência da convivência na manutenção da capacidade funcional, da saúde, da vitalidade e da vida social, ou seja, os participantes de grupo de convivência têm menos escores para depressão e melhor qualidade de vida do que aqueles não participantes.

Os pesquisadores Navarro e Narcon (2006) também analisaram a convivência em um Centro-Dia de Maringá (PR), uma entidade assistencial da Igreja Católica, frequentada por 15 idosos, tendo contado com 14 desses frequentadores como participantes, uma vez que um deles foi hospitalizado na ocasião. Segundo os autores, os espaços de convivência, seja qual for a denominação, se tornaram uma alternativa para responsáveis por pessoas de idade que passam o dia trabalhando e não podem pagar alguém para ficar com o idoso. Assim, o objetivo da pesquisa foi verificar se há comprometimento da capacidade funcional e da qualidade de vida do idoso que vive em unidades asilares, já que ele passa o dia com outras pessoas e depois retorna à sua residência.

No artigo “Convivência Familiar e Independência para Atividades de Vida Diária entre Idosos de um Centro-Dia”, Navarro e Narcon (2006) afirmam que a frequência a um centro-dia representa um “recurso importante para o bem-estar dos idosos, especialmente em vista do estímulo ao desenvolvimento de atividades funcionais, mas parece não haver interação familiar e momentos de convivência no período que permanecem em casa”, proporcionando a reflexão de que as atividades realizadas em companhia de outros são determinantes para o alcance de bem-estar para os idosos e de economia com processos de adoecimento.

Wichmann et al. (2013) realizaram, no Rio Grande do Sul e em Barcelona (Espanha) pesquisa para conhecer os efeitos da convivência no bem-estar da pessoa idosa. A amostra foi composta por 262 idosos do Brasil e 262 da Espanha, que faziam parte de grupos/centros de convivência onde estavam inseridas as universidades (Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul e Universidade de Barcelona). Foi utilizada a técnica da análise de conteúdo de entrevistas do banco de dados do grupo de pesquisa em envelhecimento da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com base nas narrativas dos idosos que apresentam sua visão sobre a participação em grupos de convivência e suas experiências pessoais. Muitos idosos listaram os principais motivos para participarem dos grupos de convivência: combate à solidão, estar com outras pessoas da mesma idade e buscar sentido para suas vidas.

No artigo “Grupos de Convivência como Suporte ao Idoso na Melhoria da Saúde” são encontradas as conclusões dos autores, indicando a importância de idosos participarem de centros/grupos de convivência, integrando-se a uma rede social, o que se evidenciou pelos relatos dos idosos, em que ressaltaram que “sentiram-se mais satisfeitos com a vida”. Em especial, destacaram os fatores relacionados com a questão da saúde, já que muitos disseram que, antes de frequentar os grupos, viviam com dores que os impediam de realizar atividades comuns da vida diária.

Também Sousa et al. (2010) estudaram, em Campina Grande (PB), o entendimento dos idosos sobre a qualidade de vida e as razões para desfrutarem o lazer em um centro de convivência. A coleta de dados permitiu criar o perfil dos idosos do Centro Municipal de Convivência do Idoso de Campina Grande. No artigo “Lazer e Qualidade de Vida na Terceira Idade - Percepção dos Idosos de um Centro de Convivência Campinense”, os autores relatam sua pesquisa, enfatizando os motivos que, segundo os entrevistados, os levaram a frequentar o centro de convivência (Tabela 1.1).

Tabela 1.1.: Motivos relatados por idosos para frequentarem o centro de convivência

Motivos	%
Porque não fazia nada	23
Por motivo de saúde	20
Para fazer amigos	28
Por influência de outras pessoas (amigos e familiares)	11
Por já ter frequentado outro centro	1
Por curiosidade	1
Para fugir da solidão	10
Por morar próximo	1
Para fazer atividade física	1
Para estudar	1

4. Dois anos de Compromisso com o Envelhecimento Ativo

O Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo, da UFV, promoveu a convivência dos moradores ao longo do estudo com a equipe de pesquisa. O evento “Inserção Digital” criou, ainda, oportunidades de relações entre gerações. Na “Prática de Etnofotografia”, os participantes registraram o ambiente de acordo com suas preocupações e discutiram soluções para os problemas coletivos da comunidade. A palestra “Educação Ambiental” ajudou a indicar alternativas para o descarte de lixo e o evento “Chá, Café e Poesia” contribuiu para a revelação de talentos. A palestra “Interagir para fortalecer”, orientou sobre a importância do papel do Conselho Municipal de Direitos do Idoso. Muitas outras ações combinaram encontros, vivências e um “estar junto” prazeroso com festa julina, oficina de dança de salão e oficina de exercícios para a memória. É importante também destacar a realização da “Feira da Saúde”, uma iniciativa que orientou sobre a prevenção e os cuidados com a saúde e a consciência corporal, e lançou as bases da atividade física, que se tornou regular na Comunidade. Foi ainda realizado nesse período o evento “Cinema no Beco”, com apresentação e discussão dos filmes “Os dez mandamentos” e “O vendedor de linguiça”.

A partir de 2015, nas reuniões com as equipes da UFV envolvidas no Programa em Viçosa e Ponte Nova, foram observadas melhorias na vida dos idosos e expansão da abrangência do Programa. Em 2017, o município de Ponte Nova (MG) decidiu tornar-se mais amigável à pessoa idosa com o apoio técnico da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), baseado na metodologia proposta pela OMS, detalhada no portal da Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas do Idoso.

Na ocasião, o Programa da UFV já atuava de forma integrada, alinhado às dimensões da OMS para a avaliação das Cidades em relação à promoção do envelhecimento ativo e a qualidade de vida. São elas: ambiente físico, transporte, moradia, respeito e inclusão social, comunicação e informação, oportunidades para aprender, apoio e cuidado.

Os resultados da execução do “Projeto de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo” impactaram a Prefeitura de Ponte Nova, que decidiu expandir a iniciativa para todo o município, além da Comunidade do Beco.

Em 23 de outubro de 2017, as celebrações da Semana do Idoso marcaram a adesão de Viçosa ao compromisso com o envelhecimento ativo, com a solenidade de abertura da “Semana do Idoso 2017” - um evento promovido pela Prefeitura Municipal de Viçosa, com o objetivo de construir uma agenda intersetorial para a implantação de uma “Política Municipal de Envelhecimento Ativo”. A festividade foi uma oportunidade para a apresentação de números de canto e dança das pessoas idosas de Viçosa e de Ponte Nova, integrantes do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI).

As celebrações contaram também com o debate “O papel do idoso na preservação das memórias da sociedade” após uma sessão de cinema para as pessoas idosas do PMTI e outros interessados. O filme Narradores de Javé, dirigido por Eliane Café, provocou reflexões sobre os diversos pontos de vista da realidade que levam os personagens a contar histórias diferentes de seu passado comum, assim como ocorre em nosso cotidiano repleto de diversas versões sobre fatos presenciados por muitas pessoas. Os idosos participantes

destacaram os aspectos positivos de lutas contra interesses invencíveis, que unem sujeitos em torno de causas de modo que o esforço, por essa razão, não é perdido.

Ainda, a comemoração do Dia Internacional do Idoso foi marcada, em Viçosa, pelo lançamento do “Parlamento do Idoso”, instituído pela Resolução Municipal. Nesta ocasião, a Câmara Municipal de Viçosa convidou a co-autora desse capítulo, que à época estava à frente da Diretoria de Atenção ao Idoso, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Humano/Ministério do Desenvolvimento Social (Requerimento nº 041/2017) para realizar uma apresentação do modelo “Cidade Amiga do Idoso”.

Também na Semana do Idoso de Viçosa, a co-autora desse capítulo apresentou, no auditório da Prefeitura Municipal de Viçosa, a palestra “Comunidades e Cidades Amigas do Idoso: Caminhos para o Envelhecimento Ativo”. Além disso, em companhia de outros autores e das organizadoras desse livro, fez uma visita técnica à Comunidade do Beco, em Ponte Nova, onde foi desenvolvido o projeto “Envelhecimento Ativo”, em 2015, pelo Departamento de Administração da UFV.

Foram atividades da visita técnica de 2017:

- Roda de conversa com as pessoas idosas participantes do projeto, uma atividade que nos trouxe a emoção de conhecer in loco o cenário descrito nos relatórios dos participantes do Programa de Extensão da UFV na Comunidade do Beco.
- Encaminhamento de demandas da Comunidade do Beco ao Prefeito. Além da satisfação das pessoas idosas com as melhorias conquistadas durante a realização do Programa, a maioria se manifestou sobre o que considerou ser ainda necessário para a plena qualidade de vida no local.

Uma reunião com a equipe da Prefeitura de Ponte Nova gerou as seguintes medidas:

- assinatura de intenção de cooperação entre a UFV e a Prefeitura para tornar o município mais amigo da pessoa idosa;
- entrega à Diretoria de Atenção ao Idoso, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, do Ministério do Desenvolvimento Social - de Carta-compromisso a ser encaminhada para a OPAS, assinada pelo Prefeito de Ponte Nova e por Simone Martins, coordenadora do projeto Envelhecimento Ativo da UFV, e por representante da Reitora da UFV;
- entrega à Diretoria de Atenção ao Idoso da Carta-compromisso para o Ministério do Desenvolvimento Social, para intermediação de entrega à Organização Panamericana de Saúde (Opas);
- criação de uma Comissão para cuidar do processo de certificação da cidade como amiga da pessoa idosa.

5. Considerações Finais

A observação informal da vida das pessoas idosas na Comunidade do Beco, motor de ações lá iniciadas e expandidas para outros rincões de Ponte Nova, saiu do empírico para a consolidação das bases teóricas de um aspecto crítico do processo de envelhecimento: o afastamento da vida social e suas consequências.

Esse aspecto, bastante estudado academicamente, pôde ser constatado na participação do grupo de pessoas idosas residentes na Comunidade do Beco. A intervenção da UFV, por seu histórico, proporcionou a essa Comunidade a oportunidade de entrar em contato com suas questões, resgatar a autoconfiança, participar ativamente dos processos que lhes dizem respeito e tornar-se demandante de direitos junto às autoridades locais. Exigir seus direitos ao poder público passou a fazer parte da vida dos idosos da Comunidade do Beco.

6. Referências

ARAÚJO, L. F. et al. Análise Comparativa das Representações Sociais da Velhice. *Psico*, v.36, n.2, p. 197-204, 2005.

ALMEIDA, E. A. et al. Comparação da qualidade de vida entre idosos que participam e idosos que não participam de grupos de convivência na cidade de Itabira-MG. *Rev. Bras. Geriatr. e Gerontol.*, v.13, n.3, p. 435-443, 2010.

CARMO, L. V. et al. Avaliação do nível de fragilidade em idosos participantes de um grupo de convivência. *Fisioterapia e Pesquisa*, v.18, n.1, p.17-22, 2011.

NAVARRO, F. M.; NARCON, S. S. Convivência familiar e independência para atividades de vida diária entre idosos de um centro dia. *Cogitare Enfermagem*, v.11, n.3, p. 211-217, 2006.

WICHMANN, F. M. A. et al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. *Rev. Bras. Geriatr. e Gerontol.*, v.16, n. 4, p. 821-832, 2013.

SOUSA, M. N. A. et al. (2010). Lazer e qualidade de vida na terceira idade - percepção dos idosos de um centro de convivência campinense. *Qualit@s*, v.9, n.1, 2010.

7. Legislação e Documentos Oficiais

Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

Brasil. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

Brasil Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005.

Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. (2009). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília. 2009.

Brasil. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos: Documento de Orientação para Gestores e Técnicos do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2011.

Brasil Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2013.

Capítulo II

A alimentação como estratégia para formação e fortalecimento de vínculos entre idosos

Luciene Fátima Fernandes Almeida
Andréia Queiroz Ribeiro

Resumo

O desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) voltadas para proporcionar o convívio social entre idosos por meio do estímulo de comer em companhia de outro e da prática de cozinhar em grupo pode ser uma estratégia importante para a mudança do comportamento alimentar do idoso. Objetivou-se, neste artigo, relatar as experiências de oficinas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Comunidade do Beco, em Ponte Nova (MG). Foram realizadas dez oficinas de EAN entre junho e dezembro de 2017, sendo uma oficina inicial para diagnóstico. Nas oito oficinas demonstrativas, utilizou-se a técnica de discussão para estimular os idosos a sugerirem melhorias na adaptação das receitas, promovendo uma reflexão sobre alimentação como oportunidade de resgate e/ou fortalecimento de vínculos, de rede de apoio familiar ou social. Uma última oficina foi conduzida para verificar a percepção dos idosos a respeito das oficinas de preparações culinárias e observar possíveis mudanças no seu comportamento alimentar. Participaram das oficinas doze idosos. Relatos dos idosos indicaram que sempre tiveram o hábito de cozinhar e que o modificaram devido ao surgimento de doenças crônicas não transmissíveis e de novos arranjos familiares. Os idosos mostraram interesse na elaboração das preparações, bem como exercitaram seu senso crítico para modificá-las. A partir dessas oficinas, os idosos começaram a se reunir semanalmente nas residências com o propósito inicial de trocar receitas culinárias. Os relatos finais indicaram que as oficinas de EAN contribuíram para o fortalecimento de vínculos entre os participantes por meio do estímulo a comer em companhia de outros e das discussões sobre os aspectos afetivos relacionados às memórias do comportamento alimentar familiar. A alimentação constitui um tema transversal que permite abordar diversos aspectos relacionados ao processo de envelhecimento, como estratégia de empoderamento e de (re)construção de redes de suporte social.

Palavras-chave: Comportamento alimentar. Idoso. Educação Alimentar e Nutricional. Suporte social

1. A Alimentação e a Qualidade de Vida do Idoso

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, a alimentação adequada e saudável engloba tanto aspectos relacionados às propriedades nutricionais dos alimentos, quanto àqueles relacionados ao comportamento das pessoas em torno da prática da alimentação (BRASIL, 2014). Assim, uma alimentação adequada e saudável é aquela baseada em alimentos in natura ou minimamente processados como também no baixo consumo de alimentos processados e ultraprocessados (BRASIL, 2014). Além disso, ter o hábito de comer em companhia, com regularidade e atenção, em ambientes apropriados, bem como praticar as habilidades de cozinhar, são considerados componentes de uma alimentação saudável (BRASIL, 2014), que podem contribuir para a qualidade de vida.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a qualidade de vida é definida como a percepção dos indivíduos de sua posição na vida em um contexto cultural e de sistemas de valores e que se relaciona com seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito afetado pela saúde física, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com as características salientes de seu ambiente. Dessa forma, o estímulo ao convívio social entre os indivíduos no momento do preparo e consumo das refeições pode contribuir para a qualidade de vida uma vez que valoriza aspectos relacionados ao domínio das relações sociais entre os indivíduos (WHO, 1997).

Nutricionistas e pesquisadores da Ciência da Nutrição têm ressaltado a importância do alimentar-se acompanhado como uma oportunidade para a socialização (BRASIL, 2014). Nesse contexto, insere-se o comportamento alimentar, o qual é definido como “tudo que se apreende ao longo da vida em termos de práticas e habilidades, conhecimentos, informações, significados, representações e valores, percepções e opiniões, enfim, tudo o que se pensa, sente e faz em torno e no entorno do comer e da comida” (BOOG, 2013).

O comportamento alimentar possui três componentes: o cognitivo, o situacional e o afetivo. O cognitivo envolve tudo o que o indivíduo sabe sobre os alimentos, incluindo o conhecimento científico e o popular. O situacional compreende os fatores sociais, culturais e econômicos que podem interferir no ato da alimentação. O afetivo abrange tudo o que o indivíduo sente em relação aos alimentos, envolvendo as memórias de infância que geram sentimentos em relação aos alimentos e a comida como meio de prazer ou satisfação/alívio emocional (GALISA, 2014 *apud* MOTTA;BOOG, 1984).

Com o processo de envelhecimento, surgem mudanças relacionadas à perda de convívio social e familiar devido à aposentadoria, perdas de cônjuge, amigos e parentes por motivo de falecimento, saída dos filhos de casa e conflitos familiares intergeracionais (LEITE; HILDEBRANDT; SANTOS, 2008; CAVALCANTE et al., 2015; ALVARENGA et al., 2009). Essas mudanças podem gerar o sentimento de solidão no idoso, levando à baixa autoestima e à falta de preocupação consigo mesmo, o que resulta na falta de estímulo para a prática de uma alimentação saudável. Este desinteresse pode levar o idoso a mudanças no comportamento alimentar, como à perda do hábito de cozinhar e à consequente ingestão de alimentos ultraprocessados e rápidos para o consumo, comprometendo, possivelmente, sua saúde, de maneira geral (CAMPOS;COELHO, 2013).

É nesse contexto que se insere a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como uma estratégia para a mudança de comportamento alimentar. A EAN deve considerar as

interações e os significados que compõem o comportamento alimentar, além de ter como princípios a promoção do autocuidado e da autonomia e a valorização da culinária como prática emancipatória (BRASIL, 2012). Sendo assim, o desenvolvimento da EAN voltado para proporcionar o convívio social entre idosos por meio do estímulo ao ato de comer em companhia de outros e da prática da culinária em grupo pode ser uma estratégia importante para a mudança do comportamento alimentar do idoso por meio da valorização dos componentes afetivo e situacional. Dessa forma, colabora-se para a amenização do isolamento social e do sentimento de solidão durante os momentos de refeições.

Nesse contexto, neste capítulo tem-se como objetivo relatar experiências de oficinas de EAN voltadas para a prática do ato de comer e cozinhar em companhia de idosos da Comunidade do Beco, de Ponte Nova (MG).

2. Oficinas de EAN na Comunidade do Beco

Relata-se aqui experiência vivenciada na oficina “Saúde em Foco”, que integra o “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, conduzido com idosos da Comunidade do Beco, em Ponte Nova (MG).

Foram desenvolvidas dez oficinas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) entre junho e dezembro de 2017, por estudantes de graduação em Nutrição e de pós-graduação em Ciência da Nutrição, monitorados por docentes do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (DNS/UFV).

As oficinas tinham duração de 90 minutos, com a participação média de doze idosos com idade entre 60 e 90 anos, na maioria mulheres. Um dos objetivos das ações de EAN foi a valorização dos componentes situacional e afetivo do comportamento alimentar por meio do resgate do hábito de cozinhar e de comer em companhia de outros e pela valorização de preparações culinárias, que, de alguma forma, traziam boas recordações ao idoso. Além disso, pretendeu-se proporcionar aos idosos a oportunidade de elaborar receitas culinárias com adaptação de ingredientes, como forma de ter uma alimentação capaz de contribuir para o controle de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), de considerável prevalência entre os idosos participantes, como a hipertensão arterial, as dislipidemias e o *diabetes mellitus*.

Inicialmente, realizou-se uma oficina de caráter diagnóstico com o objetivo de ouvir o relato dos idosos sobre o hábito de cozinhar e sobre as preparações culinárias a que estavam acostumados. Foi formada uma roda de conversa com os participantes, e o diálogo foi conduzido, pelas estudantes do curso de Nutrição, com as seguintes perguntas:

- Nesse momento, gostaria que vocês me contassem sobre a história de vocês na cozinha. Vocês tinham o hábito de cozinhar no passado?
- Vocês gostavam de cozinhar?
- Quais os pratos que vocês costumavam cozinhar antigamente?
- Desses pratos, quais vocês mais gostavam?
- E hoje em dia? Vocês ainda cozinham hoje?
- Quais pratos vocês mais gostam de cozinhar?

- Há algum prato que vocês preparavam antigamente e hoje não fazem mais? Quais?
- Para aqueles que não fazem mais os pratos de antigamente: por que perderam esse hábito?
- Vocês recordaram aqui diversas receitas do hábito alimentar. Nossa proposta é que vocês escolham receitas para trabalharmos nas nossas próximas oficinas. Quais receitas vocês escolherão?

Uma vez escolhidas as receitas e agendadas as datas para a elaboração dos pratos, as estudantes do curso de Nutrição se encarregaram de entrar em contato com as idosas para fazer o levantamento de ingredientes e do modo de preparo. As receitas foram testadas antes das oficinas, com adaptações para permitir que fossem consumidas por idosos portadores de DCNT.

Nas oficinas seguintes, utilizou-se a técnica de demonstração (GALISA et al., 2014) para realizar a preparação das receitas culinárias propostas pelos idosos e daquelas adaptadas pela equipe para que os idosos pudessem aprender a desenvolvê-las. Já a técnica de discussão ou debate (GALISA et al., 2014) foi utilizada no momento da degustação das preparações como forma de estimular os idosos a sugerirem melhorias na adaptação das receitas e promover a reflexão sobre a hora de cuidar da alimentação como oportunidade de resgate e/ou fortalecimento de vínculos, de rede de apoio familiar ou social.

Foram desenvolvidas oito oficinas destinadas ao preparo de receitas culinárias, as quais ocorreram na cozinha da casa dos idosos da Comunidade do Beco. Essas oficinas dividiram-se em cinco momentos, sendo eles: 1) apresentação da oficina; 2) desenvolvimento das preparações culinárias; 3) degustação das preparações culinárias; 4) discussão sobre os componentes situacional e afetivo relacionados à alimentação; 5) encerramento.

A seguir, encontra-se o detalhamento desses momentos.

Apresentação da oficina: Ao chegar à casa do idoso que cedeu o espaço para a realização da oficina, a equipe condutora da oficina recepcionava os idosos vizinhos e apresentava a preparação culinária que seria desenvolvida naquele dia e a idosa responsável pela sugestão da preparação. Em seguida, todos eram convidados a colocar toucas descartáveis e a se dirigir para a cozinha para lavarem as mãos.

Desenvolvimento das preparações culinárias: Nesse momento, a idosa responsável explicava o que iriam cozinhar e como os idosos deveriam auxiliar na elaboração da receita. Vale ressaltar que a idosa tinha total autonomia para conduzir esse momento. A seguir, as estudantes e professoras do DNS/UFV, em linguagem simples, explicavam como seriam as adaptações naquela receita e os motivos da substituição e/ou alteração da quantidade de alguns ingredientes.

Degustação das preparações culinárias: Após a preparação da receita, os idosos eram convidados a se sentarem à mesa para degustar o que tinham feito. Servia-se uma bebida para acompanhar: suco ou chá, dependendo do tipo de preparação do dia. Nesse momento, as estudantes e professoras conduziam uma conversa, fazendo as perguntas a seguir para estimular os idosos a avaliarem as preparações:

- O que vocês acharam das receitas desenvolvidas hoje?
- O que vocês acharam da receita adaptada?
- Vocês repetiriam essas receitas em casa? Em qual momento vocês repetiriam?
- Fariam algo de diferente nessas receitas?
- Vocês conheciam os ingredientes que utilizamos para elaborar essas receitas?

Discussão sobre os componentes situacional e afetivo relacionados à alimentação: Após a discussão inicial sobre as preparações, as estudantes e professoras conduziam a conversa de forma a incentivar que os idosos refletissem sobre os aspectos afetivos relacionados ao ato de cozinhar e comer. Inicialmente dirigiam-se à pessoa que sugeriu a preparação e, posteriormente, incluíam as outras. Elas norteavam a discussão pelas seguintes perguntas

- Por que o (a) senhor (ra) sugeriu essa receita? O que essa receita desperta em sua memória? Seus familiares e amigos conhecem essa receita? O que eles acham?
- Vocês costumam cozinhar com amigos ou familiares?
- Vocês têm o hábito de comer em companhia de amigos ou familiares? Em quais momentos isso ocorre?
- Vocês se lembram de alguma boa recordação relacionada aos momentos de refeições?

Encerramento: Finalizada a discussão com os idosos, as estudantes e professoras entregavam as receitas escritas original e a adaptada aos idosos, com os ingredientes e suas características funcionais e o modo de preparo. Após a entrega, era relembrada a data da próxima oficina e todos se despediam.

Uma última oficina foi realizada como forma de verificar a percepção dos idosos sobre as ações desenvolvidas nas oficinas de preparações e possíveis mudanças no comportamento alimentar deles. Foi utilizada a técnica de discussão com o seguinte roteiro de perguntas:

- Entre as receitas que fizemos nas oficinas, vocês fizeram alguma em casa?
- Vocês fizeram mais adaptações nessas receitas? Quais?
- Vocês voltaram a fazer alguma outra preparação que não faziam há algum tempo? Qual?
- Vocês se reuniram com amigos ou familiares para comer? O que isso significou para vocês?
- Vocês compartilharam alguma receita com amigos/ familiares?
- Vocês voltaram a comer alguma preparação que não consumiam antes? Qual? Por que pararam de consumi-la e por que voltaram?
- Qual foi o melhor momento das oficinas para vocês? Por que?

Como forma de permitir a avaliação do impacto das oficinas sobre o comportamento alimentar dos idosos, professoras e estudantes do curso de Nutrição anotaram os comentários e opiniões dos idosos.

3. Resultados

Houve participação média de doze idosos nas ações desenvolvidas. No primeiro encontro com o grupo havia dez mulheres. A maior presença feminina é um aspecto frequente em diferentes cenários de ações e intervenções em saúde (ALMEIDA et al., 2015; BRITO; CAMARGO, 2011) o que é atribuído a diversos fatores, como a feminização da velhice e a própria representação social do processo saúde-doença e de outros processos do cotidiano, por homens e mulheres (DEBERT, 2004; SIQUEIRA, 2002).

No que concerne à prática alimentar, as idosas relataram que tinham o hábito de cozinhar antigamente, sendo uma função exercida diariamente para que toda a família se alimentasse. Elas ressaltaram que gostavam de preparar almoço e jantar, contendo pratos como arroz, feijão, angu, um tipo de verdura refogada e um tipo de carne. Já o café da manhã e o café da tarde continham preparações como bolo, broa, cuscuz e mandioca cozida. Elas comentaram que o pão francês, tão consumido nos dias de hoje, não fazia parte do hábito alimentar passado.

Percebemos que a culinária estava presente no cotidiano de todas as idosas, fato que deve ser levado em consideração nas ações de promoção da alimentação saudável com a população idosa no intuito de direcionar o planejamento das ações de EAN para valorizar o conhecimento sobre técnicas de preparo de alimentos, e assim, contribuir para o estímulo ao empoderamento e emancipação do idoso em relação ao ato de cozinhar, conforme preconizado pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012).

A maioria dos idosos comentou que ainda cozinha em suas casas, no entanto modificaram alguns hábitos alimentares devido ao surgimento de doenças crônicas, evitando preparações como doces, bolos, frituras e comida muito salgada. Esse comportamento de privação relacionado às condições de saúde do idoso pode contribuir para que ele veja a alimentação saudável com caráter medicalizador, como retratado por idosos frequentadores da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNATI/UERJ) (MENEZES et al., 2010). Isso implica desvalorização dos aspectos simbólicos, sociais e culturais da alimentação (MENEZES et al., 2010). Diante disso, é papel da Educação Alimentar e Nutricional promover ações em que o alimento seja colocado como algo que vai além dos aspectos nutricionais, contribuindo, assim, para romper com uma visão biologicista a respeito das práticas alimentares.

Com relação às preparações que faziam parte do hábito alimentar dos idosos, foram mencionadas as seguintes receitas: vitamina de inhame com banana; broa de fubá; nhoque de batata doce; angu doce; cuscuz e farinha suada. Essas receitas foram testadas pela equipe do projeto e também adaptadas como forma de contribuir para uma alimentação capaz de auxiliar no controle de DCNT, como a diminuição da quantidade de açúcar, sal e gorduras nas preparações. Foram realizadas oficinas de demonstração dessas preparações.

No momento da degustação das preparações desenvolvidas nas oficinas de demonstração culinária, as idosas faziam elogios às receitas e comentavam sobre as diferenças entre a receita tradicional e a receita adaptada, enfatizando que a redução de sal, gordura e açúcar não tornou a preparação menos saborosa. Algumas idosas sugeriram outras modificações como forma de contribuir para que a receita permanecesse saudável, como a inclusão de ervas e temperos em preparações salgadas.

Possibilitar que os idosos vivenciassem a prática de cozinhar e ainda pudessem pensar em propostas de modificações para as preparações atende a um dos passos para a alimentação saudável: “Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias” (BRASIL, 2014). Além disso, essa vivência promove a emancipação do indivíduo, uma vez que pode estimular sua autonomia para escolher os alimentos que julga saudáveis e que farão parte de seu hábito alimentar, o que é também um princípio do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012).

Acreditamos que as oficinas de preparação culinária seja um recurso metodológico muito motivador para que os idosos se sintam estimulados a buscar uma alimentação saudável. Neste Programa, buscamos romper, em parte, com a histórica identidade da Nutrição com o modelo biomédico voltado para a concepção de processos de saúde-doença-cuidado em que a noção de alimentação saudável é dada pelo simples estabelecimento dos limites daquilo que se pode ou não comer em função de patologias (MENEZES et al., 2010). Na medida em que levamos os idosos a compreender que a presença de doenças na velhice não deve ser vista como um obstáculo para o prazer da alimentação, tendo em vista que inúmeras adaptações podem ser feitas, conseguimos resgatar neles o sentimento positivo em relação à alimentação e ao envelhecimento. Assim, a prática da alimentação saudável torna-se, para o idoso, um meio prazeroso de socialização.

A discussão a respeito dos componentes situacional e afetivo do comportamento alimentar possibilitou o levantamento de elementos que evidenciaram como o comer em companhia de outra pessoa é benéfico principalmente para os idosos. Muitos relataram sentir-se solitário no momento das refeições, uma vez que já não tinham filhos ou cônjuge em casa. Diferentes estudos indicam que a solidão é um fator que influencia no comportamento alimentar do idoso (SANTOS; RIBEIRO, 2011; CAVALCANTE et al., 2015; MENEZES et al., 2010; ALMEIDA et al., 2008), levando-o, muitas vezes, a buscar alternativas para amenizar esse sentimento, como a realização de refeições em ambientes públicos (SANTOS; RIBEIRO, 2011; CAVALCANTE et al., 2015).

Dessa forma, o ato de estimular o comer em companhia pode contribuir para a formação de redes de suporte social. Esse modelo corresponde a “conjuntos hierarquizados de pessoas que mantêm entre si laços típicos das relações de dar e receber” (NERI, 2005). Estudos indicam que relações sociais e afetivas contribuem para a qualidade de vida, manutenção da capacidade funcional e para o envelhecimento ativo. Possivelmente isso ocorre devido ao fato de que o estabelecimento de relações contribui para o aumento do bem-estar, melhora a autopercepção da saúde e afasta o sentimento de solidão entre os idosos (D’ORSI; XAVIER; RAMOS, 2011; NUNES; BARRETO; GONÇALVES, 2012; WICHMANN et al., 2013).

Na etapa da degustação das preparações, os idosos se recordaram de momentos bons do passado em que a família se reunia para as refeições. Essas lembranças são um componente afetivo do comportamento alimentar, pois trouxeram à tona o sentimento de prazer das refeições em família. A memória alimentar relacionada a aspectos positivos pode contribuir para que o ato de se alimentar seja mais prazeroso e conseqüentemente saudável, uma vez que relacionar certos tipos de preparações a recordações alegres, como a lembrança de um almoço em família ou o preparo de um prato para alguém querido pode fazer com que o idoso tenha maior motivação para se alimentar e para cozinhar. Esse fato corrobora

as palavras de Almeida et al. (2008), quando dizem que “neste ato se formaliza um rito relacional às sensações e recordações, pelos cheiros e paladares, sentidos que conjugam o passado e o tempo presente”.

Um excelente desdobramento propiciado pelo projeto, nesse sentido, foi a articulação dos próprios idosos em torno do propósito de se reunirem semanalmente para trocar receitas, contar histórias e memórias.

4. Considerações Finais

As oficinas de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas com os idosos da Comunidade do Beco contribuíram para ampliar a oportunidade de conhecimento e reflexões acerca da alimentação saudável de grande importância para a manutenção da saúde e da qualidade de vida. A maior contribuição emergiu na constatação dessa prática como mola propulsora para o fortalecimento de vínculos entre os participantes por meio do estímulo ao ato de comer em companhia de outros e das discussões sobre os aspectos afetivos relacionados às memórias dos idosos sobre o comportamento alimentar passado. Oportunizar tais experiências aos idosos contribui para o enriquecimento da noção de alimentação saudável e promoção do envelhecimento ativo com o incentivo da socialização, que dialoga permanentemente com o bem-estar na velhice.

5. Referências

ALMEIDA, M.D.; GUIMARÃES, T.D.; FREITAS, M.C.S.; SAMPAIO, L.R. Cultura alimentar em idosos de Mutuípe, Bahia. In: FREITAS, M.C.S.; FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N. (Orgs). *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura* [online]. Salvador: EDUFBA, p.406-420,2008.

ALVARENGA, L. N.; KIYAN, L.; BITENCOURT, B.; WANDERLEY, K.S. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. *Rev. esc. enferm.*, USP, v. 43, n. 4, p. 796-802, Dec. 2009.

BOOG, M. C. F. Explorando a multidimensionalidade da alimentação. In: _____. *Educação em nutrição: integrando experiências*. Campinas, SP: Komedi, p. 55-74, 2013.

CAMPOS, M. T. F. S.; COELHO, A. I. M. *Alimentação saudável na terceira idade: estratégias úteis*. 3. ed. atual. ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília: MDS. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

CAVALCANTE, C. M. S.; CARVALHO, M.C.V.S.; FERREIRA, F.R.; PRADO, S.D. Sentidos da alimentação fora do lar para homens idosos que moram sozinhos. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, v. 18, n. 3, p. 611-620, 2015.

D'ORSI, E.; XAVIER, A. J.; RAMOS, L. R. Trabalho, suporte social e lazer protegem idosos da perda funcional: estudo epidioso. *Rev. Saúde Pública*, v. 45, n. 4, p. 685-692, 2011.

GALISA, M.; NUNES, A. P.; GARCIA, L.; CHEMIN, S. *Educação Alimentar e Nutricional: da teoria à prática*. São Paulo: Roca, 2014.

LEITE, M. T.; HILDEBRANDT, L.M.; SANTOS, A. M. Maus-tratos a idosos no domicílio: concepção de familiares. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, v. 11, n. 2, p. 209-221, 2008.

MENEZES, M. F.G.; TAVARES, E.L.; SANTOS, D.M.; TARGUETA, C.L.; PRADO, S.D. Alimentação saudável na experiência de idosos. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, v. 13, n. 2, p. 267-275, 2010.

MOTTA, D. G.; BOOG, M. C. F. *Educação nutricional*. São Paulo: Ibrasa, 1984.

NERI, A.L. *Palavras-chave em gerontologia*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2005.

NUNES, A. P. N.; BARRETO, S. M.; GONÇALVES, L. G. Relações sociais e autopercepção da saúde: projeto envelhecimento e saúde. *Rev. bras. epidemiol.*, v. 15, n. 2, p. 415-428, 2012.

SANTOS, G. D.; RIBEIRO, S. M. L. Aspectos afetivos relacionados ao comportamento alimentar dos idosos frequentadores de um centro de convivência. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, v. 14, n. 2, p. 319-328, 2011.

WICHMANN, F. M. A. et al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, v. 16, n. 4, p. 821-832, ano????

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Measuring Quality of Life*. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2018.

Capítulo III

Efeitos da prática de atividades físicas sobre a qualidade de vida de idosos participantes do Programa de Extensão Interdisciplinar: estratégias e ações locais com vistas a contribuir para o envelhecimento ativo.

Miguel Araújo Carneiro Junior
Felipe Alves dos Reis Scaldaferrri
Roberto Wakim da Silva Almeida

Resumo

O termo qualidade de vida é um conceito amplo, que envolve de forma complexa e dinâmica a saúde física, psicológica, social e ambiental do indivíduo. Tem sido definido como uma percepção do sujeito em relação à sua posição na vida, conforme sua cultura e sistemas de valores e sua relação com seus objetivos e expectativas. Por isso, a sua avaliação possibilita compreender como o estilo de vida pode exercer influência sobre a saúde, ou seja, qual seu efeito no redirecionamento de possíveis mudanças nos hábitos de vida. O interesse pelo conceito da qualidade de vida decorre da mudança de paradigma quanto à promoção da saúde e à prevenção de doenças, tornando o sentido de saúde muito mais amplo que a simples ausência de doenças. Sendo assim, saúde e doença configuram processos com um continuum, relacionados aos aspectos econômicos e socioculturais, à experiência pessoal e a estilos de vida. O processo de envelhecimento do ser humano tem sido foco de atenção crescente de cientistas, uma vez que tem aumentado a quantidade de indivíduos que chegam à terceira idade. Isso faz com que tanto os comprometimentos da saúde característicos desse período quanto os vários aspectos relativos à qualidade de vida

dessa população sejam objetos de preocupação e de estudos. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar os efeitos de seis meses de atividades físicas sistematizadas (força, flexibilidade, resistência aeróbia e equilíbrio) na qualidade de vida de idosos participantes do “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações com vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, realizado em Ponte Nova – MG, no período de julho de 2016 a julho de 2017. O estudo contou com a participação de 20 mulheres com média de idade de $65,95 \pm 7,47$ anos, que responderam a dois questionários genéricos da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a qualidade de vida: o questionário World Health Organization Quality of Life - WHOQOL-old e o WHOQOL-bref (versão abreviada). Esses questionários foram aplicados antes e após o programa de atividades físicas. Os dados obtidos foram analisados conforme modelo estatístico já validado para o instrumento utilizado e adaptados para uma escala de 0 – 100, considerando a qualidade de vida dos indivíduos da seguinte forma: 20 a 59 – necessidade de melhorar; 60 a 79 – regular; 80 a 99 – boa; 100 – muito boa. A primeira análise, antes da intervenção, indicou que 20% dos idosos tinham uma qualidade de vida que precisava melhorar, 70% era regular, e a de 10% era boa. Após a intervenção, a análise indicou grande melhora na qualidade de vida desses idosos: 10% ainda necessitava de melhora, a de 40% era regular e a de 50% era boa. Houve melhora nos aspectos autonomia; atividades passadas, presentes e futuras; participação social e intimidade; e relação social.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Idosos. Atividade Física.

1. A Qualidade de Vida na Terceira Idade

O termo qualidade de vida é um conceito amplo, que envolve de forma complexa e dinâmica a saúde física, psicológica, social e ambiental do indivíduo. Tem sido definido como uma percepção do sujeito em relação à sua posição na vida, conforme sua cultura e sistemas de valores e sua relação com seus objetivos e expectativas (ALVES; TENÓRIO; ANJOS; FIGUEROA, 2010; NAHAS, 2017).

No início da década de 1990, os estudiosos da área entraram em consenso com relação a dois aspectos relevantes ao conceito de qualidade de vida, que são a subjetividade e a multidimensionalidade. No que diz respeito à subjetividade, trata-se de considerar a percepção da pessoa sobre seu estado de saúde e sobre os aspectos não médicos do seu contexto de vida, ou seja, como o indivíduo avalia a sua situação pessoal em cada uma das dimensões relacionadas à qualidade de vida (LEPLÈGE; RUDE, 1995). Nesse sentido, a qualidade de vida só pode ser avaliada pela própria pessoa, ao contrário das tendências conceituais iniciais quando era avaliada por um observador, quase sempre um profissional de saúde. Com isso, existe a preocupação quanto ao desenvolvimento de métodos de avaliação e de instrumentos que devem considerar a perspectiva da população ou dos pacientes, e não a visão de cientistas e de profissionais de saúde (SEIDL; ZANNON, 2004).

Quanto à multidimensionalidade, trata-se do reconhecimento de que o conceito é composto por diferentes dimensões que incluem pelo menos a física, a psicológica e a social. A identificação e a classificação dessas dimensões têm sido objeto de diversas pesquisas científicas e estudos empíricos utilizando metodologias qualitativas e quantitativas (WHOQOL GROUP, 1998).

Há duas tendências da conceituação do termo qualidade de vida na área de saúde: um conceito mais genérico e um relacionado à saúde. Dentro do primeiro, o termo apresenta um sentido mais amplo, aparentemente influenciado por estudos sociológicos, sem fazer referência a disfunções ou agravos. Essa conceituação foi adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu estudo multicêntrico, com o objetivo principal de elaborar um instrumento que avaliasse a qualidade de vida em uma perspectiva internacional e transcultural (SEIDL; ZANNON, 2004). Dessa forma, esse termo passou a ser definido como *a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações* (WHOQOL GROUP, 1995).

O empreendimento da OMS, de grande contribuição teórico-metodológica para criar um instrumento de avaliação do conceito de qualidade de vida em diferentes populações, foi desenvolvido em projeto multicêntrico, cuja construção se deu em três etapas: 1- entendimento do conceito de qualidade de vida por especialistas de diferentes culturas; 2- estudo qualitativo em quinze cidades de quatorze países, com grupos focais formados por pacientes com agravos diversos, profissionais de saúde e pessoas da população em geral, para explorar as representações e o significado do termo em diferentes culturas; 3- desenvolvimento dos testes de campo para análise fatorial, de confiabilidade e de validade geral (WHOQOL GROUP, 1995, 1998).

A natureza multidimensional do termo foi validada, de modo empírico, a partir da emergência de quatro situações do indivíduo: 1- sua condição física; 2- sua condição afetiva

e cognitiva, ou psicológica; 3- seus relacionamentos sociais e os papéis sociais adotados na vida; 4-o ambiente onde vive. Além dessas dimensões, obteve-se uma avaliação da qualidade de vida percebida de modo global, mensurada por quatro itens específicos computados em um único escore. As quatro dimensões subdivididas em 24 facetas mais as perguntas referentes à qualidade de vida global constituem o Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da OMS - *World Health Organization Quality of Life-100* - WHOQOL-100 (WHOQOL GROUP, 1998).

A qualidade de vida tem se tornado um tema importante para a sociedade em geral, uma vez que, na definição do próprio conceito de saúde, diferentes ciências vem se preocupando em estabelecer parâmetros mais amplos do que a simples ausência de doenças (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007; ALVES; TENÓRIO; ANJOS; FIGUEROA, 2010). O interesse pelo conceito qualidade de vida atrelado à saúde é relativamente recente e decorre, em parte, dos novos paradigmas que têm influenciado as políticas e as práticas do setor nas últimas décadas. O que determina e condiciona o processo saúde-doença são vários fatores complexos. Assim, esses dois elementos configuram processos compreendidos como um continuum, relacionados aos aspectos econômicos, socioculturais, à experiência pessoal e a estilos de vida. Consoante essa mudança de paradigma, a melhoria da qualidade de vida passou a ser um dos resultados esperados, tanto das práticas assistenciais quanto das políticas públicas para o setor nos campos da promoção da saúde e da prevenção de doenças (SCHUTTINGA, 1995).

No Brasil, entre 2005 e 2015, a população idosa cresceu em velocidade superior à média mundial, saindo de 9,8% para 14,3%. O fenômeno observado pode ser justificado por um conjunto de fatores, destacando-se o crescimento econômico do país e o acesso à água tratada, a esgoto e a medicamentos por meio dos programas do Ministério da Saúde (IBGE, 2016). Ainda segundo o IBGE, a expectativa de vida da população aumentou em 41,7 anos em pouco mais de um século. Em 1900, a expectativa de vida era de 33,7 anos, dando um salto significativo em pouco mais de onze décadas, atingindo 75,4 anos em 2014.

De forma geral, o processo de envelhecimento envolve uma perda progressiva das aptidões funcionais do organismo. Do ponto de vista fisiológico, algumas degenerações comuns a esse processo envolvem diminuição de força e resistência muscular, amplitude articular, perda de massa corporal magra e redução da flexibilidade (FUKAGAWA; PRUE, 2001). Essas alterações físico-orgânicas influenciam e são influenciadas, num constante processo de interação, pela saúde psicológica do idoso. Segundo Okuma (1998), essa saúde é composta pela autoestima, autoeficácia, bem-estar, interação social, depressão, ansiedade e estresse. Outras modificações interferem diretamente nos aspectos alimentares desse grupo, como a diminuição das papilas gustativas, da secreção salivar, perda de peças dentárias, redução dos movimentos gastrintestinais, aumento dos problemas de desidratação, problemas na utilização de nutrientes, desinteresse pela comida entre outros (VELLOZO, 2004).

Segundo Rebelatto (2006), o processo de envelhecimento do ser humano tem sido foco de atenção crescente de cientistas. O aumento do número de indivíduos que chegam à terceira idade faz com que os comprometimentos da saúde, característicos desse período sejam objetos de preocupação e de estudos. Os significados de qualidade de vida para os idosos dependem de suas expectativas, sentimentos e objetivos delineados pela experiência vivida.

Segundo Nahas (2017), a prática regular de atividades físicas beneficia as dimensões fisiológica (controle da glicose, qualidade do sono, capacidade física relacionada à saúde); psicológica (relaxamento, redução dos níveis de ansiedade e estresse, cognição) e social (integração social e cultural com a comunidade), melhorando a qualidade de vida dos indivíduos.

O aumento da força muscular e do fluxo sanguíneo para os músculos, o aprimoramento da flexibilidade e da amplitude de movimentos, a diminuição do percentual de gordura, a melhora dos aspectos neurais, a redução dos fatores que causam quedas e da resistência à insulina, a manutenção ou melhora da densidade corporal óssea e a melhora da postura podem ser considerados alguns dos benefícios fisiológicos que a atividade física propicia ao organismo, tanto de jovens quanto de idosos (NAHAS, 2017).

O envolvimento em atividades físicas, culturais e sociais durante a velhice é fundamental, pois possibilita o contato social e pode dar sentido à vida. Por meio de atividades praticadas regularmente, o idoso pode encontrar significado e satisfação para sua existência, melhorando sua percepção sobre qualidade de vida (DEPS, 1993).

O Programa de Extensão Interdisciplinar foi desenvolvido na Comunidade do Beco, bairro Triângulo, no município de Ponte Nova (MG). A escolha da referida comunidade foi intencional, levando-se em conta, principalmente, o conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos idosos do local, como exclusão social e perdas de capacidades. A proximidade com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a facilidade para a realização das atividades na rua, a partir da autorização dos vizinhos, facilitaram a realização das ações do Programa.

2. Métodos de Avaliação Utilizados

Nesta pesquisa, utilizamos uma metodologia descritiva de corte longitudinal, por meio de abordagem quantitativa, em que são realizados o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007). Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso em que, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para posterior determinação dos efeitos resultantes (PEROVANO, 2014), sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

A abordagem quantitativa é o método que prevê a mensuração de variáveis pré-estabelecidas para verificar e explicar sua influência mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (DYNIEWICZ, 2009).

Para a realização da pesquisa foi selecionada uma amostra constituída por 20 mulheres, com média de idade de $65,95 \pm 7,47$ anos da referida Comunidade. Elas participaram somente das atividades físicas do Programa no período. As idosas aceitaram participar voluntariamente do estudo e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Foi inserido, no cotidiano das participantes, um programa de atividades físicas duas vezes por semana, durante 60 minutos, com intuito de melhorar a qualidade de vida delas. Foram trabalhados principalmente força, flexibilidade, resistência aeróbia e equilíbrio. Para os treinos, foram utilizados bolas suíças, faixas elásticas e halteres.

A fim de avaliar o desenvolvimento dos participantes, foi aplicado o questionário genérico WHOQOL-*old*, da Organização Mundial de Saúde, sobre qualidade de vida, uma versão do questionário para pessoas idosas, composto por seis facetas. A faceta “Funcionamento do Sensorio” avalia o funcionamento sensorial e o impacto da perda das habilidades sensoriais na qualidade vida. A “Autonomia” refere-se à independência na velhice e investiga até que ponto se é capaz de viver de forma autônoma e tomar suas próprias decisões. Em “Atividades Passadas, Presentes e Futuras” conhece-se a satisfação com a vida e as coisas que anseia. A “Participação Social” delinea a participação em atividades do cotidiano, especialmente na comunidade. A faceta “Morte e Morrer” relaciona-se a preocupações, inquietações e temores da morte e de morrer. Em “Intimidade” avalia-se a capacidade de se ter relações pessoais e íntimas. A Tabela 3.1 descreve as áreas de conteúdo principais de cada faceta do WHOQOL-*old*.

Tabela 3.1.: Domínios do questionário WHOQOL- *old*

<p>Domínio I - Domínio Físico Dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso.</p>
<p>Domínio II - Domínio Psicológico Sentimentos positivos; pensar, aprender, memória, concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos.</p>
<p>Domínio III - Nível de Independência Mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho.</p>
<p>Domínio IV - Relações Sociais Relações pessoais; suporte (apoio) social; atividade sexual.</p>
<p>Domínio V - Ambiente Segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde; novas informações e habilidades; recreação e lazer; ambiente físico; transporte.</p>
<p>Domínio VI - Aspectos Espirituais/religião/crenças pessoais Espiritualidade/religião/crenças pessoais.</p>

Fonte: Adaptada do Manual WHOQOL-OLD (FLECK et al., 1999a; 1999b).

Foi aplicado também o WHOQOL-*bref*, que consiste na versão abreviada do WHOQOL-100. Tal instrumento foi desenvolvido com o intuito de avaliar a qualidade de vida em uma perspectiva internacional (FLECK et al., 1999a; 1999b). A versão em português do WHOQOL-*bref* contém duas questões gerais, que não entram no cálculo dos escores dos domínios, sendo analisadas separadamente, e 24 questões que recebem pelos autores o nome de facetas, sendo distribuídas nos domínios físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente (Tabela 3.2).

Tabela 3.2.: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL-old

<p>Domínio I – Domínio Físico 03 - Dor e desconforto 04 - Dependência de medicação e tratamentos 10 - Energia e fadiga 15 - Mobilidade 16 - Sono e repouso 17 - Atividades de vida cotidiana 18 - Capacidade de trabalho</p>
<p>Domínio II – Domínio Psicológico 05 - Sentimentos positivos 06 - Espiritualidade/religião e crenças pessoais 07-Pensar, aprender, memória e concentração. 11 - Imagem corporal e aparência 19 - Autoestima 26 - Sentimentos negativos</p>
<p>Domínio III – Domínio Relações Sociais 20 - Relações pessoais 21 - Atividade sexual 22 - Suporte social</p>
<p>Domínio IV – Domínio Meio Ambiente 08 - Segurança física e proteção 09 - Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima) 12 - Recursos financeiros 13 - Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades 14 - Participação e oportunidades de recreação e lazer 23 - Ambiente no lar 24 - Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade</p>

Fonte: Adaptada de FLECK et al. (1999).

O instrumento utilizado considera as últimas duas semanas vividas pelos pesquisados. Os questionários foram aplicados no primeiro e último dia de treinamento. Os dados obtidos foram analisados conforme modelo estatístico já validado (POWER; QUINN; SCHIMIDT, 2005) para o instrumento utilizado e adaptados para uma escala compreendida de 0 a 100, que considera as seguintes classificações para a qualidade de vida: 20 a 59 - Necessita de Melhora; 60 a 79 - Regular; 80 a 99 - Boa; 100 - Muito Boa. A escolha desse instrumento se deu por mostrar características satisfatórias tanto para populações saudáveis como não saudáveis (GUYATT; FEENY; PATRICK, 1993; BERLIM; FLECK, 2003).

3. Análise dos Dados

As variáveis de interesse do estudo seguiram distribuição normal e foram comparadas, no momento anterior e após a intervenção, por meio do teste t pareado. Utilizou-se o programa GraphPad Prism 6.0 – 2013(GraphPad®, CA, USA) e adotou-se um nível de significância de 0,05.

4. Resultados

Na Tabela 3.3 estão os resultados obtidos antes e após o programa de intervenção, para as seis facetas do WHOQOL-old.

Tabela 3.3.: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL-old

Facetas						
WHOQOL-old	FS	AUT	PPF	PSO	MEM	INT
Primeira coleta	72,75 ± 19,57	65,25 ± 14,37	72,00 ± 8,79	76,25 ± 9,30	68,00 ± 24,62	71,50 ± 11,93
Segunda coleta	74,50 ± 20,51	73,75 ± 18,20*	80,75 ± 9,50*	82,75 ± 8,81*	67,75 ± 26,58	78,75 ± 15,03*

Dados expressos em média ± desvio-padrão. As facetas analisadas são Funcionamento Sensório (FS), Autonomia (AUT), Atividades Passadas, Presentes e Futuras (PPF), Participação Social (PSO), Morte e Morrer (MEM) e Intimidade (INT); *-p<0,05.

Ao comparar os dados antes e após a intervenção, observamos que não houve diferenças significativas nas facetas Funcionamento Sensório e Morte e Morrer, mas sim nas facetas Autonomia; Atividades Passadas, Presentes e Futuras; Participação Social e Intimidade. Na Tabela 3.4 estão apresentados os resultados obtidos antes e após o programa de intervenção para cada um dos domínios do WHOQOL-bref:

Tabela 3.4.: Dados da primeira e segunda coletas do WHOQOL- bref

Domínios				
WHOQOL- bref	FÍSICO	PSICOLÓGICO	RELAÇÃO SOCIAL	MEIO AMBIENTE
Primeira coleta	61,79 ± 9,13	61,67 ± 10,44	69,58 ± 10,90	62,83 ± 9,56
Segunda coleta	61,96 ± 9,37	65,63 ± 8,43	70,42 ± 13,37*	67,04 ± 7,88

Dados expressos em média ± desvio-padrão; *- p<0,05.

Quando foram analisados os domínios, observou-se melhora significativa apenas em Relação Social. Os domínios Físico, Psicológico e Meio Ambiente não tiveram diferenças significativas, antes e após a intervenção. Na Tabela 3.5 estão apresentados os resultados da percepção da qualidade de vida pelas idosas, antes e após o programa de intervenção.

Tabela 3.5.: Dados da primeira e segunda coletas para qualidade de vida global

	20 – 59 Necessita Melhorar	60 – 79 Regular	80 – 99 Boa	100 Muito Boa
Primeira coleta	20%	70%	10%	0%
Segunda coleta	10%	40%	50%	0%

Dados expressos em porcentagem. Valores compreendidos de 0 a 100.

Os dados mostraram que os números sofreram alteração positiva da primeira coleta para a segunda em relação à qualidade de vida: 20% passou para 10%; 70% caiu para 40%; e 10% aumentou para 50%.

A seguir estão transcritas na íntegra, as respostas de duas participantes sobre as mudanças ocorridas em suas vidas com a participação nas intervenções:

A. F. F. M.: “Em geral, primeiro a disciplina, que antes a gente não tinha horário para levantar, mas com esse comprometimento nós já fizemos uma disciplina que é o começo de tudo na vida da gente. Outra melhoria é no físico, a resistência física. E com o físico vem o sono que melhora a autoestima que é o lado emocional, empoderamento que a gente acha com mais motivação, a autovalorização que vai voltar na autoestima. Então ele (o projeto) nos melhorou tanto no aspecto físico, quanto no emocional. E o físico e o emocional nos leva além. Com essas caminhadas a gente pode admirar a natureza, elevando a nossa vibração, o nosso pensamento com conexão, com a espiritualidade que também faz parte do nosso ser integral. Porque nós não somos só corpo, somos um conjunto né. São elos ligados, nós estamos ligados ao todo. Estamos valorizando e preocupando mais com a nossa saúde também, porque aqui a gente adquire informações diversas que vai nos enriquecendo na intelectualidade também. Então é um conjunto, não é um fato isolado só o físico. Outro lado também é na convivência, no social aonde a gente vai aprendendo umas com as outras e enriquecendo nesse sentido também”.

S. P. M. V.: “Bom dia Felipe, eu vou falar para você o que a ginástica dos idosos do Beco melhorou na minha vida. Bom eu nasci aqui nessa rua, conheço todo mundo desde criança, só que eu casei e fui embora. Eu fiquei muitos anos morando em outros bairros, mas após algum tempo, em janeiro deste ano eu mudei para cá novamente. Aí eu encontrei meus amigos e eles me convidaram para participar do projeto. Eu estava numa depressão muito ruim, porque eu perdi minha irmã, fiquei três meses com ela no hospital. E eu aposentei também, então estava um pouco depressiva na época que eu mudei para cá. Muitas pessoas comentavam, viam que eu estava com depressão, mas eu não percebia aí meus vizinhos me convidaram para ginástica e eu comecei a frequentar. A partir daí eu comecei a melhorar porque eu estava me relacionando com meus vizinhos novamente, eu conheci pessoas novas e hoje em dia tenho mais disposição na hora de arrumar as coisas da casa, na hora de caminhar, eu tenho mais alegria para viver, mais alegria da vida. Eu dormia todo dia depois do almoço, agora eu procuro não dormir mais. Eu venho para rua, sento na porta e converso com os vizinhos. Então eu percebi que minha vida depois da ginástica ficou mais alegre, eu fiquei mais aberta, eu voltei a ser a S. que eu era antigamente”.

5. Discussão

Apesar de o programa ser aberto ao público masculino e feminino, só participaram mulheres, o que pode indicar três aspectos importantes do envelhecimento ativo: maior longevidade das mulheres (IBGE, 2008), maior adesão delas aos programas de atividade física (VIRTUOSO JUNIOR; TRIBESS; PAULO; MARTINS; ROMO-PEREZ, 2012) e maior facilidade para mudança de comportamento e de estilo de vida do que os homens (PEREIRA; OKUMA, 2009).

Como nos estudos de Pereira e Okuma (2009) e Tavares e Dias (2012), as idosas que praticavam atividades físicas, em sua maioria, tinham menos de 75 anos de idade. Uma provável explicação para isso seria o maior risco de dependência, diminuição da funcionalidade e autonomia após os 75 anos.

Guimarães, Scotti, Soares, Fernandes e Machado (2012) investigaram a associação entre qualidade de vida e atividade física, e mostraram uma relação direta e positiva de interdependência entre essas duas variáveis, ou seja, melhor qualidade de vida leva à maior prática de atividade física de idosos e vice-versa. A prática de exercício físico prepara o idoso para uma vida autônoma e independente (GORDIA et al., 2007).

Entre os fatores que determinam a qualidade de vida de um indivíduo ou de uma comunidade destacam-se bem-estar, felicidade, amor, alegria, prazer, realização pessoal, saúde, e satisfação das necessidades básicas (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000). O estudo da qualidade de vida em idosos é recente, contudo, com o crescente processo de envelhecimento populacional, a temática está em evidência. Há um fortalecimento da ideia de que prolongamento da vida só pode ser considerado uma conquista se a ele for agregada qualidade (NERI, 2004). Nesse sentido, torna-se fundamental manter padrões positivos de saúde e qualidade de vida. Um fator importante é manter o idoso independente e autônomo por maior tempo possível e, dessa forma, a prática regular de atividades físicas pode fazer a diferença.

Em uma revisão sistemática sobre o impacto da prática de exercício físico na qualidade de vida de idosos, Oliveira, Oliveira, Arantes e Alencar (2010) observaram que os índices de qualidade de vida aumentaram quando esses indivíduos participaram de programas de exercícios com treinos aeróbios e de força, e que a prática de exercícios duas vezes por semana parece ser mais benéfica para a qualidade de vida do que a prática apenas uma vez. Esses são dados que se assemelham aos deste estudo, pois as idosas realizaram duas sessões por semana, com atividades semelhantes.

Silva, Goulart, Lanferdini, Marcon e Dias (2012), ao compararem os níveis de atividade física e qualidade de vida entre 50 idosos que praticavam exercícios físicos regulares e idosos sedentários, constataram que os idosos ativos obtiveram melhor índice de qualidade de vida. No entanto, como bem destacam Oliveira et al. (2010), essa evidência ainda é limitada e carece que estudos longitudinais com diferentes tipos de intervenções sejam realizados para que as conclusões sobre a eficácia da atividade física sejam reforçadas.

Apesar de vários estudos indicarem que a adoção de uma vida ativa é eficaz na prevenção e minimização dos efeitos do envelhecimento, no que tange aos aspectos físicos, psicológicos, sociais ou do ambiente, neste estudo observamos melhora significativa apenas no domínio Relação Social, decorrente da ampliação do contato social entre as participantes.

A não modificação dos outros domínios reflete uma manutenção desses outros aspectos do comportamento humano.

O domínio Relação Social está associado a relações pessoais, apoio social e atividade sexual. Com o Programa Interdisciplinar, as participantes tiveram mais opções de convívio pessoal e de apoio social, o que pode explicar também a melhora significativa nesse domínio. Com a implementação desse Programa e das atividades físicas sistematizadas, elas tiveram oportunidade de ampliar e relacionamento social.

As facetas Autonomia, Atividades Passadas, Presentes e Futuras, Participação Social e Intimidade foram as que tiveram melhoras significativas após a intervenção. Os resultados obtidos na faceta Autonomia divergem do estudo de Dalsenter e Matos (2009), no qual 45,8% dos idosos institucionalizados de Blumenau-SC disseram que estavam insatisfeitos com relação à liberdade de gerenciar sua própria vida. Esses idosos tinham também baixa qualidade de vida. A qualidade de vida na terceira idade pode estar associada a fatores de independência e autonomia, e a dependência do idoso resulta das alterações biológicas (incapacidades) e de mudanças nas exigências sociais (SERBIM;FIGUEIREDO, 2011).

Os escores da faceta Intimidade podem indicar que as idosas investigadas estão satisfeitas ou estão mantendo relações de intimidade suficientes que lhe permitem perceber positivamente a qualidade de vida como um todo. Bajotto e Goldim (2011) destacam que o companheirismo, o amor e a visão madura da vida, apesar do conformismo com os relacionamentos pessoais e íntimos, são fatores relevantes da qualidade de vida de idosos.

Quanto à faceta Atividades Passadas, Presentes e Futuras, os resultados encontrados neste estudo estão relacionados com os observados por Dalsenter e Matos (2009), que obtiveram resultados satisfatórios nessa mesma faceta, pois as experiências vividas no passado, pelo grupo estudado, passaram a ter um significado aceitável em suas vidas, e isto faz com que se sintam felizes com a expectativa de um futuro promissor e a esperança de continuarem tendo uma vida positiva. Desta forma pode-se inferir que a qualidade de vida dos participantes está intimamente atrelada à sua história de vida, a suas conquistas, a suas amizades e a relações parentais.

No que tange aos resultados da faceta Participação Social, eles se relacionam com os do estudo de Vagetti, Oliveira, Barbosa Filho, Moreira e Campos (2012), que também obtiveram os melhores escores relacionados à melhor percepção de qualidade de vida global pelas idosas ativas. É de fundamental importância que os idosos participem de atividades da comunidade e mantenham relacionamentos interpessoais, vínculos com a família, vizinhos e amigos, solidificando sua rede de suporte social.

Neste estudo, o único escore que apresentou diferença significativa foi o domínio Relações Sociais, dado encontrado também em outras pesquisas com idosos (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012; TAVARES; GOMES; DIAS; SANTOS, 2012). Esses estudos atribuem o resultado à boa rede de apoio e relações sociais que o idoso possui.

Após o programa de intervenção, verificamos melhora na qualidade de vida global das idosas. A escala não analisa as facetas e domínios separadamente. Tem-se uma média geral dos escores obtidos em cada item analisado (WHOQOL GROUP, 1995. Dessa forma, segundo Santos, Santos, Fernandes e Henriques (2002), a qualidade de vida do idoso compreende diversos critérios de natureza biológica, psicológica e socioestrutural,

pois vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de bem-estar na velhice: longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, eficácia cognitiva, status social, continuidade de papéis familiares e ocupacionais e continuidade de relações informais com amigos.

De acordo com Arnold et al. (2004), o julgamento que cada indivíduo faz de sua qualidade de vida global deve ser considerado. Teoricamente, espera-se que o indivíduo combine diferentes aspectos de sua vida e os sintetize em uma avaliação global de sua qualidade de vida. Questiona-se, porém, se os indivíduos realmente fazem uma síntese global, ou se incluem apenas aspectos preferenciais, e/ou excluem outros não preferenciais.

A qualidade de vida pode ser percebida como boa ou ruim de acordo com a forma como cada indivíduo vivencia a velhice, podendo variar entre os dois extremos: muito bom e péssimo. Nesse sentido, a qualidade de vida depende, então, da interpretação emocional que cada indivíduo faz dos fatos e eventos, e está intimamente relacionada à percepção subjetiva dos acontecimentos e condições de vida. A diminuição da visão, por exemplo, pode não significar o mesmo para dois indivíduos diferentes; a perda funcional tem importâncias emocionais e sociais diferentes para cada indivíduo (XAVIER; FERRAZ; MARC; ESCOSTEGUY; MORIGUCHI, 2003).

Para que a maioria dos idosos possa ter uma qualidade de vida boa, faz-se necessário que mais projetos com essa finalidade sejam implementados nos programas sociais e de políticas públicas dos municípios, de tal forma que se possa atualizar o trabalho produzido e também adicionar informações sobre a temática abordada.

6. Considerações Finais

Após o período de intervenção, houve mudanças importantes na qualidade de vida global das idosas. Ao analisar as facetas e domínios, pode-se perceber melhora significativa nas facetas Autonomia; Atividades Passadas, Presentes e Futuras; Participação Social e Intimidade; e no domínio Relação Social.

7. Referências

ALVES, J. G. B.; TENÓRIO, M.; ANJOS, A. G.; FIGUEROA, J. N. Qualidade de vida em estudantes de Medicina no início e final do curso: avaliação pelo WHOQOL-bref. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 34, n.1, 91-96, 2010.

ARNOLD, R.; RANCHOR, A. V.; SANDERMAN, R.; KEMPEN, G. I.; ORMEL, J.; SUURMEIJER, T. P. The relative contribution of domains of quality of life to overall quality of life for different chronic diseases. *Quality of Life Research*, v.13, n.5, p. 883-896, 2004.

BAJOTTO, A. P.; GOLDIM, J. R. (2011). Avaliação da qualidade de vida e tomada de decisão em idosos participantes de grupos socioterápicos da cidade de Arroio do Meio, RS, Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v.4, n.4, p.753-761, 2011.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERLIM, M. T.; FLECK, M. P. A. Quality of life: a brand new concept for research and

practice in psychiatry. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 25, n.4, p. 249-252, 2003.

DALSENTER, C. A.; MATOS, F. M. Percepção da qualidade de vida em idosos institucionalizados da cidade de Blumenau (SC). *Dynamis*, v. 15, n.2, p. 32-37, 2009.

DEPS, V. L. Atividade e bem-estar psicológico na maturidade. In: NERI, A. L. (Ed.). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas: Papirus, 1993.

DYNIWICZ, A. M. *Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes*. 2.ed. São Paulo: Difusão, 2009.

FLECK, M. P. A.; FACHEL, O.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.21, n.1, p.19-28, 1999.

FLECK, M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. (1999). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Revista de Saúde Pública*, v.34, n.2, p. 178-183, 1999.

FUKAGAWA, N. K.; PRUE, A. E. H. Nutritional Issues in Geriatrics. In: LEVKOFF, S. E.; CHEE, Y. K.; NOGUCHI, S. (Ed.). *Aging in good health: multidisciplinary perspectives*. New York: Springer Publishing Company, 2001.

GORDIA, P. A.; QUADROS, B. M. T.; VILELA JUNIOR, V. B. G.; SOUZA, A. E.; CABRAL, C.; MORAIS, B. T.; QUADROS JUNIOR, P. K.; CAMPOS, W. Comparação da qualidade de vida de mulheres idosas praticantes e não praticantes de exercício físico. *Efdeportes*, v.11. p. 106, 2007. [on line].

GUIMARÃES, A. C. A.; SCOTTI, A. V.; SOARES, A.; FERNANDES, S.; MACHADO, Z. (2012). Percepção da qualidade de vida e da finitude de adultos de meia idade e idosos praticantes e não praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, n.4, p 661-670, 2012.

GUYATT, G. H.; FEENY, D. H.; PATRICK D. L. Measuring health-related quality of life. *Annals of Internal Medicine*, v.118, n.8, p. 622-629, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2008). *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050: revisão*. Recuperado em 10 novembro, 2017, de https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2004/metodologia.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Recuperado em 10 novembro, 2017, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida – Aspectos conceituais. *Revista Salus-Guarapuava*, v.1, n.1, p.13-15, 2007.

LEPLÈGE, A.; RUDE, N. The importance of patient's own view about their quality of life. *AIDS*, v.9, n.9, p. 1108-1109, 1995.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n. 1, p. 7-18, 2000.

NAHAS, M.V. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 7. ed. Florianópolis: Editora do Autor, 2017.

NERI, A. L. O que a psicologia pode oferecer ao estudo e à intervenção no campo do envelhecimento no Brasil, hoje. In: NERI, A. L. (Ed.); YASSUDA, M. S. (Org.); CACHIONI, M. (Colab.). *Velhice bem-sucedida*. Campinas: Papirus, 2004.

OKUMA, S.S. *O Idoso e a Atividade Física: fundamentos e pesquisa*. 1. ed. Campinas: Papirus, 1998.

OLIVEIRA, A. C.; OLIVEIRA, N. M. D.; ARANTES, P. M. M.; ALENCAR, M. A. Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v.13, n. 2, p. 301-312, 2010.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n.2, p. 241-250, 2012.

PEREIRA, J. R. P.; OKUMA, S. S. O perfil dos ingressantes de um programa de educação física para idosos e os motivos da adesão inicial. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.23, n.4, p. 319-334, 2009.

PEROVANO, D.G. *Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social*. (1. ed.). Curitiba: Juruá, 2014.

POWER, M.; QUINN, K.; SCHIMIDT, S. Development of the WHOQOL-old module. *Quality of Life Research*, v.14, n. 10, p. 2197-2214, 2005.

REBELATTO, J. R. Influência de um programa de atividade física de longa duração sobre a força muscular manual e a flexibilidade corporal de mulheres idosas. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v.10, n.1, p. 127-132, 2006.

SANTOS, S. R.; SANTOS, I. B. C.; FERNANDES, M. G. M.; HENRIQUES, M. E. R. M. Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da escala de Flanagan. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.10, n.6, p. 757-764, 2002.

SCHUTTINGA, J. A. Quality of life from a federal regulatory perspective. In: DIMSDALE, J. E.; BAUM, A. (Ed.). *Quality of life in behavioral medicine research*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. da C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, v.20, n.2, p.580-588, 2004.

SERBIM, A. K.; FIGUEIREDO, A. E. P. L. Qualidade de vida de idosos em um grupo de convivência. *Scientia Medica*, v.21, n.4, p. 166-172, 2011.

SILVA, M. F.; GOULART, N. B. A.; LANFERDINI, F. J.; MARCON, M.; DIAS, C. P. Relação entre os níveis de atividade física e qualidade de vida de idosos sedentários e fisicamente ativos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v.15, n.4, p. 634-642, 2012.

TAVARES, D. M. S.; DIAS, F.A. Capacidade funcional, morbidades e qualidade de vida de idosos. *Texto e Contexto – Enfermagem*, v.21, n.1, p. 112-120, 2012.

TAVARES, D. M. S.; GOMES, N. C.; DIAS, F. A.; SANTOS, N. M. F. Fatores associados à qualidade de vida de idosos com osteoporose residentes na zona rural. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v.16, n.2, p. 371-378, 2012.

VAGETTI, G. C.; OLIVEIRA, V.; BARBOSA FILHO, V. C.; MOREIRA, N. B.; CAMPOS, W. Predição da qualidade de vida global em idosos ativas por meio dos domínios do WHOQOL-BREF e do WHOQOL-OLD. *Motricidade*, v.8, n. 2. p.709-718, 2012.

VELLOZO, E. P. *Casas lares da prefeitura do município de São Paulo: atendimento alimentar e sua contribuição sobre o estado nutricional de indivíduos na Terceira Idade*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2004.

VIRTUOSO JUNIOR, J. S.; TRIBESS, S.; PAULO, T. R. S.; MARTINS, C. A.; ROMO-PEREZ, V. Physical activity as an indicator of predictive functional disability in elderly. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.20, n.2, p.259-65, 2012.

WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social Science and Medicine*, v.41, n.10, p.1403-1410, 1995.

WHOQOLGROUP. The World Health Organization Quality of Life assesment (WHOQOL): development and general psychometric properties. *Social Science and Medicine*, v.46, n.12, p. 1569-1585, 1998.

XAVIER, F. M.; FERRAZ, M. P.; MARC, N.; ESCOSTEGUY, N. U.; MORIGUCHI, E. H. (2003). Elderly people's definition of quality of life. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.25, n.1, p.31-39, 2003.

Capítulo IV

Reinventar a Vida: Modos de Existência e Acontecimento em uma Comunidade de Idosos em Ponte Nova-MG

Bruno Vasconcelos de Almeida
Luís Goulart Mendes

Resumo

Este artigo analisa modos de existência de idosos da Comunidade do Beco, município de Ponte Nova-MG a partir de três categorias básicas da subjetividade: espaço - uma pequena vila com 19 casas, habitadas por 53 pessoas, sendo 32% idosos, que resistem às transformações urbanas do entorno; tempo: refere-se à duração dos laços de amizade estabelecidos entre os moradores da Comunidade; ritmo: definido pela variabilidade das composições das duas primeiras; diz respeito à investigação dos processos de transformação e singularização da comunidade. Para a compreensão da experiência desenvolvida in loco, este artigo está organizado em seis partes: a) as relações entre subjetividade, velhice e comunidade; b) a questão do idoso na perspectiva da psicologia; c) um breve perfil da população idosa no Brasil e em Ponte Nova; d) a noção de práticas comunitárias; e) as oficinas acontecidas no Beco; e f) a problematização das aprendizagens ocorridas. Nas considerações finais, abordamos o papel transformador do encontro universidade e comunidade, a riqueza cultural da Comunidade do Beco, e a importância de se reinventar a vida a partir da velhice.

Palavras-chave: Subjetividade. Velhice. Comunidade. Psicologia Comunitária. Vida.

Capítulo dedicado aos moradores da Comunidade do Beco

1. Introdução

Modos de existência e subjetividade costumam estar associados no campo de estudos da esquizoanálise e da filosofia da diferença. Modos de existência produzem subjetividades, e subjetividades produzem modos de existência. Não há erro terminológico nesta rua de mão dupla. Trata-se efetivamente da vida e dos fluxos que ela agencia. Em todo encontro, há produção de subjetividade, singularização, diferenciação, individuação, afetação dos corpos e possivelmente alegrias.

Em certo sentido, pode-se falar em acontecimento. É o que se deu quando um pequeno grupo de trabalho da PUC Minas pegou a estrada rumo a Viçosa e Ponte Nova, duas cidades do interior de Minas, para dois encontros especiais: um na Universidade Federal de Viçosa e outro na Comunidade do Beco, localizada no município de Ponte Nova. Nessa Comunidade, ocorreu um conjunto de atividades planejadas pela equipe, somados à uma boa dose de acasos, surpresas e bons encontros.

Este capítulo tem a seguinte estrutura: abordagem das conexões entre subjetividade, velhice e comunidade, conceitos densos e de larga tradição; a Psicologia no trabalho com idosos (a equipe era composta por psicólogos, professores, um estudante de psicologia e um músico); perfil do idoso no Brasil e em Ponte Nova; discussão do conceito de práticas comunitárias; relato da experiência desenvolvida em Ponte Nova; e pequena problematização das aprendizagens ocorridas.

Acreditamos que a velhice é uma etapa da vida que precisa ser vivida plenamente, com possibilidades, dificuldades, hábitos e mudanças. O trabalho da Psicologia comunitária certamente pode contribuir para melhores práticas e boas vivências, introduzindo, no cotidiano das comunidades, espaços, tempos e ritmos criativos e cheios de vida.

2. Subjetividade, Velhice e Comunidade

A caracterização da velhice como uma etapa negativa da vida parece ser uma construção da modernidade. Não se pode dizer que a compreensão desfavorável da velhice seja uma constante em diferentes geografias e tempos históricos. Duas suposições permanecem na atual visão do idoso: de um lado, a velhice como etapa improdutiva e, de outro, a velhice como etapa de grande dependência de terceiros. Em um primeiro olhar, encontram-se duas respostas: a figura do velho como produtivo, atuante, performático, esportista etc., e a figura do velho como incapaz, frágil, doente, e próximo à morte.

Ao considerarmos as três categorias básicas subjetividade – tempo, espaço e ritmo, encontramos em nossa prática dois modelos de subjetivação: acelerado e dinâmico, ocupando espaços de visibilidade performática, onde os ritmos são ditados pela boa forma, pelo enhancement humano e pelo corpo que preserva a juventude; e outro, lento, próximo à imobilidade, ocupando espaços que restaram dos poderes disciplinares, ou encapsulados nas dinâmicas de famílias tradicionais, onde os ritmos parecem ser os mesmos dos objetos dispostos pelas casas modernas, vida que se torna mais lenta, mas não preserva as potências da lentidão.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno complexo e que chama a atenção por suas particularidades. No início do século XX, a estimativa de vida era de 33,5 anos, passando para 50 nas décadas de 1950 e 1960, e chegando a 73,5 em 2010 (IBGE, 2010). Do ponto de vista político e social, os impactos dessas mudanças demográficas alteraram toda a dinâmica populacional e o consequente planejamento sobretudo em áreas como saúde, educação, assistência social, inclusão digital, mobilidade urbana etc.

Atualmente, estima-se uma população de mais de 22 milhões de brasileiros acima de 60 anos. A população total passa dos 206 milhões e a proporção do envelhecimento é crescente. A taxa de fertilidade caiu na última década e aumentou o número de adolescentes e jovens mortos prematuramente (IBGE, 2016).

Conforme definição do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, idoso é todo cidadão com idade igual ou superior a 60 anos. A população idosa, por seu turno, é bastante heterogênea, já que as diferenças e desigualdades presentes em todas as faixas etárias sobrevivem na velhice. A taxa de mortalidade é maior entre os estratos mais desfavoráveis do ponto de vista econômico e social.

Quem é o homem velho no Brasil contemporâneo? Como ele vive? Quais laços estabelece? Em quais dinâmicas comunitárias? Quem é o idoso real, distinto das duas tipologias estabelecidas antes? Como pensar os diferentes tipos de velhice? O idoso de 60 anos e o de 80 são alvos das mesmas políticas públicas? Como compreender as paradoxais relações entre idosos institucionalizados, isolados, de baixa contratualidade familiar e comunitária, e os idosos integrantes de diferentes grupos comunitários, parceiros de vida e projetos? Essas perguntas visam tornar mais claro o mapa provisório dos diferentes modos de se envelhecer no país.

Antes, porém, precisamos de uma definição de subjetividade que contemple as diferentes possibilidades do existir na velhice. De acordo com Guattari (1992, p.33), a única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo. O que ele entendia por subjetividade? Seria preciso invocar uma complexa rede conceitual para explicitá-la. Neste capítulo, a subjetividade diz respeito aos agenciamentos que emergem no plano da atualidade histórica, ao desenvolvimento de produções maquínicas e ao destaque dado aos aspectos etológicos e ecológicos que envolvem a produção subjetiva humana e não humana (Idem, p.11). Com essa concepção mais ampla, pensar a velhice em sua relação com a subjetividade corresponde a considerá-la dos pontos de vista estético (criativo), político, do ethos e, por último, clínico.

Como criação, a velhice demanda escapar dos lugares estabelecidos aprioristicamente no campo social, o da juventude eterna e o da fragilidade como problema, para reinventar a vida lá onde a fragilidade tem seu encanto, ao mesmo tempo em que eticamente se processa o reconhecimento da finitude e dos limites que o corpo impõe. Politicamente, a velhice deveria ser investida das forças que combatem o locus desvitalizante dos saberes médicos e psicológicos e da saúde em geral. Não é sem tempo que o velho é portador de sentidos e experiências acumulados no diapasão dos acontecimentos que preenchem uma vida comum. Do ponto de vista clínico, a velhice é uma aprendizagem, pois convoca novos diálogos e novos ritmos existenciais. O que é comum aos velhos, na perspectiva da subjetividade, conforme Guattari (1992), é a singularização relacional que tem na fragilidade sua potência díspar.

O conceito de comunidade é aqui acionado ao constituir o plano onde se tecem as linhas de produção subjetiva na velhice. Como um bordado ou colcha de retalhos, as lógicas comunitárias são essencialmente relacionais, dialógicas, polifônicas, agenciadoras de conteúdo e expressão. Comunidade, segundo Bauman (2003), não pode mais ser definida da maneira clássica. Para o autor, o termo está associado à modernidade (contemporaneidade) e ao multiculturalismo:

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. (BAUMAN, 2003, p.134).

A ideia de comunidade tem longa tradição na história do pensamento. Do século XIX, em especial no pensamento sociológico, emerge uma tradição que a interpreta como substância comum compartilhada: o território, a cultura, classes, etnias e outras tipologias que agenciam identidades em torno de referências substancializadas. Por outro lado, já no pensamento contemporâneo, encontra-se uma linhagem de autores que a compreendem como experiência de dessubjetivação, comunidade como produção de um comum que reconhece a diferença ontológica.

De acordo com Yamamoto (2013), pode-se configurar a primeira matriz semântica do conceito como substancialista/transcendente ou romântica (Max Weber, Émile Durkheim, Georg Simmel e Martin Buber) e a segunda como dessubstancialista/imanente (Maurice Blanchot, Jean-Luc Nancy, George Bataille, Giorgio Agamben e Roberto Esposito).

Pelbart (2003), na esteira de Toni Negri e Paolo Virno, já havia apontado que vivemos hoje uma crise do comum. O comum identitário da primeira matriz não sobreviveu ao fim da Segunda Guerra Mundial e aos campos de concentração nazistas, nem os projetos coletivos de teor messiânico. Já os filósofos contemporâneos da comunidade problematizaram, por seu turno, os processos de singularização no âmbito do comum. Vale lembrar alguns dos nomes atribuídos pelos autores citados à questão da comunidade: comunidade dos celibatários, comunidade dos sem comunidade, comunidade negativa, comunidade ausente, comunidade inoperante, comunidade impossível, comunidade de jogo, comunidade que vem comunidade da singularidade qualquer. Todos eles apresentam a ideia de uma comunidade não totalizável, não finalista, não unitária.

A dimensão política de uma comunidade de idosos em processos de singularização, reinventando a própria vida, produzindo novas subjetivações, resistindo à captura dos lugares identitários e encontrando alternativas pessoais e comunitárias no espaço urbano cada vez mais pautado pela guerra dos lugares (ROLNIK, 2015), sinaliza um novo tipo de agenciamento, por aprendizagem, de fluxos desejanter e vitalistas.

3. Psicologia e Velhice

O papel da Psicologia na promoção da saúde do idoso vem crescendo nos últimos anos. Inserido em perspectiva multi e transdisciplinar, a produção de conhecimento na

área é igualmente significativa. Vale destacar alguns pontos dessa construção: a ênfase em promoção de saúde, a reabilitação cognitiva e psicomotora, o apoio psicológico, o treino de memória, e os cuidados paliativos. Por outro lado, há consenso com relação à importância da manutenção dos vínculos familiares e sociais, à defesa de direitos, à educação para idosos, ao lazer e ao uso das cidades.

Contudo, há diferentes concepções sobre a velhice e o envelhecimento no âmbito das teorias psicológicas. Uma diz respeito aos tipos de velhice. Stojanovic (s/d), em estudo comparativo acerca dos livros de Cícero e Bobbio sobre a velhice, ressalta as diferentes formas de velhice a partir dos estados biopsicossociais. O primeiro estado pode ser caracterizado pela mobilidade corporal, pela memória e pela comunicação preservadas. O autor o associa à velhice abordada por Cícero em *De Senectute: saber envelhecer*. O segundo é definido pelo comprometimento parcial de mobilidade e memória e com a comunicação preservada, estado abordado por Bobbio em *O Tempo da Memória: De Senectute*. O terceiro é caracterizado pela imobilidade corporal, memória e comunicação profundamente afetadas, identificado pelo autor com a personagem Anne, do filme *Amor*, do cineasta Michael Haneke.

O aumento das taxas de longevidade coloca o desafio de se pensar em um conjunto heterogêneo de etapas do envelhecimento. Andrade e Almeida (2017) estabeleceram quatro abordagens para os diferentes períodos da velhice: estratégias de resistência; cuidados com saúde; políticas públicas; e direitos. Consideram-se estratégias de resistência as linhas de força que recusam os lugares pré-estabelecidos social e culturalmente para os idosos, seja o lugar da fragilidade ou invalidez, seja o lugar do idoso saudável, atleta e longo. As práticas de cuidado referem-se à atenção à saúde, à rede de cuidados, ao corpo, aos vínculos familiares e sociais, à solidão, enfim à saúde em uma perspectiva integral. Quanto às políticas públicas, a pesquisa contempla a saúde, a assistência social, a previdência social e a mobilidade urbana. Cientes da importância da integralidade, essa divisão é unicamente uma opção metodológica. Em relação aos direitos do idoso, ainda são precariamente conhecidos, reconhecidos e praticados no país.

4. Breve Perfil do Idoso no Brasil e em Ponte Nova

No Brasil, entre 2005 e 2015, houve redução do percentual de crianças e adolescentes até 14 anos e do percentual de jovens. No mesmo período, aumentou o percentual de pessoas com 60 anos ou mais. O aumento se deu em todos os estratos: de 60 a 64, de 65 a 69, de 70 a 74, de 75 a 79, e de 80 ou mais (IBGE, 2016).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2010) traz informação importante para as políticas de mobilidade: um terço dos idosos apresenta dificuldades para caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que se utilize de prótese, bengala ou outro aparelho. O Censo de 2010 mostrou que 93,8 % por cento de idosos vivem em domicílios sem rampa e 24,2 % sem calçada no entorno.

Além disso, sabe-se que os idosos estão na faixa em que mais se utiliza de serviços de saúde, devido ao perfil de comorbidades, caracterizado por maior prevalência de doenças crônico-degenerativas (REIS; NORONHA; WAJNMEN, 2016). No entanto, pessoas com incapacidade normalmente têm o acesso limitado aos serviços de saúde e a ações de

promoção e prevenção. Há problemas com relação a atendimentos, muitas vezes por falta de acessibilidade e por carência de políticas governamentais adequadas para inclusão do idoso, além do notável despreparo de grande parte dos profissionais da área da saúde para o cuidado de pessoas idosas (GIACOMIN; FIRMO, 2015). Há também discriminações em serviços de saúde nos diferentes dispositivos da rede assistencial. Deve-se levar em conta também que os idosos, muitas vezes, utilizam grande quantidade de medicamentos, o que pode propiciar o uso inadequado desses e o aumento de efeitos colaterais e piores funcionais (RAMOS et al., 2016).

Com relação ao número de idosos ocupados, diminuiu a proporção daqueles que recebiam aposentadoria, de 62,7% para 53,8%, e aumentou a participação de pessoas com 60 a 64 anos entre os idosos ocupados, de 47,6 para 52,3% (IBGE, 2016). Há uma hipótese de que tal fato está associado ao prolongamento da vida de trabalho, na medida em que os sistemas previdenciários prolongaram a idade para a aposentadoria.

Vale lembrar que, conforme a PNAD, há mais mulheres idosas do que homens (55,5%), a maior concentração está entre 60 e 64 anos (31,1%) e a maioria é branca (53,4%), e urbana (83,9%). A região Sudeste concentra 45,62% dos idosos, e Minas Gerais é o segundo estado com maior número deles (2.796.000), perdendo apenas para São Paulo. Aproximadamente 30% desses moram com filhos e um pouco mais de 15% moram sozinhos. Os idosos que têm uma ocupação somam 7.200.000. A escolaridade média é de 4,8 anos de estudo para homens e de 4,6 para mulheres.

Ponte Nova, em Minas Gerais, tem população estimada de 60.361 pessoas (IBGE, 2017). O último censo, 2010, informou população de 57.390 pessoas, sendo 7.434 idosos, o que corresponde a 12,95% da população total. A Comunidade do Beco possui 19 famílias em 19 casas, 17 pessoas idosas, mais cinco entre 50 e 60 anos. Portanto 53 pessoas vivem na comunidade do Beco e 32,06 % são idosos.

5. Práticas Comunitárias

A ideia de prática encontra diferentes acepções no Dicionário Aurélio: ato ou efeito de praticar, experiência, exercício, saber resultante da experiência, rotina, aplicação da teoria, discurso breve, conversação, conferência, licença dada a navegantes para comunicarem com um porto ou cidade (FERREIRA, 1961). O conceito de comunidade foi abordado antes. Práticas comunitárias são práticas, experiências, acontecimentos, movimentos, envolvimento, ações, intervenções, encontros que se dão nos espaços comunitários da alteridade, da diferença, da outridade – termo usado por Antônio Machado e Carlos Drummond em suas poéticas.

No âmbito da Psicologia, as práticas comunitárias estão associadas às transformações que elas provocam, induzem ou gestam, criando novas formas de vida. No contemporâneo, as práticas comunitárias precisam levar em consideração diferentes perspectivas que, ao longo de determinados períodos históricos, foram sufocadas, dimensões esquecidas e com potenciais olhares inovadores: as perspectivas dos feminismos, das lutas negras, dos embates ecológicos e das complexidades do virtual.

As práticas comunitárias desenvolvidas em Ponte Nova definem-se por cinco pilares: a dimensão coletiva, a ideia de cenário, conceitos de intervenção, de resistência e de rede.

Trata-se da vida em comum, de uma comunidade de pessoas, casas, hábitos e afetos em um cenário específico - a Comunidade do Beco. A partir de alguns movimentos, agencia-se uma intervenção. O que se pode encontrar? Uma comunidade que resiste, que afirma, que luta, preservando aspectos históricos e 'tradicionais', ao mesmo tempo em que reinventa a vida na luta cotidiana pela própria existência. E como isso se deu? Através da reconstrução de vínculos, da recuperação dos afetos e da formação de redes, que envolveram, inclusive, as universidades que lá desenvolvem projetos.

6. Experiências na Comunidade do Beco - Ponte Nova-MG

A experiência na Comunidade do Beco pode ser considerada uma intervenção comunitária que inclui pesquisa e observação participante, que, conforme Minayo (2010), ilustra um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O pesquisador é agente e paciente, pesquisador e pesquisado, ou seja, o interventor, por exemplo, vivencia durante determinado tempo o que acontece na organização/comunidade, visando, por meio da coleta de dados, explicar determinado problema. Na observação participante, pondera a autora, há um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação, tendo por perspectiva a intervenção na realidade social. Nesse sentido, o pesquisador social tem de relativizar o espaço de onde provem, aprendendo a se colocar no lugar do outro.

A intervenção na Comunidade do Beco foi muito além de pesquisa ou observação participante. Por meio de roda de conversa, houve incentivo para que os moradores do Beco exteriorizassem suas demandas. Segundo Afonso e Abade (2017), uma roda de conversa é uma forma de se trabalhar, incentivando a participação e a reflexão. Para tal, constroem-se condições para um diálogo entre os participantes por meio de uma postura de escuta e circulação da palavra, podendo-se utilizar técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser praticada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre quaisquer temas de interesse dos envolvidos.

Essa modalidade participativa propiciou a postura dialógica com e entre a comunidade, frente aos problemas comuns, medo das enchentes, desmobilização social, descaso de governos, cidadania, dignidade, entre outras temáticas. Vale ressaltar a força do afeto e a união dos moradores. Não sem razão, as enchentes foram eventos negativos preponderantes. Contudo, a comunidade disse que há coisas positivas também a se comemorar: o enfrentamento coletivo das enchentes, seguido de muita resiliência, divertimento e solidariedade. Houve ponderações importantes sobre as reivindicações organizadas que ainda não estão sistematizadas, entretanto as demandas da comunidade foram encaminhadas aos órgãos municipais. Ainda não tinham sido atendidas. Nota-se, conforme observa uma moradora, uma dificuldade em organizar politicamente as necessidades e demandas, bem como seus encaminhamentos.

As experiências na comunidade do Beco podem igualmente ser consideradas como pesquisa-ação, uma vez que tem nuances a mais que a pesquisa participante, conforme orienta Santos et al. (2017). As autoras argumentam que, para muitos estudiosos, o termo pesquisa-ação teve origem na Psicologia social de Kurt Lewin, na década de 1940, quando se

propunha desenvolver pesquisas para investigar relações sociais e conseguir mudanças em atitudes e comportamentos dos indivíduos. Esta metodologia de pesquisa tem como característica principal a necessidade da inserção do pesquisador no meio, resultando em um processo de aprendizagem coletiva, com o intuito de minimizar possíveis desigualdades sociais entre pesquisador e pesquisados, ou seja, uma metodologia que possa fazer com que, após o desenvolvimento e a execução, haja condições de promover mudanças no grupo onde ocorreu a prática.

Houve uma integração fantástica entre a equipe de intervenção e os moradores da Comunidade do Beco, observada durante a realização de todas as etapas planejadas pela equipe: cantoria na casa da dona Maria Helena, roda de conversa, oficina de artes através das cores, café com bolo etc. Nessas interações, foram observadas mudanças de atitudes e de comportamentos individuais e coletivos. A reflexão sobre “o que significa essa rua, esse beco, esse lugar para os moradores” provocou uma introspecção pessoal e vivencial em todos os participantes, ativando as dimensões imaginárias da longa história da Comunidade do Beco. É que as memórias trouxeram reflexões para o futuro. A grande propaganda da rua foi feita pela mais antiga moradora, a Filinha, que disse ser aquele Beco o cantinho do céu: “Aqui as crianças podem brincar mais sossegadas, pois o trânsito de carros é menor, é mais seguro e silencioso”; “É uma família, precisamos cuidar disso aqui para nossos netos e bisnetos”. Outra moradora complementa: “Aqui nós nos amamos uns aos outros”.

Ponto discutido e reafirmado foi a questão da organização política da Comunidade do Beco. Todos apoiaram e sentiram a necessidade de uma organização coletiva da rua, para reivindicar a solução dos problemas que afligem a comunidade. Ponderaram que “um sozinho canta bem, mas que juntos podem cantar melhor”, o que evidencia a força do coletivo como ferramenta de manifestação, reivindicação e poder da comunidade.

7. O que aprendemos

As aprendizagens aconteceram a partir do momento em que se planejaram as “Oficinas de Memória, Afetos e Cognição” na comunidade do Beco, incluindo as práticas comunitárias comentadas antes. Segundo Moreira (2016), há três trilhas para a aproximação da realidade interventiva: o contato, o contágio e o compasso. O contato, aproximação teórica e prática, diz respeito ao conhecimento da realidade social sobre a qual será feita a intervenção. Isso ocorreu nos dias que antecederam ao evento, notadamente na semana de realização da oficina, em que foram feitos os preparativos para a viagem, a seleção dos aprovisionamentos para a aplicação das técnicas de grupo e demais ajustes necessários para as atividades de campo. No planejamento estabeleceu-se uma ligação direta com a comunidade, mesmo não conhecendo seus integrantes, na busca de informações em sites, livros, com familiares e com amigos, na Prefeitura etc., ou seja, pensamentos e ações precederam a primeira aproximação com a Comunidade, mesmo que em uma dimensão imaginária.

O contágio relaciona-se ao modificar, à transformação propiciada pelo encontro, ao ficar diferente após o contato; contagiar e não contaminar. Essa trilha garante, juntamente com o contato e o relacionamento “tête-à-tête” com as pessoas, um aprendizado sócio-histórico, conforme refere Kohl (2006); ao contrário, sem o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, o aprendizado e o desenvolvimento social não ocorreriam. Nessa trilha,

observou-se o engajamento de estudantes e professores das duas universidades envolvidas, e todos se sentiram energizados e motivados para o trabalho comunitário. Vale acrescentar a hospitalidade, o suporte logístico e a disponibilidade locais.

A execução da oficina, ponto central do projeto, foi o grande aprendizado. O contato e o contágio da equipe de intervenção com a comunidade do Beco contemplaram intensidades, relevos, novas modulações e incrementos de afeto. A preparação da rua, os cartazes, o bater nas portas e até mesmo os gritos dos organizadores desse encontro, tudo parecia e era, na realidade, o anunciar de um acontecimento. As pessoas da Comunidade foram conclamadas para participarem do espetáculo à maneira dos circos do interior: *respeitável público, vamos conversar!* E os moradores atenderam ao chamado. Rapidamente o beco, um espaço da rua, foi tomado pela concentração em frente à casa de dona Maria Helena, uma das moradoras da comunidade, como uma manifestação popular ocupando espaços públicos e sociais de direito, para uma assembleia – o encontro da Comunidade do Beco.

Não poderia faltar na animação aquela que é aglutinadora de coletivos e grupos – a música. A casa de dona Maria Helena foi climatizada pela cantoria. As lembranças e memórias musicais dos moradores se manifestaram nas cantigas e músicas de folclore, danças, bailes e serenatas que todos cantaram, embalados pelo som do violão, pandeiro e tambor, executados pela equipe organizadora do evento.

Quanto à terceira trilha para a realidade interventiva, o compasso, Moreira (2016) esclarece que está imanentizado nos acordos, negociações, redução dos estranhamentos, obviamente respeitando as adversidades e as diferenças. O encontro foi regado com muita música e, nas várias pausas programadas, eram apontados e discutidos os problemas da comunidade, a saber: a exclusão social e os modos de participação política da comunidade; o autoconhecimento ou modos de compreender a realidade local em que estão inseridos e sua interdependência global; a falta de apoio dos órgãos governamentais; o descaso histórico da prefeitura com relação às várias demandas da comunidade, principalmente a cronicidade do problema das enchentes no Beco.

O aprendizado da comunidade relacionava-se à análise crítica, autonomia, autoconfiança, criatividade e capacidade para selecionarem suas prioridades. Na sequência, aconteceu a oficina nos espaços da casa e da rua, intitulada ‘Arte Através das Cores’, momento de experimentação estética a mobilizar experiências criativas no âmbito do comum. Durante a realização dessa atividade, as discussões, os aprendizados e as trocas de experiências eram intensas e variadas. Os participantes ficaram maravilhados com os resultados de sua ‘obra de arte’ e lembraram a conhecida canção ‘Comida’, da banda Titãs: *a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte*.

Não haveria como não se contagiar e se contaminar pela simpatia, humildade, simplicidade, solidariedade, compromisso, desprendimento e alegria dos moradores da Comunidade do Beco de Ponte Nova; talvez sejam essas as grandes virtudes que aprendemos. As três trilhas, apontadas por Moreira (2016), foram observadas durante o a realização do projeto.

A Comunidade do Beco, em sua maioria, é formada por pessoas idosas, a praticar resistências, conforme observa Almeida (2017). Resistências que estão relacionadas aos

conceitos de linhas de força e linhas de fuga. Nesse paralelo, o autor afirma que a velhice tem uma função simbólica de resistir à servidão, ao intolerável, à vergonha, ao presente. Ser idoso é ser, filosoficamente, resistente à finitude, no mesmo gesto em que a aceita e reconhece. Dessa forma, os moradores do Beco são resistentes políticos, participativos e exigentes, ao mesmo tempo em que se encontram fragilizados por algumas das questões elencadas antes, como o problema das enchentes, que certamente provoca muitas angústias.

Outro aprendizado foi a aproximação de teoria e prática, representada pela parceria comunidade e universidade, possibilitando momentos em que os conhecimentos acadêmicos e científicos interagiram com os saberes da comunidade, produzindo desenvolvimento e singularização, fundamentando novas vivências e experiências, com a criação de novos saberes. Os idosos, além de manterem vivas as tradições culturais, cantigas e músicas, por exemplo, fazem a passagem, a transmissão do bastão da vida para as gerações futuras, contribuindo para a intergeracionalidade e para a transgeracionalidade. Nessa perspectiva, Viegas (1989) aponta a importância dos idosos na memória cultural e coletiva. “O velho, numa sociedade calcada, por exemplo, no poder da memória, pode não estar fazendo coisas, mas está trabalhando intensamente. Ele é altamente laborioso, porque está produzindo incessantemente a memória da coletividade, sem a qual a coletividade não vive” (VIEGAS, 1989, p.7).

Vale notar que é possível reinventar a vida com novas aprendizagens e, por conseguinte, novos desenhos e contextos. A 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI, 2017), no eixo seis, relativo à educação, cultura, esporte e lazer, assegura aos cidadãos a ampliação dos projetos de resgate da memória histórica através de oficinas de palavras, arte terapias, participação social e política etc., como instrumentos de transmissão e preservação das tradições e valores, visando à valorização e ao respeito da pessoa idosa. O projeto na Comunidade do Beco, em Ponte Nova, está alinhado aos princípios da CNDPI, afirmando a possibilidade e viabilidade das mudanças sociais.

Outro aprendizado, por fim, foi justamente o exercício da força do coletivo. Moreira (2014) argumenta que os grupos são espaços políticos, lugares de amizade, de aprendizagem, mediação simbólica, ambientes de convivência, vínculos afetivos, escola da vida. Encontros, reuniões públicas, coletivos e grupos são instrumentos de transformações sociais, de teor político emancipatório, que não podem ser deixados de lado, da mesma forma que não se pode esquecer a música, a arte e a rua, instrumentos de promoção e fortalecimento da comunidade, apta a enfrentar as adversidades sociais e culturais.

7. Considerações Finais

Quando a universidade e comunidade se encontram com propostas transformadoras, o encontro acaba por produzir mudanças em ambas. A integração pode se dar de muitas maneiras, mas é absolutamente essencial que professores e estudantes deixem o espaço, muitas vezes fechado, do mundo acadêmico. A vitalidade desses encontros renova práticas, teorias, modos de existir e aprender. A experiência da PUC Minas em Ponte Nova propiciou, aos professores e alunos envolvidos, experiências consideráveis de aprendizagem.

O motivo dessa intensa aprendizagem foi a riqueza cultural e experiencial da Comunidade do Beco, das famílias que permanecem em suas casas, das pessoas que seguem

na luta cotidiana de reinvenção de si e do mundo. Este trabalho possui no título a expressão “reinventar a vida”, pois foi com a impressão que a comunidade se reinventa que deixamos Ponte Nova ao final daquela experiência.

A experiência do acontecimento gestou o movimento do pensamento que traçou as linhas anteriores: as relações entre subjetividade, velhice e comunidade, a questão do idoso na perspectiva da Psicologia, o pequeno perfil da população idosa, a noção de práticas comunitárias, a descrição das oficinas e a narrativa das aprendizagens. Os fluxos permanentes de reinvenção podem redesenhar novos lugares para a existência dos idosos no mundo contemporâneo.

8. Referências

ALMEIDA, B. V. *Notas de supervisão da disciplina Orientação de Monografia II*. Curso de Psicologia. Minas Gerais: PUC Minas, 1º semestre de 2017.

ANDRADE; ALMEIDA. *Esculpir o Tempo: estratégias de resistência, práticas de cuidado, políticas e direitos nos processos de envelhecimento*. Projeto FIP. Minas Gerais: PUC Minas, 2017.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CNDPI – 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Texto base, 18 a 20/03/2009, 150p. Recuperado em 15 de novembro de 2017 de <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-do-Idoso-CNDI/conferencias/conferencias>.

FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2014.

GUATTARI, F. *Caosmose, um novo paradigma estético*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais*. In: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. 2016. Recuperado em 04 de março de 2017 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2016/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010 Resultados*. Recuperado em 05 de novembro de 2017 de <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Recuperado em 05 de novembro de 2017 de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>.

KOHL, M.O. *Vygotsky – Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio histórico*. São Paulo: Scipione, 2006.

LEI Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Recuperado em 5 de novembro de 2017 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.html.

MINAYO, M. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, G. L. *Vozes na Coxia: cochicho, escuta e participação política de mulheres idosas coordenadoras de grupos de convivência*. Dissertação de mestrado em Gerontologia, PUC/SP, 2014.

MOREIRA, G. L. *Notas de aula da disciplina Projetos Psicossociais*. Curso de Psicologia. Minas Gerais: PUC Minas, 2016.

PELBART, P.P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAMOS, L. R.; TAVARES, N.U.L.; BERTOLDI, A.D.; FARIAS, M.R.; OLIVEIRA, M.A.; LUIZA, V.L.; DAL PIZZOL, T.S.; ARRAIS, P.S.D.; MENGUE, S.S. Polifarmácia e polimorbidade em idosos no Brasil: um desafio em saúde pública. *Revista Saúde Pública*, v.50, supl.2, 9s, 2016.

REIS, C., NORONHA, K; WAJNMEN, S. Envelhecimento populacional e gasto com internação do SUS: uma análise realizada para o Brasil entre 2000 e 2010. *Revista Brasileira Estatística Populacional*, v.33, n.3, p.591-612, 2016.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, L.; COSTA, R.R.; TREVISAN, T.S. *Pesquisa, ação e participante: suas contribuições para o conhecimento científico*. Recuperado em 14 de dezembro de 2017 de http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/12_38_57_pesquisa_ação_e_participante.pdf.

STOJANOVIC, S. *De Senectute: uma leitura crítica de Cícero e de Bobbio e um novo modelo da velhice*. Recuperado em 01 de dezembro de 2017 de http://www.academia.edu/7031922/DE_SENECTUTE_Uma_leitura_cr%C3%ADtica_de_C%C3%ADcero_e_de_Bobbio_e_um_novo_modelo_da_velhice.

VIEGAS, S.A. *Trabalho e vida. Conferência pronunciada para os profissionais do Centro de Reabilitação Profissional do INSS - Belo Horizonte, em 12.07.1989*. Revisada por R. A. Pacheco.

YAMAMOTO, E. *A Comunidade dos Contemporâneos*. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 26, p. 60-71, dez. 2013. Recuperado em 26 de novembro de 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a05.pdf>.

Capítulo V

Comunidade como Espaço Pré-Político: Estudo de Caso de uma Comunidade Urbana em Ponte Nova - MG

Ricardo Duarte Gomes da Silva
Simone Martins

Resumo

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a experiência com o “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações Locais com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) no bairro Triângulo do município de Ponte Nova - MG. Trata-se do mapeamento das comunicações oriundas do espaço pré-político em uma comunidade urbana de maioria idosa. Os relatos apresentados dizem respeito à sua caracterização e sinalizam para uma possível pauta de agenda de resolução dos problemas coletivos. Para isso, foram utilizados grupos de discussão e fotoetnografia, respaldados em teorias sobre espaços deliberativos pré-políticos. Como resultados do processo comunicativo na referida comunidade, foi possível observar o resgate da memória do espaço na apresentação de narrativas, a constituição de uma sociabilidade capaz de permitir o desenvolvimento de políticas de cooperação e círculo de reciprocidade, e o levantamento de problemas coletivos que demandam políticas públicas.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo. Espaço Pré-Político. Política de Cooperação.

1. Espaços Pré-Políticos

Antes de se discutir a resolução de problemas nos espaços de deliberação na sociedade, os espaços pré-políticos podem ser vistos como um lugar da constituição de uma sociabilidade capaz de permitir o desenvolvimento de políticas de cooperação e círculos de reciprocidade em uma comunidade. **As pessoas buscam a resolução de seus problemas do dia a dia comunitário, contudo, de modo subliminar, antigos problemas entre vizinhos e grupos familiares – ainda pulsantes na experiência de vida dos sujeitos – se relacionam com os problemas coletivos.** A tessitura dessa experiência funcionando como mediação influencia a vontade dos sujeitos em participar tanto da constituição de uma sociabilidade quanto na resolução de problemas comuns.

Os problemas subliminares que marcam a experiência e medeiam as formas de fazer e de ser na comunidade não seriam identificados em um primeiro momento, exigindo tempo para um levantamento e identificação. **Para além das práticas pré-determinadas organizadas por gestores e pesquisadores, o estudo do espaço pré-político de comunidades necessita de um olhar mais detalhado e minucioso dos aspectos significativos que influenciam o comportamento de uma comunidade.** Talvez por isso a produção de textos que contemplam esta temática seja tão escassa. Poucos são os trabalhos sobre a noção de pré-político e, em pesquisa realizada na plataforma científica Scielo, não se visualizaram trabalhos recentes que contemplem o tema “espaço pré-político”, o que motivou a realização deste estudo.

Este texto tem o objetivo de refletir sobre a possibilidade de **constituição, em comunidades urbanas, de um espaço pré-político através do estímulo à sociabilidade e do uso de metodologias qualitativas.** Apresenta-se aqui a experiência desenvolvida durante 2016 na “Comunidade do Beco”, local onde a maioria dos moradores é idosa, residentes na Rua Caetano Alves da Silva, no bairro Triângulo, município de Ponte Nova, Minas Gerais. Nosso trabalho foi desenvolvido na tentativa de **estimular a constituição de um espaço de sociabilidade que propicie um convívio comunitário**, capaz de, em um segundo momento, permitir a discussão e o acoplamento dos problemas especificamente dos idosos residentes na “Comunidade do Beco” à **agenda de políticas públicas da cidade.**

Nesse sentido, por meio de propostas de **atividades diversas, capazes de estimular os idosos a exporem seus problemas pessoais e familiares associados ao coletivo**, fizemos uso de **dois métodos qualitativos: o registro fotográfico feito por eles mesmos (o método etnofotográfico) e os encontros para conversas (método do Grupo de Discussão).** Tais aproximações permitiram observar tanto o cotidiano dos idosos quanto a voz do grupo em meio aos detalhes daquilo que faz sentido para eles. Posteriormente, nosso esforço foi **associar os aspectos identificados a uma pauta específica dos problemas apontados, na busca de resoluções.** Observando este espaço pré-político de cooperação entre eles, entendemos como se dá a autonomia do grupo, seus **limites, possibilidades e perspectivas.**

Trata-se de um processo comunicativo entre dois espaços que dinamizam trocas significativas: o espaço pré-político, de estímulo à conversação sobre aspectos afetivos da comunidade, de identificação de detalhes dos problemas individuais e familiares associados à comunidade, na direção da composição de uma pauta em comum de discussões sobre os problemas em foco; e o espaço político, de discussões no Poder Executivo e no Legislativo sobre possíveis políticas públicas para as deliberações.

Assim, no pré-político, a primeira etapa do processo, ocorrem as discussões em torno de argumentos menos racionais, mais inclinados à sensibilização e conscientização dos problemas. Na segunda, é feito o encaminhamento da pauta de reivindicações ao espaço político deliberativo. Isso porque se o espaço político de deliberação não se restringe aos argumentos racionais (MAIA, 2008), o espaço pré-político menos ainda, pois não seria objetivo decidir por algo. Diversos autores já sublinham a importância das emoções neste processo de encaminhamento dos problemas públicos e coletivos (PAPERMAN, 1992; MANSBRIDGE, 1999; CHAMBERS, 2004).

2. Os conceitos envolvidos

Reguillo-Cruz (2007) considerou as cidades como espaços privilegiados para a comunicação e reivindicou o estudo das cidades na Comunicação por ser a cidade um espaço de organização da diversidade, de embates e negociações entre diferentes grupos sociais. Há diversas configurações de cidades, em termos de tamanho, desenvolvimento urbano, histórico e socioeconômico, assim como há diversos tipos de comunidades e grupos sociais. Esses espaços no micros social seriam definidos por configurações culturais e simbólicas a partir de cada diversidade comunitária, definida pela forma de vida construída tanto pelo sujeito quanto pelo coletivo.

Cada sistema de vida comunitário possui vida própria, independente do estudo de pesquisadores ou das políticas do Estado, por exemplo, ou seja, os sujeitos na comunidade desenvolvem uma forma de vida que lhe é própria. Contudo, problemas específicos de um bairro podem interagir, por interdependência, com outros sistemas: o cotidiano dos três poderes do Estado, de instituições religiosas, de setores do comércio do centro da cidade, das associações de outros bairros etc. Falando do sistema estruturado governamental do Estado (o funcionamento dos postos de saúde, da coleta de lixo, da pavimentação, da iluminação, da água encanada e do esgoto etc., de que maneira podemos refletir sobre um sistema de vida comunitário que interage com o Estado e vice-versa?

Em outra oportunidade (SILVA, 2017) já mencionamos Hendriks (2006), sobre as correntes na teoria deliberativa, com ideias diferentes sobre como os cidadãos e grupos devem se relacionar com o Estado e se eles devem assumir um papel comunicativo ou estratégico na política deliberativa. Os “microteóricos deliberativos” sugerem que os atores da sociedade civil se envolvam na política na medida em que eles são dispostos e capazes de participar de fóruns deliberativos estruturados. Nesse sentido, pessoas específicas de uma comunidade seriam chamadas a assumir formas comunicativas de ação nos espaços de deliberação. Para Hendriks, no entanto, importa um sistema mais integrado com uma sobreposição discursiva das duas esferas: o sistema estruturado governamental do Estado, com o sistema aberto de conversação das pessoas no espaço público, para atrair diferentes atores da sociedade civil:

A mistura de esferas discursivas é um componente crucial dessa proposta, porque eles encorajam diversos atores a se reunirem e promoverem conversas públicas macro e micro” [tradução nossa] (HENDRIKS, 2006, p. 3). A autora aposta em um sistema deliberativo que identifique a resposta nas interpretações dos atores sobre os conceitos específicos que estão em jogo. Muito da falta de comunicação e do desentendimento se dá por conta dessas compreensões enviesadas sobre conceitos e ideias de uma proposta, que geram diferentes interpretações e usos.

A proposta de um sistema deliberativo que regule as duas esferas e permita identificar a resposta dos atores sobre assuntos importantes em jogo é confirmada por Neblo (2005), que, na primeira parte do artigo intitulado “Uma visão sistêmica da deliberação: pensamento através da democracia: entre a teoria e a prática do deliberativo”, afirma a defesa dos principais teóricos deliberativos sobre a ideia da deliberação como um sistema, pois “reconhecem que os sujeitos não conduzem a discussão política de uma situação ideal” [tradução nossa] (NEBLO, 2005, p. 3).

Entretanto, seria Goodin (2005) que explicaria melhor sobre a tarefa de dividir as atividades de deliberação dentro de um sistema que permita saber o que o outro quer dizer com suas afirmativas. Goodin (2005) parte do princípio da “boa prática deliberativa” quando a pessoa diz o que realmente acredita ser “verdade”. Esta garantia não existe, pois nem sempre os sujeitos estão dispostos a dizer “a verdade” sobre suas crenças. Então, a garantia estaria na relação estabelecida a partir das conversações, no dissenso, em um tipo especial de encontro – no caso, nos espaços pré-políticos.

Assim, observamos nos textos desses autores a preocupação com um sistema de sequenciamento dos dois momentos: pré-políticos, a partir do dissenso e consenso nas conversações; e políticos via processos formais de deliberação. O primeiro momento busca decompor em partes os afetos individuais e coletivos vinculados às questões coletivas, permitindo avançar para a formatação de um quadro de questões a serem discutidas na busca de resolução de problemas, capaz de influenciar a pauta de discussões nas instâncias de deliberação política.

2.1. Política de cooperação e o círculo de reciprocidade

Associamos ao espaço pré-político o elemento da solidariedade, que estaria no foco tanto da “política da cooperação” (SENNETT, 2012) quanto do “círculo de reciprocidade” (SOUZA, 2014). Para decompor os afetos individuais e coletivos que dizem respeito às questões da comunidade, tentamos primeiro compreender a realidade dos idosos da Comunidade do Beco.

Ao estudar o cotidiano de jovens pobres no Brasil e suas famílias, Souza (2014) mencionou o termo “círculo de reciprocidade” para se referir a uma solidariedade íntima vinculada à família. Nos contextos pobres brasileiros, são comuns ações em que o neto e o tio ajudam a consertar antena de televisão da avó; o genro conserta a porta da casa da sogra enquanto ela faz o almoço em família. Estes seriam os chamados “círculos de reciprocidade”, táticas do povo em que as práticas de solidariedade se desenvolvem entre pessoas da família, de parentesco e compadrio. Essas práticas comungam com a ideia da “política de cooperação” de Sennett (2012). Os afetos presentes no espaço pré-político se envolvem com este tipo de solidariedade, de cooperação e reciprocidade praticada pelos indivíduos de uma coletividade.

Jogando contra esta solidariedade, Sennett (2012) explica que há aspectos socioculturais, físicos, psicológicos e/ou econômicos que podem debilitar a cooperação entre os idosos. São elementos como problemas de locomoção e saúde debilitada, pontos de vista diferentes, distinções de classe, ausência de lideranças, espaço físico inadequado, desavenças familiares, entre outros. Mesmo em um pequeno bairro, vila ou rua, a cooperação e a reciprocidade podem sofrer tais entraves.

O círculo de reciprocidade funciona no sistema de vida comunitário enquanto um elemento que minimiza aquilo que debilita a cooperação. Vejamos o exemplo da “cooperação com habilidade”: alguém na comunidade que saiba fazer algo pelo outro (consertar, cozinhar, bordar, receber os outros em sua casa, pagar contas, carona para o posto de saúde, etc.). Esses sujeitos se diferenciam ao assumirem *um papel comunicativo e estratégico na política de cooperação da comunidade*, envolvendo-se menos em fóruns deliberativos estruturados do que nos encontros informais cotidianos do bairro. São pessoas que, por solidariedade, assumiram de modo voluntário formas comunicativas de ação no espaço pré-político de sua comunidade.

Esses e outros sujeitos fazem o sistema de vida comunitário funcionar por si só, independente da presença do Estado e de outras instituições. E assim temos algumas das muitas formas de compromisso (SENNETT, 2012) dos sujeitos do bairro. Essa “cooperação com habilidade” na Comunidade do Beco, bairro Triângulo, se torna ainda mais necessária: fazer algo pelo outro que está acamado; consertar algo para o vizinho com problemas de visão; tornar sua casa um ponto de apoio para troca de receitas; ajudar a vizinha servindo de babá para o neto etc. Todas as atividades exigem a habilidade dos moradores, mas também apresentam formas de compromisso baseadas naquilo que se faz necessário para o sistema de vida comunitário, levando em conta a capacidade e o gosto de fazer de cada um.

2.2. Acoplamento: espaço político deliberativo e espaço pré-político comunitário

O pesquisador de comunidades que propõe identificar os modos de cooperação, de reciprocidade e de resolução de problemas exerce uma experiência própria (seus costumes, sua formação) que medeia o sistema de vida comunitário e o sistema acadêmico de produção do conhecimento¹.

Há aqui, nos limites deste texto, um esforço em trabalharmos *sistemas* no sentido da vida própria desenvolvida pelos sujeitos: o sistema de vida próprio de cada instituição, cada comunidade, entre outras *formas de vida*. Este termo “forma de vida” foi empregado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben no livro *Meios sem fim* quando fala de experiências e fenômenos que, durante muito tempo, não foram considerados políticos: a vida natural das pessoas ou, como ele diz, a *zoé*, excluída daquilo propriamente político (AGAMBEN, 2015). Caberia em outro texto a articulação de tal noção junto ao objeto empírico estudado (a “Comunidade do Beco”), mas por hora é interessante refletir que a *comunità* de Agamben se afasta do sentido de “a comunidade”, “comunismo” ou “comunitarismo”. A *comunità* seria inoperante, impolítica, como uma forma de vida que estaria sempre no entremeio de uma coletividade, nunca acabando de chegar por inteira, sempre em construção, mas também uma vida que está sempre resistindo tanto ao coletivo quanto ao individual (AGAMBEN, 2013). Quando propomos uma articulação da noção de “forma de vida” com “comunidade” (reflexão ainda em construção) entendemos que, nesta complexidade da vida natural das pessoas, pulsam também traços de uma disposição em potência nesta forma de vida capaz de se organizar, dependendo dos estímulos em seus próprios sistemas relacionais. Neste ponto em diante, os mediadores seriam importantes no processo de estímulo, atuando primeiro na

¹ O livro de Roberto Cardoso de Oliveira, *O trabalho do antropólogo*, mostra essa difícil tarefa do pesquisador em “ser meio” entre esses dois mundos, o acadêmico e o comunitário (OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.)

direção de tentativas de constituição da conscientização do “sistema de vida comunitário” enquanto um espaço pré-político (sugerindo sobre a importância da relação entre esta vida natural das pessoas e a comunidade), para, em seguida, colaborar com o direcionamento de uma pauta de problemas e sugestões aos espaços políticos de deliberação nos sistemas institucionais de funcionamento dos poderes públicos. Este trabalho é complexo, lento e sistemático, sem deixar de ser dinâmico, pois necessita se refazer a cada momento para evitar que este dinamismo seja refém das resistências individuais e coletivas.

Considerando a existência de um sistema de vida comunitário (de pessoas comuns que já tomaram a consciência da importância da vida em comunidade e trabalham juntas seus modos de ser e fazer no espaço pré-político da comunidade), observamos não somente diferentes comunidades, como também variados acoplamentos e sistemas deliberativos locais, que exigem diferentes tipos de trabalho.

Cada experiência mediada, relações e interações difere uma da outra, mobilizadas por representantes oficiais do bairro, por indivíduos externos à comunidade e pessoas comuns satisfeitas em apenas colaborar de algum modo com a comunidade. Estas pessoas podem ter ou não o auxílio das tecnologias (*sites, e-mails, vídeos, redes e aplicativos*), pois tanto as pessoas quanto as tecnologias da informação e da comunicação podem trabalhar de modo presencial e virtual estimulando acoplamentos entre os espaços pré-políticos e os políticos deliberativos.

Cada sistema de vida trabalha independente do outro, mas sempre realizando acoplamentos: a comunidade, a universidade, o poder público municipal etc. No Beco, por exemplo, podemos observar o trabalho das recompensas materiais e imateriais diárias entre os próprios moradores, o jeito próprio de trabalhar com aquilo que está ao alcance deles, a realização de coisas na medida das possibilidades de cada um, a convivência com os problemas coletivos, mas também as formas de solidariedade, reciprocidade e cooperação (o trabalho artesanal feito de um vizinho para o outro; a troca de receitas; os jogos coletivos; os momentos diários de conversas para ouvir o outro e perguntar se está tudo bem).

É importante ressaltar dois aspectos: 1) neste ambiente pré-político, circulam diversos grupos: crianças, jovens, adultos e idosos. A ação de cada grupo faz parte das seleções, vinculações e atribuições feitas pelo grupo, e define a comunidade em suas soluções e conflitos. Contudo, uma comunidade urbana formada mais por idosos do que por adultos tende a possuir um delineamento comunitário mais inclinado às necessidades dos idosos; 2) o sistema de vida na “Comunidade do Beco” não está isolado do sistema de vida do bairro Triângulo e do município de Ponte Nova, porém as interferências entre sistemas ocorrem de modo a modificar minimamente os aspectos socioeconômicos, culturais e simbólicos da comunidade.

As intervenções institucionais arbitrárias sem consulta comunitária decorrem da ausência daquilo que seria intrínseco ao processo do acoplamento: o respeito àquilo que está em funcionamento na forma de vida e na constituição do sistema de vida (seja comunitário, seja institucional etc.). A partir dos acoplamentos que levem em conta tais aspectos os elementos modificadores se adaptam à comunidade sem causar novas frustrações e indignações (o que debilitaria ainda mais traços de disposição à cooperação e à solidariedade), pois é preciso que tais elementos de mudança tenham aderência emocional e racional ao sistema de vida comunitário.

Da mesma forma, o sistema político deliberativo das instituições possui vida própria. O trabalho cotidiano em uma instituição funciona independente da comunidade e as intervenções comunitárias sem consulta ao sistema podem não ter o desenvolvimento adequado à comunidade, pois podem tornar ingovernáveis as políticas públicas ou estabilizar os trabalhos rotineiros e demais encaminhamentos. Evidente, também, que mudanças devem ocorrer em ambos sistemas em virtude do dinamismo do processo interativo das instâncias.

As complexas interações entre os dois sistemas, ao que parece, precisam ser reguladas de forma contínua pelos sujeitos envolvidos na relação, respeitando o funcionamento dos espaços, com todos os seus problemas. Se temos um fluxo comunicativo da sociedade civil em seu reacoplamento cotidiano com os espaços políticos deliberativos, há também uma tentativa de preservação do ideal democrático, o que permite uma revitalização da esfera pública². Daí a importância do acoplamento na produção de políticas legitimadas pela comunidade, condizentes com o ideário de sociedade, favorecendo a solidariedade e a cooperação.

Quanto menos regulada continuamente esta relação, maior a possibilidade de os sujeitos, em cada um desses espaços, viverem à mercê das relações problemáticas do lugar onde trabalham suas práticas. Assim, as interações (relações, acoplamentos, experiências mediadas etc) entre sistemas de vida diferentes são fundamentais para a sobrevivência de ambos e do próprio organismo social.

3. Procedimentos Metodológicos

Conforme já destacado, este trabalho buscou compreender a forma de vida da Comunidade do Beco – com população de maioria idosa – na tentativa de estimular a constituição de um espaço pré-político e sinalizar para uma possível pauta de agenda de resolução dos problemas. Trata-se do relato de experiência vivenciada na realização do “Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo”, instalado no bairro Triângulo, município de Ponte Nova - MG.

Para isso, em uma abordagem de pesquisa qualitativa descritiva, optou-se por utilizar grupos de discussão e fotoetnografia como principais técnicas de coleta de dados. Notas de campo também foram utilizadas de maneira complementar. Os dados foram coletados de maio a novembro de 2016, contemplando 17 idosos participantes.

De início, os idosos contemplados no âmbito do Programa de Extensão participaram de um curso de fotografia, traduzido como ação para a inserção digital. Posteriormente, foram convidados a fotografar seu cotidiano. Por um período de quinze dias ficaram de posse de câmeras fotográficas, cedidas pela equipe do Programa, com liberdade para registrarem, no lugar onde vivem, o que lhes chamasse a atenção.

Após o período acordado, as máquinas fotográficas foram recolhidas e as fotos reunidas no banco de dados do projeto. Algumas foram reveladas para permitir mais fluidez nas discussões posteriormente. Utilizamos, então, o método etnofotográfico como apoio à nossa pesquisa.

² Dimensão que agrupa uma pluralidade de espaços nos quais membros da sociedade (atores públicos e privados) se encontram para discutir assuntos públicos, podendo gerar uma opinião pública (HABERMAS, 2012 a, b).

O método busca o registro feito pelos próprios participantes de seu cotidiano, dando mais importância ao que está na foto para construir uma leitura independente dos textos. A imagem enquadrada pelos participantes fala por si só sobre seus interesses cotidianos. O objetivo seria colaborar para a constituição de um perfil do cotidiano dos idosos. Para a organização do texto também foram feitos apontamentos, gravações em áudio, conversações informais, observações participantes, roda de conversas e grupos de discussão.

As rodas de conversas e grupos de discussão ocorreram na casa de um dos idosos do Beco, sob a coordenação do moderador e com a ajuda de um observador. Todo o processo foi registrado em notas de campo, fotos e vídeo. No final, foi preparado o relatório de pesquisa.

Como resultados, apresentam-se o pré-diagnóstico da Comunidade do Beco, realizado no início da pesquisa e, posteriormente, a descrição do objeto empírico. Em ambas as descrições, podem-se notar as características da comunidade e os problemas comuns que devem ser encaminhados para as instâncias de deliberação política.

4. Um pré-diagnóstico da “Comunidade do Beco”

A Comunidade do Beco começou com as primeiras famílias, que encontraram uma rua sem a presença do poder público: sem estrutura de saneamento, sem iluminação adequada e sem segurança. Contudo, o contexto referia-se ao início do processo de ocupação daquele lugar. Hoje, os participantes relatam que, mesmo sem algumas condições ideais na comunidade, o Beco sempre foi provido pela Prefeitura Municipal. Um dos problemas seria o esgoto sanitário deficiente, que se agrava com as enchentes do rio que corta a cidade e está situado a alguns metros da comunidade. Ainda assim, os participantes afirmaram que dispõem das condições que julgam necessárias para uma vida digna, como acesso a posto de saúde, escolas, creches, igrejas e praça.

As atividades cotidianas do grupo de idosos pesquisados seria observar as notícias do dia nas mídias, comentar com os vizinhos, ajudar-se mutuamente, ajudar parentes e amigos com dificuldades de locomoção. Todas essas atividades fazem parte da *experiência de envelhecimento dos idosos*, e essas interações fazem parte das formas de sociabilidade dos idosos e, ao serem identificadas, podem ser observadas tanto pelos idosos quanto pelos outros moradores enquanto aspectos culturais fundamentais pertencentes ao espaço coletivo da comunidade (a experiência de envelhecimento está intrínseca nas experiências dos jovens, adultos e crianças habitantes da “Comunidade do Beco”).

Alguns problemas entre a Comunidade do Beco e o poder público são relativos à falta de comunicação e resolução do problema por parte dos setores públicos, bem como ausência de recursos públicos: a coleta de lixo funciona de modo regular, mas as pessoas reclamam que pessoas de outros bairros jogam seus lixos no mesmo repositório destinado à Comunidade do Beco; precisam melhorar o serviço de limpeza nas ruas, a manutenção do calçamento, os espaços de lazer, a iluminação pública, a telefonia, a internet e o transporte público.

A escassez de recursos financeiros atinge todas as famílias, sendo quase toda a renda comprometida com as despesas cotidianas e com a saúde (a maioria dos participantes conta apenas com o SUS). Pelos relatos, observamos o frequente histórico de doenças

crônicas e a ausência das práticas de atividades físicas, de acompanhamento nutricional e das atividades de lazer.

Por se tratar de um beco e não de uma rua com entradas e saídas, atravessada por outras ruas movimentadas, a sensação de segurança é natural entre os participantes. O Beco é visto como lugar de convivência harmoniosa, com uma sensação de proteção e segurança, proporcionada menos pelo poder público do que pela geografia física.

Há pontos negativos: os moradores do Beco convivem com ruídos excessivos dos vizinhos e com a pouca privacidade gerada pela proximidade entre as casas. Mas outros problemas podem ser regulados por agentes do poder público, como, por exemplo, a falta de sinalização de trânsito na rua. Por ser uma rua estreita, em geral os carros dos moradores ficam estacionados nas calçadas, na frente das casas de outros moradores, impedindo por vezes a saída e a entrada. Outro problema antigo são as enchentes.

5. Descrição do objeto empírico: a “Comunidade do Beco”

A “Comunidade do Beco” é uma rua sem saída onde vivem 19 famílias. Para pelo menos 15 dessas, as histórias se entrelaçam há 40 anos. Depois de muitos anos de convivência, a vida deles está marcada por lutas em defesa da rua, pela amizade, pelos laços de solidariedade e cooperação, pelas festas na rua e pelas dificuldades de enfrentar os desafios, como o isolamento. Utilizamos de rodas de conversas, grupos de discussão e um método de apoio, a etnografia, para realizar as primeiras identificações na Comunidade.

5.1. Revelações da Comunidade do Beco

Aqui apresentamos os resultados da aplicação do método de fotoetnografia, que revelam uma comunidade afetuosa, religiosa, com rotinas estabelecidas e muito dedicada à família. No que se refere aos temas das fotos, dois foram destacados: *animais* e *família*, principalmente as crianças do local.

Nas explicações sobre os animais, os idosos destacaram o comportamento dos macacos, que vinham da mata e se aproximavam das casas, e de alguns animais de estimação, como passarinhos e papagaios. Por conta da proximidade do Beco com área de mata, alguns saguis e micos costumam circular pelos muros das casas. Entre os participantes do grupo de discussão observou-se uma simpatia geral não somente por esses animais quanto pelos animais domésticos. Isto sinaliza para a necessidade dos idosos – nos momentos mais solitários – em ter uma companhia, “alguém” para cuidar e “conversar”.

Isto se viu nas fotos registradas por meio do método da fotoetnografia. A atenção dos idosos se voltou principalmente para o registro de momentos com netos recém-nascidos e crianças até cinco anos de idade. As expressões das crianças nas fotografias despertou lembranças e saudades no grupo de discussão. Alguns imprimiram as fotos e mostravam orgulhosos, querendo explicar os detalhes de cada foto. As fotos mostravam um olhar voltado para o lado de dentro da casa, para as famílias (seus objetivos e comportamentos).

Mas o lado de fora da casa também foi importante. A rua como espaço significativo das interações entre os vizinhos. Embora hoje se observe uma realidade distinta já vivenciada por eles ao longo de tanto tempo de convivência, memórias da rua foram resgatadas no grupo de discussão, quando mostradas as fotos. E aí começaram associações com a comunidade, quando um dos participantes lembrou que as interações entre as pessoas permitiam a

existência de uma sociabilidade na rua, que já foi palco de atividades artísticas e festas em datas comemorativas.

O saudosismo sobre as interações externas ao íntimo da casa tomou conta da discussão dos idosos e a conversa sobre as fotografias derivou para uma conversa sobre a comunidade. Alguns questionaram o porquê da ausência dessas atividades na rua, enquanto outros preferiam lembrar do problema da falta de uma quadra de futebol, pois a criançada jogava na rua, perturbando alguns vizinhos que não gostavam do barulho. E, assim, os próprios idosos conduziram o debate, fazendo com que outros problemas fossem elencados: a falta de compreensão de alguns vizinhos, os limites entre a boa convivência e a invasão ao espaço do outro, os carros estacionados em locais proibidos mesmo com as placas de trânsito advertindo.

Em um dado momento do grupo de discussão os idosos derivaram mais uma vez. Pararam de discutir sobre os problemas de relação entre vizinhos do Beco e começaram a conversar sobre a interação do Beco com outros bairros e o poder público. E aí o lixo foi citado como problema. Tudo começou quando pessoas de fora da comunidade começaram a jogar lixo em um lote vazio na rua. O lote vazio estaria sendo utilizado como estacionamento, para tentar resolver o problema dos carros estacionados em locais proibidos. A comunidade sugeriu a limpeza do lote e o Beco se mobilizou para comprar latões comunitários de lixo que foram posicionados na saída do Beco, próximo da rua principal. Mas aí os tambores de lixo começaram a ser usados por moradores de outras ruas. Lembraram que também não se respeitam os horários da coleta de lixo: após a passagem do caminhão, muitos colocam o lixo no tambor. Voltou à pauta o lote vazio dentro do Beco, quando teve a sugestão de transformar o lote vazio em praça pública (o lote, na verdade, seria de propriedade de um dos moradores), para solucionar outro problema, a falta de áreas para lazer e de espaços públicos de convivência.

Ainda sobre os problemas da interação do Beco com outros bairros. Na discussão se mencionou do mal cheiro do córrego e lembraram que, durante anos, este problema vem sendo apresentado ao poder público. Para regular esta relação com os outros bairros, alguém sugeriu voltar com um debate antigo deles de transformar a rua em condomínio.

Dos problemas do Beco para os momentos de interação dos vizinhos na rua. Os idosos conversaram também sobre uma festa junina que fizeram no passado. Lembraram do clima de alegria da festa no passado e, do próprio grupo de discussão, surgiu a conversa de organizar outra festa junina. Eles se organizaram rapidamente e atribuíram tarefas para os que ali estavam presentes, como os responsáveis por cortar as bandeirolas, outros para conseguir recursos etc. Propuseram, inclusive, que fosse uma festa beneficente em favor dos idosos com restrição de locomoção residentes no Beco.

Portanto, como natural em um grupo de discussão, de uma conversação que começou estimulada pelas fotografias de saguis, micos, pelas imagens do espaço íntimo da família, derivando para o espaço público dos problemas internos da vizinhança e da relação da comunidade com outros bairros e o poder público, terminou com as lembranças dos momentos de união e a reedição da festa junina do Beco.

5.2. Significados da comunidade do Beco

Alguns trechos das discussões foram organizadas aqui para visualizarmos os significados do Beco para os idosos. A comunidade seria constituída por vizinhos que formam uma rede de apoio, seja para educar os filhos, para levá-los à escola, para constituir espaços de lazer, para acolher os que passam por problemas de saúde ou para combater as enchentes que atingem este lugar periodicamente. Vejamos alguns exemplos a seguir.

O Beco como sala de aula

Na área da Educação, uma proposta de complementação ao ensino formal sempre foi assumida por uma das moradoras de nome Ivanete, lembrada na comunidade como aquela que ensinava catequese para as muitas crianças da comunidade. Entretanto ela também ensinava tabuada e tomava lições referentes às tarefas das escolas que as crianças levavam para casa. Em seu método de ensino era mantida certa rigidez, mas transbordava doçura, acolhendo e preparando as crianças para as provas do calendário escolar e se alegrava a cada bom resultado. Ivanete assumiu a educação informal das crianças moradoras da comunidade como sua tarefa.

As ações de outra moradora de nome Lídia, professora de Educação Física, também foram lembradas. Ela, em alguns momentos, transformou a sua casa em academia improvisada. A casa da moradora Cida também foi transformada para servir à comunidade com cursos de bordados.

O marido da Ivanete, conhecido no lugar como o senhor Bem-Bem, tinha um veículo da marca Kombi e gostava de cooperar com os pais, levando os filhos para a escola. Todos os dias, antes de se dirigir ao trabalho na Prefeitura do município, perguntava se tinha alguma criança que precisava de carona para a escola.

O Beco como quadra de esportes

O Beco já foi também quadra de esportes como vôlei, peteca, queimada etc. Todos se lembraram das bolas que batiam nas paredes das casas dos senhores Bem- Bem, Tunico e Manoel, que confiscavam a bola da meninada – e depois devolviam.

O Beco como salão de festas e arte

O lugar serviu de palco para festejos juninos e movimentos artísticos. A alegria e a vivacidade da moradora Vera foram lembradas, pois ela dava o ritmo das festas de rua, além do famoso “cachorro quente” da Lena e sua disposição em servir de elo alegre entre os vizinhos, organizando as festas tradicionais na comunidade. Enquanto isso, uma moradora chamada Beth (Betinha) promovia ballet para as crianças, tentando compartilhar com as de sua idade o que aprendia nas academias da cidade. Já o morador Emerson, que, desde muito pequeno, investiu no Teatro, também transformava o Beco em seu palco e estimulava outros colegas a conhecer este universo artístico.

O Beco como circo, brechó e inventividade

As brincadeiras vinham de todas as partes, de grupos que se formavam entre as muitas crianças que viviam ali, da rua e dos arredores, que apresentavam técnicas de mágicas e

outras descobertas, para as quais, em alguns momentos, cobravam ingresso para revelar os segredos. Na rua, era possível observar práticas de “garagem”, vendas e trocas para dispor do que não mais servia, bem como para produzir pipas e outros brinquedos que caíam no gosto da vizinhança.

O Beco solidário no passado

A comunidade é composta por poucas casas distribuídas em uma rua sem saída de aproximadamente 100 metros de comprimento. A entrada do beco está situada próximo da margem do principal rio que corta o município de Ponte Nova. Em época de chuvas, o volume do rio aumenta e as águas invadem as ruas do beco, chegando a cobrir as casas. Alguns episódios das enchentes foram lembrados pelos participantes da pesquisa, principalmente os momentos de união quando os moradores faziam festas no terraço das casas que estavam tomadas pelas águas. A água potável para a comunidade vinha da cisterna da casa do senhor José Luiz, e os filhos mais jovens ajudavam a limpar as casas da comunidade (círculo de reciprocidade). A enchente de Ponte Nova, em 2008, foi a mais lembrada no grupo de discussão (e foi a mais noticiada nas principais mídias regionais e nacionais), pois ocorreu nas vésperas das festas natalinas. A água atingiu mais da metade das casas da rua e cobriu boa parte delas. Segundo os relatos, no dia 24 de dezembro daquele ano poucas casas não foram atingidas pela enchente. A casa mais limpa e seca foi escolhida para receber a vizinhança para a festa. Ali todos se juntaram, mesmo com pouco espaço, apertados, porém agradecidos por estarem com saúde e juntos com os amigos. Mesmo ao lembrar o problema grave da enchente, os participantes da pesquisa não deixaram de apresentar o clima de alegria, união, de ajuda mútua e de superação das dificuldades. Todos demonstraram sentir saudades desses momentos de solidariedade na comunidade, um lugar marcado por conflitos e desafios, mas também pela cooperação e preocupação de uns com os outros.

O Beco silenciado no presente

No período em que foi realizada a pesquisa observamos que o Beco se encontrava sem a alegria do passado. Os depoimentos dos idosos refletiam a solidão, a ausência de autoestima dos idosos. As poucas crianças da comunidade cresceram e foram embora para construir suas próprias histórias. Alguns jovens ainda retornam para uma visita rápida. A interação entre os moradores não é mais a mesma, pois o modo de viver hoje e a insegurança nas ruas impedem as conversas na porta das casas ou as visitas costumeiras. No lugar de muitas atividades, hoje reinam o silêncio, o isolamento de alguns por conta de doenças e certa melancolia, o que certamente debilita a qualidade de vida dos idosos, a cooperação e a reciprocidade na comunidade, principalmente associada ao processo de envelhecimento sem atividades.

Entre os idosos ainda há cooperação e respeito mútuo, principalmente em situações de doença, como no passado. Eles se ajudam e se preocupam com o bem-estar uns dos outros. Mas existem os conflitos entre pessoas de temperamentos introvertidos, de diferentes níveis educacionais, econômicos, de escolaridade - a maioria tem apenas os primeiros anos de ensino fundamental etc. Em todas as casas do Beco há pessoas com mais de cinquenta anos que viajam pouco para outros lugares.

6. Considerações finais

Com o objetivo de desenvolver uma experiência tentativa de constituição ou reconhecimento de um espaço pré-político em uma comunidade urbana, mais especialmente o público idoso da “Comunidade do Beco”, em Ponte Nova, consideramos, ao final deste texto, alguns aspectos importantes.

As ações de pesquisa científica aliadas ao Programa de Extensão da UFV mostrou a alta relevância social, econômica e cultural tanto para a comunidade quanto para o poder público municipal no tocante a identificação dos acoplamentos possíveis a serem estimulados entre os sistemas, mobilizando tanto agentes do setor público quanto pessoas da comunidade na direção de encaminhamentos legítimos de resolução dos problemas e governança pública. Não há como obter uma possível continuidade dos projetos e legitimar ações com o encaminhar de “soluções” verticais de cima para baixo ou de baixo para cima, sem consulta tanto a comunidade quanto a instituição. Principalmente quando se trata de uma comunidade de idosos.

O objetivo deste estudo foi encontrar um método de trabalho capaz de dar conta de parte da complexidade da relação entre a forma de vida de pessoas e o reconhecimento das necessidades da comunidade. Neste espaço pré-político comunitário as pessoas se sentem mais à vontade para conversas emotivas e racionais sobre sua vida individual e na relação com os vizinhos, trabalho que tenta encaminhar, ao final, uma pauta de resolução de problemas. Esta pauta seria o instrumento que medeia o sistema de vida comunitário e o sistema do poder público municipal. Na pauta identificamos, por exemplo, o lixo, a área de lazer, a poluição sonora, o esgoto sanitário, as enchentes provocadas pelo rio e transformação da rua em condomínio.

Neste espaço pré-político, há muito mais a disposição voluntária em ajudar do que a “obrigação em participar” ou “a responsabilidade em representar” típica dos espaços deliberativos. Esta disposição voluntária propicia aos moradores o sentido de “estar junto”, característica fundamental dos espaços pré-políticos.

Com o trabalho até então realizado, foi possível caracterizar a comunidade estudada e mapear os problemas coletivos. Entretanto, para que o acoplamento seja possibilitado, recomenda-se que seja dada sequência ao trabalho, com a realização de grupos focais para afinar a pauta a ser apresentada aos representantes da política nos espaços de deliberação municipal (câmara dos vereadores, conselhos comunitários, conselhos do executivo etc.).

No caso específico do grupo de idosos da “Comunidade do Beco”, a rua sem saída onde moram, no bairro Triângulo, seria a sua cidade, microespaço onde os idosos representam a cidade e assumem naturalmente um papel comunicativo na política de cooperação, sem a necessidade de serem convocadas a colaborar com o coletivo. Envolvem-se menos na política partidária do que na solidariedade da rua.

O sistema de vida comunitário possui as visões dos problemas e suas possíveis soluções. Mais também possui aspectos que debilita a cooperação, a solidariedade e os círculos de reciprocidade. Mas observamos que os idosos reagiram ao isolamento da doença (da vizinha acamada) com uma festa beneficente; as enchentes com uma festa natalina. Observamos o espírito festivo como algo inerente aos moradores da comunidade. Assim, “lutando juntos” pela sociabilidade e solidariedade, praticam o aspecto político do envelhecimento ativo,

e mostram a necessária intervenção do poder público na vida da comunidade do Beco: o apoio para terem um espaço de lazer (mas também de atividades físicas) como forma de diminuir aquilo que debilita a cooperação e a reciprocidade na Comunidade.

Enfim, acreditamos que o esforço pela constituição e fortalecimento do espaço pré-político – anterior ao esforço de discussão específica dos problemas da comunidade – seria capaz de estimular a participação mais efetiva de potenciais representantes do poder público, escolhidos pela própria comunidade.

Em tempos em que o poder econômico parece decidir a política local e o futuro das comunidades, apontamos para a importância significativa do poder da cooperação e da reciprocidade dos sujeitos nos espaços de sociabilidade comunitária, capazes de ajustar coletivamente os afetos aos problemas locais, decidir os temas da pauta de discussões do poder público e definir quem pode representar a comunidade nos espaços deliberativos (antes do fechamento da revisão deste texto, a Prefeitura Municipal de Ponte Nova inaugurou a reforma do espaço do Tiro de Guerra, uma pequena casa localizada na esquina da Comunidade do Beco que estava sendo reivindicada pelos idosos para a realização de atividades de lazer).

7. Referências

- AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autentica, 2013. 104p.
----- . *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autentica, 2015. 136p.
- CHAMBERS, S. Behind closed doors: publicity, secrecy and quality of deliberation. *The Journal of Political Philosophy*, Camberra/Austrália, v.12, n.4, p. 389-410, 2004.
- GOGGIN, G.; NEWELL, C. *Digital disability: the social construction of disability in new media*. Maryland/EUA: Rowman & Littlefield, 2003. 183p.
- GOODIN, R.E. Sequencing Deliberative Moments. *Acta Politica*, v. 4, n.2, p.182-196, 2005.
- HABERMAS, J. *Agir comunicativo e razão descentralizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. 111p.
----- . *Teoria do Agir Comunicativo*. Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012a. 824p.
----- . *Teoria do Agir Comunicativo*. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012b.730p.
- HENDRIKS, C. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political studies*, v.54, p.486-508, 2006.

LANGMAN, L. From virtual public spheres to global justice: a critical Theory of Internetworked Social Movements. *Sociological Theory*, v. 23, n. 1, p. 42-74, 2005.

MAIA, R.C.M. (Coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008. 380p.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (Ed.). *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, p.211-243, 1999.

NEBLO, M. Thinking through democracy: between the theory and practice of deliberative politics. *Acta Política*, v. 4, n.2, p.169-181, 2005.

OLIVEIRA, R.C. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998. 2220p.

PAPERMAN, P. *Les émotions et l'espace public*. *Quaderni*, n.18, Automne, pp. 93-107, 1992.

PALCZEWSKI, C. H. (2001). Cyber-movements, New Social Movements, and Counterpublics. In: ASEN, R.; BROUWER, D. C. (Orgs.) *Counterpublics and the state*. New York: State University of New York Press, 2001. 288 p.

REGUILLO, C.R. Ciudad y Comunicación: densidades, ejes y niveles. *Diálogos de la Comunicación* (Felafacs), v.1, n. 75, 2007.

SENNET, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação*. São Paulo: Record, 2012. 378p.

SILVA, R.D.G. Conversando sobre os conteúdos das mídias com jovens no rural: configurações de um espaço pré-político. *Aurora Revista de Arte, Mídia e Política*. São Paulo, v.10, n.28, p.86-103, 2017.

Capítulo VI

Sabores e Saberes: a Literatura e a Possibilidade do Reencontro na Ação Cultural “Chá, Café e Poesia”

Emerson de Paula Silva

Resumo

Este capítulo tem como objetivo apresentar, em forma de relato, a metodologia de desenvolvimento do evento “Chá, Café e Poesia” realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Ponte Nova. Sua elaboração vai ao encontro das propostas estipuladas pelo Programa de Extensão Disciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo, da Universidade Federal de Viçosa. É importante destacar que a realização do programa busca também valorizar o que o município já possui, potencializando aquilo que já é realidade e consolidando as ações de cultura como ações permanentes e não ações específicas de gestões. O desenvolvimento de edições do “Chá, Café e Poesia” despertou o empoderamento e pertencimento do idoso, sua autorressignificação e sua ressignificação em sua comunidade, promovendo a construção de um novo olhar capaz de fortalecer sua identidade e integração social.

Palavras-chave: Literatura; Idosos; Cultura; Pertencimento

1. Introdução

O Programa de Extensão Disciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo, da Universidade Federal de Viçosa, através de uma proposta piloto de ação na cidade de Ponte Nova, Zona da Mata mineira, caracteriza-se por um conjunto de ações para ser implantadas em comunidades como forma de promoção do idoso e de sua reinserção social.

Nesta perspectiva, o Programa tem como principal objetivo dialogar com o Poder Público local e compreender a Cultura como setor fundamental de entrelaçamento de ações. Essa proposta parte da percepção da importância e complexidade do âmbito cultural, que se apresenta com espaços de saber e fazer, de memória e de políticas públicas.

O diálogo do programa com o Setor Público de Cultura local, que foi a primeira instância governamental de abertura para sua implantação em Ponte Nova, oportunizou a ampliação da discussão de como a cultura e os agentes culturais de uma cidade podem contribuir na elaboração de políticas públicas, deliberando de forma eficaz sobre ferramentas que dialoguem com a real necessidade de cada localidade, contribuindo na formação de agentes culturais, na consolidação de novos espaços deliberativos de governança pública e no empoderamento dos agentes envolvidos.

A equipe buscou trabalhar em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Ponte Nova, no desenvolvimento do evento “Chá, Café e Poesia”. Esta ação cultural, somada aos objetivos do Programa da Universidade Federal de Viçosa, foi capaz de reafirmar o lugar da cultura nas esferas de governança, apresentando metodologias para a promoção de ações que estimulem a participação social através do fazer cultural.

A metodologia do Projeto “Chá, Café e Poesia” é uma das propostas para se pensar o envelhecimento ativo da população idosa de uma cidade e também valorizar o que já é realidade, de forma a consolidar as ações de cultura como ações permanentes e não como ações específicas de gestões.

2. A Ação Cultural: Chá, Café e Poesia

A Biblioteca Pública Municipal Miguel Valentim Lanna foi criada em 1973, pela *Lei Municipal nº. 951/1973*, sendo hoje ligada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponte Nova.

Durante anos, passou por inúmeros problemas estruturais advindos da ausência de uma sede definitiva. Foi instalada em diferentes localidades, o que prejudicou sobremaneira a organização de seu acervo e seu uso por parte da população. A última mudança ocorreu em 2011, quando passou a ocupar o prédio anexo à Secretaria Municipal de Educação. O local necessitava/necessita de uma série de adaptações a fim de garantir sua funcionalidade, principalmente no que tange à sua acessibilidade. É uma área de pouca visibilidade para a população, o que tem demandado o engendramento de estratégias de divulgação de seu funcionamento e da riqueza de seu acervo.

O projeto “Chá, Café e Poesia” nasceu justamente da necessidade de dar maior e melhor visibilidade à Biblioteca, possibilitando a ampliação de seu público usuário e a divulgação de seu acervo através de atividades lúdico-culturais. Esse evento é organizado pela Biblioteca em parceria com a Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova (ALEPON), com

o propósito de estimular a prática da leitura entre a população local, difundir obras de autores locais e nacionais e dar espaço para apresentação de novos talentos do campo das artes. A Literatura foi potencializadora do reencontro da comunidade com escritores locais, dos estudantes com professores e de idosos com a juventude.

A atividade se apresenta como um Sarau Lítero-Musical em que todas as linguagens artísticas se encontram. Sua realização conta com a divulgação dos autores locais, que são lidos/declamados durante o evento, contando, muitas vezes, com a sua presença. O Ministério da Cultura premiou a iniciativa no Edital de Boas Práticas de Leitura e Soluções Inovadoras.

O projeto foi uma das primeiras iniciativas da recém-criada Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Ponte Nova, tendo sido criado, em 2008, com o título de “Chá com Poesia”, ocorrendo sempre na última quinta-feira de cada mês, às 17 horas, contando com a presença de pessoas da comunidade, poetas, declamadores, atores, músicos e amantes da arte, que se reuniam para um papo lítero-musical, acompanhados de um bom chá. Com o passar do tempo, o projeto se consolidou, passando a atender pelo nome de “Chá, Café e Poesia”.

A partir de 2013, o evento deixou os espaços fechados e ganhou as ruas da cidade, passando a acontecer de forma itinerante. Artistas, autores e agentes culturais de cada bairro se unem aos convidados da Biblioteca e da ALEPON nas atividades lítero-musicais, na construção de um “varal” onde os participantes podem escolher um texto, letra de música ou poesia a ser lido em público. Ocorrem sorteio de livros e a exposição de obras que podem ser manuseadas pelos presentes durante o evento. Há também exposição do acervo da Biblioteca, montagem de espaço de Biblioteca Infantil e entrega de fôlderes com a divulgação dos serviços prestados pela instituição e de sua localização, além de cadastro de novos leitores.

Após as apresentações, são servidos chá, café e quitutes aos presentes, que têm a oportunidade de conversar e trocar informações. É permanente a montagem do “varal literário”. Os quitutes ofertados são sempre produtos típicos da culinária local (como a goiabada cascão), produzidos artesanalmente e trazidos pelos próprios participantes. O público-alvo do projeto é deveras variado, sendo composto por estudantes de todas as faixas etárias, poetas, dramaturgos, pesquisadores, acadêmicos, pessoas do meio artístico, frequentadores da Biblioteca, e a comunidade em geral, especialmente nas edições itinerantes.

O evento tornou-se parte da agenda cultural da cidade, havendo sempre público numeroso, com destaque para a presença de estudantes da educação básica. A presença é registrada em livro de assinatura. A avaliação via conversa informal durante o momento de degustação no evento tornou-se uma forma metodológica para obter a opinião de satisfação dos usuários.

A partir da boa adesão ao projeto, refletida na presença de numeroso público em todas as edições e, especialmente, por parte de sua acolhida por instituições de ensino locais, percebe-se que o evento “Chá, Café e Poesia” tem cumprido sua função de atrair a atenção da população para a Biblioteca Municipal Miguel Valentim Lanna e de ampliar seu público leitor, algo que se reflete no aumento do número de visitas à Biblioteca. Outro resultado a

ser ressaltado é o fato de que o acervo da Biblioteca tem também crescido a partir de doações diversas ocorridas após a implementação do “Chá, Café e Poesia”. A procura pelos livros dos autores locais também é fator positivo a ser registrado. Tais resultados têm redundado na busca pelo aprimoramento dos serviços prestados, através de capacitações dos servidores, bem como na melhoria das condições materiais da instituição.

Especialmente em suas edições itinerantes, o projeto demanda a utilização de equipamentos de sonorização; cadeiras de plástico (para cem pessoas, em média); chá, café e quitutes variados; obras literárias a serem sorteadas ao público. O cerimonial é organizado pela ALEPON, Biblioteca e Secretaria de Cultura e Turismo. O projeto conta com parcerias diversas, com destaque para a empresa Café Piranga, responsável pelo café servido aos participantes; a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, responsável pela mobilização, sonorização e logística do evento, e pela ALEPON, responsável pela montagem do cerimonial e convite a autores. Quando realizado em bairros, conta-se com a Associação de Moradores.

3. Chá, Café e Poesia na Comunidade do Beco

No dia 27 de julho de 2016, os beneficiários do Programa da UFV foram contemplados com uma ação no âmbito do Projeto “Chá, Café e Poesia”, coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Ponte Nova, com o apoio de alunos voluntários do Programa. O evento “Chá, Café e Poesia” ainda não havia sido realizado na Comunidade do Beco, pois seu caráter itinerante iniciou-se com a gestão que assumiu em 2013. Houve processo de mobilização e produção do evento na Comunidade por um grupo local pertencente ao Programa. Durante a ação, estiveram presentes cerca de 80 pessoas, muitas delas jovens e moradores de ruas paralelas.

A ação foi muito bem aceita pela comunidade em geral. Muitas pessoas se emocionaram durante as apresentações, merecendo destaque o momento em que uma idosa, moradora da localidade, leu o seu poema “Do Fundo do Baú”. Durante a confraternização, a comunidade já estava pensando em organizar um próximo evento, o que foi visto como muito positivo. Houve participação dos moradores locais declamando poesias e de crianças que declamaram poemas aprendidos na Escola. Após as apresentações culturais, o público foi convidado para a confraternização com oferecimentos de chá, café, bolo, biscoito e outros quitutes, produzidos pelos próprios moradores e promovendo uma grande partilha.

Durante todo o evento, houve exposição de trabalhos artesanais da comunidade como bordados e pinturas, muitos deles confeccionados pelas idosas da comunidade. É importante salientar que, para acontecer a ação cultural, antes houve uma mobilização social dos moradores da rua, convidando todos a participar, colhendo sugestões e transformando-os em coprodutores do evento e protagonistas na ação. Os idosos que compareceram mostraram-se bastante envolvidos e colaborativos, fundamentando a metodologia do projeto de se trabalhar com a participação da comunidade que vai receber o mesmo em todas as etapas de execução/produção. A comunidade em geral se emocionou bastante durante as apresentações dos muitos talentos locais. Os reencontros dos vizinhos e de gerações foram potencializados nesta ação específica, apresentando algo que amplia o objetivo deste projeto cultural e que acrescenta ao processo de aplicação de metodologias, tornando o evento um momento ainda mais orgânico e promotor de transformação social.

4. Do Pertencimento à Transposição para a Vida Diária

O caminho proposto por uma rede de cooperação, como é o Programa da Universidade Federal de Viçosa, busca o entendimento da participação social como importante elemento de construção das políticas públicas, promovendo um processo de contextualização no grupo envolvido, fazendo com que este se analise como o real fator da existência das ações a serem implantadas. Neste momento, há o entendimento da contradição opressores-oprimidos em nossa sociedade, dialogando com as ideias de Paulo Freire, educador que criou uma prática educativa que busca promover mudanças sociais pelo processo de “conscientização”. A consciência crítica é o marco para a mudança.

Freire (2005) afirma que não há êxito em nenhum campo social sem o alicerce de um povo que se educa para civilizar-se e que é possível superar a opressão imposta a alguns indivíduos. Todo oprimido tem anseio por libertar-se daquilo que lhe causa opressão. Por medo, negam-se a apelar aos outros e a escutar seus próprios apelos, preferindo uma convivência sistematizada e uma adaptação pacífica.

Os idosos, alvo de descaso social, historicamente tem seu corpo visto como um corpo em processo de finalização, sofrendo, desse modo, dualidades em sua identidade. Nesse sentido Freire (2005, p. 38) salienta que essas pessoas:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo é o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo.

Sabe-se, porém, que é na contextualização que uma ação libertadora é criada. Os que vivenciam as ações de empoderamento e participação social têm de assumir uma nova forma, já não podem ser os mesmos, não podem permanecer como eram. Para Freire (2005), a inserção lúcida na realidade, na situação histórica, leva à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. Portanto, os idosos só entenderão a luta se estiverem convencidos do seu valor, sendo então sujeitos e não objetos de convencimento. Eles precisam se inserir criticamente na situação em que se encontram e de que se acham marcados. Na teoria Freiriana, a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência.

O fazer cultural também é propulsor do empoderamento seja quem participa ativamente da ação cultural, seja quem interage e assiste à manifestação cultural. A arte nos faz pensar sobre a construção de nossa identidade e como ela influencia nossa história corporal. Faz também refletir sobre um corpo brasileiro que é mesclado, mestiço, plural, de referencial africano e indígena e que só se completará se buscar nas dobras de seu próprio corpo “os tempos curvos da memória e da história” (MARTINS, 2003, p. 82).

Empoderar é algo interno. É um elemento ligado ao universo pessoal, portanto, faz-se essencial promover um encontro sinestésico com a Arte, uma vez que o corpo dá uma resposta pessoal ao indivíduo através da experimentação no universo do sentir. E este caminho de aprender através dos sentidos é potencializado por ações culturais que se baseiam na Arte/Educação.

Um dos caminhos de fortalecimento da identidade e sua alteridade é a arte. Essa área de conhecimento é capaz de marcar a particularidade das culturas por explorar as formas de representação de valores e expressões simbólicas dos ritos, imagens e visões de mundo de um povo. São de livre expressão as manifestações artísticas, as quais contribuem com o desenvolvimento do indivíduo por proporcionarem a transposição do processo de aprendizagem para a vida diária. O fazer artístico estimula a consciência cultural do indivíduo por promover reconhecimento e apreciação estética.

Barbosa (1998) afirma que, através das artes, temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, como as linguagens discursiva e científica.

O fazer artístico então, por englobar várias linguagens, decodifica situações e sensações que várias áreas do conhecimento não decodificam sozinhas. Ele desenvolve a percepção, a imaginação, a capacidade de analisar e lidar com a realidade de forma crítica. O indivíduo no processo artístico lida com a emoção e não como forma de apenas libertá-la, mas com a capacidade de refletir sobre ela.

A expressão artística, em suas mais variadas manifestações, cria o pertencimento de grupo, fortalecendo o indivíduo para seu contato com o todo. A iniciação artística passa por desafios, incertezas, descobertas e mudanças que influenciam o ser em todos os aspectos. O resultado é oriundo de um processo. E é esse processo que importa. O que se perde ou se ganha neste caminho é o que o indivíduo internaliza. A iniciação estética é importante porque promove a mudança de olhar e a experimentação.

Barbosa (1998) novamente mostra que a experiência, seja qual for o seu material (ciência, arte, filosofia), para ser uma experiência precisa ter qualidade estética, que unifica a experiência enquanto reflexão e emoção. Nas artes, a experiência significativa se revela pela observação, percepção e verificação direta quando essa possui uma unidade. O artista incorpora a si próprio na atitude daquilo que percebe enquanto trabalha.

Para que a arte seja uma linguagem significativa e que integre o indivíduo é necessário não só conhecê-la, mas explorá-la e contextualizá-la. Na pluralidade de leituras, o indivíduo acrescenta algo a si mesmo.

Em nosso país, a arte é um dos elementos capazes de unir contextos múltiplos de uma nação tão plural. As várias culturas de nossa nação, embora ainda sejam bastante desconhecidas ou incompreendidas, conseguem, na expressão artística, um equilíbrio identitário, movimento, representação e aceitação. Sabemos que muitas vezes o contexto trabalhado pode, no ato de apresentação da obra, transformar-se em mera projeção pessoal, estranhamento ou excentricidade. Por isso, a contextualização em arte é necessária para

que o resultado não seja mais importante que o processo. Um tem que ser consequência do outro. Quando me mostro ao outro, mostro também aquilo que aprendi, aquilo que vivenciei e principalmente aquilo que o conhecimento acrescentou em mim.

Espaços culturais, conselhos, projetos sociais e culturais agregam pessoas de várias classes e idades. Sendo assim, os idosos são um público presente nestes espaços. A necessidade do novo, da redescoberta e principalmente a procura de referenciais colocam atualmente os idosos em movimento. Fazem com que estes procurem identificações e afirmações. É na arte que muitos deles se encontram. E não é só o talento artístico que os leva para determinados projetos culturais. É a vontade de perceber quem se é, o que se quer e aonde se pode chegar envelhecendo ativamente. É a necessidade de comunicação e expressão. É a importância de reconstrução de sua identidade.

O papel da Arte/Educação e, no caso específico aqui descrito, a Literatura promovem a articulação da reconstrução identitária dos agentes envolvidos, tornando a expressão cultural um fator de contextualização das questões sociais dos idosos, o empoderamento através da vivência artística e a transposição de todo o processo de aprendizagem para a vida diária.

Os processos de empoderamento e pertencimento descritos na ação cultural “Chá, Café e Poesia” mostram que a cultura é um dos caminhos essenciais para a promoção do envelhecimento ativo, trazendo um olhar específico para o encontro de gerações, a autorressignificação do idoso e a sua ressignificação em sua comunidade, acarretando a construção de um novo olhar que promova o fortalecimento identitário e a integração social. Essas ressignificações tornam possível perceber e analisar nossa (s) cultura(s), pois a conscientização de nosso pertencimento histórico e cultural norteia nossa reflexão crítica e participação social.

É na troca de saberes, nos encontros de gerações e na degustação dos sabores que a vida proporciona, ou que proporcionamos à vida, que entendemos a importância da trajetória de cada pele e como cada corpo é um espaço de memória que precisa ser respeitado, revisitado e potencializado. Afinal, cada ruga individual é um capítulo de um livro escrito a várias mãos e vozes que amadurecem, mas que não se calam. Essas vozes apenas nos apresentam outras vibrações. Portanto, vamos nos permitir escutá-las!

5. Referências

BARBOSA, A. T. *Arte-educação: leitura no subsolo*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARTINS, L. Performances do tempo e da memória. *O Percevejo – Revista de Teatro, Crítica e Estética*. Departamento de Teoria do Teatro. UNIRIO, 2003.

_____. *Afrografias da Memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

Capítulo VII

A Dança como Oportunidade de Reintegração

Andrea Bergallo Snizek
Camila Oliveira

Resumo

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as experiências vivenciadas em algumas ações do Programa de Extensão Interdisciplinar: Estratégias e Ações com Vistas a Contribuir para o Envelhecimento Ativo, da UFV, realizadas no bairro Triângulo, município de Ponte Nova - MG. Partiu-se da necessidade de trabalhar o corpo, de proporcionar desenvolvimento humano e reintegrar os idosos da Comunidade do Beco. As atividades ocorreram no segundo semestre de 2016, e foram conduzidas por estudantes do Núcleo de Estudos e Práticas Artístico-Corporais- NEPARC, do Curso de Dança da UFV, sob a orientação da Professora Andrea Bergallo Snizek. Percebeu-se que as oficinas de dança proporcionaram aos participantes o resgate de memórias de juventude, oferecendo-lhes um ambiente em que puderam falar de suas recordações e, assim, fortalecer os vínculos entre si.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo. Dança. Corpo

1. Introdução

A dança e as artes performativas vêm ocupando lugar de destaque em estudos de diversas áreas do conhecimento – Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicopedagogia, Comunicação e Artes (nesta, objeto de sua própria investigação) e gradativamente reivindicam mais do que somente abordá-las e/ou enquadrá-las em análises e representações da obra, do “produto” artístico. Tais práticas artísticas, através da visibilidade extrema do corpo em seus modos de representação, legitimam-no como “espaço” privilegiado para reflexões em torno das identidades possíveis, aquelas viáveis a um corpo estético (MEYER, 2005). Para Meyer, as artes da cena na contemporaneidade pressupõem, cada vez mais, a convivência entre corpos diversos, questionam paradigmas e imposições culturais quanto a quesitos/qualidades do corpo da dança, inaugurando e esgarçando um espaço promissor, aquele entre pontos opostos até então excludentes, que qualificaria o corpo-sujeito entre abismos, se capaz ou incapaz, se perfeito ou imperfeito, se belo ou grotesco, se eficiente/hábil ou deficiente, se jovem ou idoso. Isso, de certa forma, evidenciou aquilo que não se via, potências ignoradas, no sentido literal do termo.

O agir, potencial motriz humano, condição primeira de existência, através da relação do corpo com o contexto/meio/relações, implica a efetivação de processamentos, assimilações e adaptações implícitas na efetivação de processos cognitivos. Ao agir, o corpo-sujeito, paralelamente, experimenta e provoca as próprias transformações no contexto do qual faz parte. Esse entendimento, em parte piagetiano, da motricidade humana como inteligência inata permite aos indivíduos afetar o contexto e ser afetado por ele.

Nesse sentido, “dançar” permite aos seus praticantes aguçar a atenção às próprias formas de produção de conhecimento e paralelamente constituir uma poética das inquietações implícitas nas relações sociais, sejam elas explicitadas e/ou expressas em danças/performances sociais, teatrais e/ou religiosas (FAZENDA, 2007).

Ao pensarmos/falarmos “tenho um corpo” ou “sou um corpo”, podemos legitimar o entendimento implícito no pensamento ocidental que o explica como uma “entidade material anatômica e descritível em sua oposição ao espírito” (ROQUET, 2011, p. 3). Para isso, ao utilizarmos o termo “corpo”, o faremos considerando seu potencial sensível e relacional, ou seja, para além de sua anatomia, fisiologia e funções biomecânicas.

“Saber” corporeidade, conforme Roquet (2011) e o filósofo Bernard (2001, p. 17-24), implica o reconhecimento do corpo não máquina, ilegível, de movimentos imprecisos, portanto não mais um corpo/entidade autônoma, definida, que recebe e/ou emite informações com “o corpo”. Compreendê-la como fenômeno de materialização de um processo móvel e complexo, o do sentir, que, segundo Bernard (2001), difere da ideia que em parte replicamos, de corpo/movimento desde Aristóteles, esta diretamente relacionado ao estudo de posturas e ações e que pouco leva em consideração o sentir. E justamente as capacidades humanas, de sentir, seu potencial relacional, motivações que os levam a mover, desejar em cumplicidade e de forma anárquica compõem as intenções (BERNARD, 2001).

As relações de reciprocidade entre corpos/sujeitos e o poder conhecer e aprender situam a troca de experiências entre indivíduos como potente estratégia de um “vir a ser”. E esta inata possibilidade de “vir a ser” só é possível através da mediação, de um agenciamento desempenhado por um objeto social/sujeito (VIGOTSKI, 1999, p.118). A

perspectiva socio-interacionista do autor considera que a mediação se dá via relações de reciprocidade, se efetiva entre referências em um espaço nebuloso e indefinido, entre o que se é/conhece/viveu e o que se poderá ser/conhecer/viver, portanto “entre pontos opostos”, que denomina de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), local-ação (ideal) das intervenções pedagógicas (VIGOTSKI, 1999) para e em todas as etapas do desenvolvimento humano.

Ao reconhecer a força das relações na estruturação de processos cognitivos Vigotski (1999) legitima o corpo em sua perspectiva holística nos convidando a revisar as formas de proceder no que se refere à construção de conhecimento como mediado ou mediador, relações implícitas nas mais diversas culturas.

Segundo Villaça (2007, p 56), o corpo constitui um subsistema cultural por meio do qual um indivíduo estabelece valores, coesão e interage com o mundo e com o outro. Os processos de subjetivação/dessubjetivação na contemporaneidade têm nele encontrado um locus onde as discussões se sucedem, seja num viés naturalista, colocando-o como baluarte da resistência aos processos de desmaterialização e metamorfose propiciados pela ciência e pela técnica, seja por meio de novos investimentos simbólicos que privilegiem sua desconstrução em campos de força, sua perda de organicidade.

2. Ações na Comunidade do Beco

Compreendendo a importância de se trabalhar o corpo para o desenvolvimento humano e para oportunizar a reintegração das pessoas de maneira geral, foram propostas ações voltadas para a população idosa da Comunidade do Beco, no município de Ponte Nova – MG, no âmbito do Programa de Extensão da UFV.

As ações ocorreram no segundo semestre de 2016, e foram conduzidas por estudantes do Núcleo de Estudos e Práticas Artístico-Corporais -NEPARC, do Curso de Dança da UFV, sob a orientação da Professora Andrea Bergallo Snizek, com o intuito de promover a socialização e oferecer atividades de lazer para as pessoas idosas da referida comunidade, uma vez que a dança trabalha o emocional, o social, a memória e traz a sensação de bem-estar.

3. Resultados alcançados

As oficinas contemplaram a modalidade “dança do forró”. A equipe ensinou alguns passos básicos e trabalhou com os idosos as lembranças que eles tinham da juventude, das situações embaraçosas e engraçadas vivenciadas. As oficinas se tornaram um ambiente de escuta da população e de fortalecimento de vínculos, o que, sem dúvida, contribuiu para aumentar a capacidade de resiliência da população idosa assistida.

4. Referências

BERNARD, M. *Le corps*. Paris: Editions du Seuil, 2001.

FAZENDA, M. J. *Dança Teatral: ideias, experiências, ações*. Lisboa: Celta, 2007.

MEYER, S.N. *Fazer dança e fazer com dança: perspectivas estéticas para os corpos especiais que dançam*. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 6/7, p.43-56, 2004/2005.

ROQUET, C. Da análise do movimento à abordagem sistêmica do gesto expressivo. *O Percevejo*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2011.

VIGOTSKY, L.S. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VILLAÇA, N. *A edição do corpo: tecnociência, artes e moda*. Barueri, SP: Estação das Letras, 2007.



Parte 2

Governança
democrática

Capítulo VIII

Governança democrática: uma perspectiva a partir da cidade

Quim Brugué
Ivan Beck Ckagnazaroff

Resumo

Este percurso reconhece que parte da teoria democrática ressaltou a importância da participação cidadã nos negócios municipais como fonte de formação cidadã, ao longo do século XIX. Simultaneamente a administração pública vai se formando na base do burocrático, que significou, à época, um fortalecimento da democracia, na medida em que superava problemas de patrimonialismo, e tentava estabelecer uma abordagem profissional e impessoal no trato da coisa pública. Seguindo, tem-se os problemas decorrentes desse modelo, seriam, em tese, combatidos pela proposta gerencialista de administração pública, com enfoque predominantemente econômico e tecnocrático, mas com postura reducionista no que se refere a questão política e do cidadão. Em suma, fortalecem problemas voltados tanto para eficiência quanto para a legitimidade do funcionamento da administração pública, e ao longo do tempo vão se consolidando propostas que desembocam na ideia de governança democrática, que busca valorizar a cidadania, o envolvimento do cidadão na gestão da coisa pública, e pensa essa gestão de modo mais flexível, sem descartar aspectos tanto da burocracia quanto do gerencialismo, que podem ser aplicados para garantir eficiência, mas efetividade e legitimidade nos processos. A governança democrática, cria oportunidades de fortalecimento da cidadania, quando abre espaços de deliberação pública, cria meios para aprimoramento do planejamento público, quando aproxima poder público com outros setores da sociedade, e fortalece a transparência e *accountability*. Estes aspectos podem ser sentidos em diversos níveis de ação (macro, meso e micro) em uma cidade. Nesse sentido, a governança democrática pode orientar a gestão de setores voltados para envelhecimento, por meio de mecanismos e práticas de deliberação envolvendo os diferentes interessados nas questões.

Palavras-chave: Governança urbana; governança democrática; administração municipal

1. A cidade e a democracia

A cidade foi o lugar de nascimento da democracia. A **pólis** da Grécia clássica representou uma inovação política de primeira ordem, pois permitiu transitar do governo inspirado nos conselhos dos deuses para o governo ditado pelos homens. A confiança no **logos** humano (na capacidade de raciocinar, de pensar, de refletir) se traduzia em **nomos** (as leis que deveriam reger a convivência entre os homens, ou seja, o governo regido por leis). Desse modo, nascia a primeira proposta de um governo democrático.

Essa proposta foi uma inovação política que não podia ser compreendida sem a confiança antropológica na natureza humana, tampouco sem a referência ao espaço da cidadania que representava a **pólis**, a cidade. A cidade não era unicamente o espaço da igualdade e da liberdade que dotava de conteúdo o conceito de cidadão, já que não se concebia a própria ideia de cidadania sem o seu pertencimento à cidade. Os cidadãos criavam a cidade e, ao mesmo tempo, ela os criava. Não é de estranhar que a pior sanção para um cidadão era o ostracismo, ou seja, ser expulso da cidade.

Para estabelecer um vínculo com o atual conceito de governança democrática, busquemos uma peculiar visão da liberdade dos cidadãos, entendida tanto como o direito a participar da vida política como a obrigação de acatar as decisões públicas. Aristóteles a resumia com maestria em uma só frase: “cidadão é aquele que sabe governar e ser governado”.

A cidade, portanto, oferecia tanto o espaço para intervir no debate público (por meio da deliberação) como para exercer as obrigações recíprocas que demandavam o compromisso e a obediência dos cidadãos (capacidade, pois, de governar a comunidade). O cidadão na **pólis** democrática, portanto, era aquele que entendia que sua felicidade individual dependia de seu pertencimento à comunidade, isto é, apenas como membro da cidade ele conseguiria seu pleno desenvolvimento pessoal. A cidade democrática, desse modo, não era unicamente um espaço de encontro de indivíduos livres senão a única possibilidade de que estes constituíssem um projeto ético de vida coletiva, uma velha ideia política que se sustenta na melhor tradição democrática, uma perspectiva que não pode separar a política da ética e que entende que a plena realização moral da pessoa só é possível na comunidade, na **pólis**. Nas palavras de Vallés Casadevall (2011):

uma comunidade – uma **pólis** – que não surge porque os humanos necessitam viver juntos, senão que vivem juntos porque necessitam viver bem, quer dizer, viver felizes. A finalidade da cidade – a finalidade da política democrática – é poder decidir conjuntamente o que é aquilo que consideramos como justo e como bom. E, desta maneira, poder compartilhar uma vida digna de ser vivida.

Uma incipiente forma de governança democrática nascia, pois, nas primeiras cidades da Grécia Clássica. Uma experiência que, entretanto, não conseguiu perdurar além do século V a. C. Diversos são os motivos que explicam o colapso dessas cidades democrática, entre eles a influência nefasta de certa perversão da sofística, um excesso de elitismo que só podia manter-se por meio do êxito das guerras ou da ampliação de um mundo que começava a transpor os limites das **pólis**. O modelo ruiu e desapareceu do debate político, não voltando a entrar em cena – timidamente – até o século XVII.

As cidades e a democracia foram arrasadas pela História e não voltaram a aparecer com força até as revoluções francesa e americana do século XVIII. Retomaremos sua aparição da mão de Alexis de Tocqueville, que, em seu famoso trabalho “A Democracia na América”, se mostrava impressionado ao descobrir, precisamente, como funcionava a democracia nas cidades do Novo Mundo. Também nos interessará contrastar sua visão com a de Jeremy Bentham, que, instalado na velha Europa, se interessava pelos governos locais, ainda que a partir de uma lógica diferente.

A relação das cidades modernas com a democracia tem sido ambivalente. Por um lado, segundo Alexis de Tocqueville (1973), o governo que descobriu nas cidades norte-americanas mostrava uma forma de governar que permitia o desenvolvimento e a materialização da democracia. Em seu particular âmbito de proximidade, as cidades facilitavam tanto a fragmentação do poder – que não se concentrava em um centro único – como a educação política e o compromisso político dos cidadãos com a comunidade. As cidades permitiam, assim, que a democracia se tornasse efetiva. Por outro lado, diante da interrogação sobre a finalidade dos governos locais, Bentham (1991) respondia invocando as vantagens da descentralização administrativa e, em consequência, a utilidade das cidades como prestadoras eficientes de serviços públicos. As cidades modernas foram desenvolvendo-se, então, com esta dupla e contraditória essência: a político-democrática e a administrativa-eficiente.

A natureza ambivalente das cidades tem apresentado as duas dimensões citadas, ainda que uma delas – em diferentes momentos históricos – tenda a se impor sobre a outra. Assim, durante boa parte do século XX, coincidindo com o período que conhecemos como o estado de bem-estar social, as cidades se converteram em potentes máquinas prestadoras de serviços. O estado de bem-estar social se desenvolvia em um contexto de certeza no qual as políticas públicas eram conhecidas e compartilhadas. Sabia-se o que se tinha que fazer, de maneira que a dimensão política se retirou para deixar espaço para a dimensão da prestação de serviços. Foi neste cenário, especialmente nos países anglo-saxões, que um intenso processo de descentralização transferiu em direção ao âmbito local – às cidades – um importante montante de recursos para que se dedicassem a prestar um volume crescente de serviços públicos.

As cidades, dessa maneira, se converteram em instrumentos executores, em máquinas tecnocráticas habilitadas para operar com eficiência, mas distantes das reflexões democráticas do velho Alexis de Tocqueville. Nos governos locais do estado de bem-estar social a lógica gerencial se impôs à lógica democrática, à eficiência sobre a participação e aos serviços concretos sobre o compromisso cívico e comunitário. As cidades máquinas não eram governadas democraticamente senão gerenciadas profissionalmente.

Aproximando-nos, entretanto, da nossa realidade do século XXI, a crise do estado de bem-estar social chegou – como não podia ser de outra maneira – acompanhada da crise dos municípios de bem-estar social. A volatilidade, a incerteza, o desconcerto e, inclusive, o medo que produziu a crise do estado de bem-estar social chegaram inicialmente acompanhados de uma intensificação da ênfase gerencial. Os governos locais se viram invadidos pela mensagem da Nova Gestão Pública (NGP), que, expressando-o de maneira

breve, pretendia aprofundar a lógica da eficiência, fazendo uso agora de instrumentos e técnicas importadas do setor empresarial.

Depois do primeiro impacto de uma forte sacudida gerencial, as cidades começaram a dar-se conta de seus limites e a entender que, neste novo contexto de incerteza, já não se tratava de executar eficientemente aquilo que se sabia que devíamos fazer, senão de decidir os caminhos a tomar. Abriu-se a porta, assim, a uma incipiente politização dos governos locais. No mundo anglo-saxão, onde mais longe foi levada a aposta na construção de grandes máquinas administrativas locais, começou-se a fazer referência à transição do *urban managerialism* (gerencialismo urbano) para o *urban entrepreneurialism* (empreendedorismo urbano), ou seja, já não se tratava tanto de gerenciar o presente como de dispor de um projeto de futuro, um projeto que se devia construir a partir das próprias peculiaridades locais e contando com a cumplicidade dos múltiplos atores do território.

Apareceu assim, já nos anos 1980, algo que alguns denominaram de novo localismo. De acordo com esta visão, os desafios do novo contexto de globalização econômica e crise do estado de bem-estar social, longe de tornar irrelevantes os espaços locais, revitalizaram sua importância. As cidades se convertiam assim em espaços para se pensar e construir alternativas, para exercer a tarefa política de tomar decisões estratégicas. De forma algo paradoxal, em um cenário crescentemente globalizado, o local reivindicava sua importância e se convertia em um terreno determinante não já como máquina executora, mas como espaço pensante para elaborar alternativas e projetos de futuro.

Rapidamente, claro está, introduziu-se o debate sobre o governo democrático deste novo localismo, um governo democrático que se referia tanto à validação democrática dos projetos locais (por meio dos sistemas representativos clássicos) quanto à sua construção deliberativa por meio da interação com uma rede complexa de atores institucionais e sociais (a chamada governança democrática). Tocqueville parecia vingar-se de Bentham e a cidade voltava a se tornar no espaço privilegiado para a democracia, uma democracia entendida, a partir de sua base liberal, como o tecido institucional que suporta o governo representativo, mas também como um projeto ético construído coletivamente por meio do diálogo entre uma cidadania implicada e comprometida.

A governança democrática local, portanto, se impregna da democracia moderna dos estados, ainda que agregando alguns aspectos relevantes da democracia antiga da *pólis*, uma combinação difícil de articular e que todavia deixa muitas questões abertas sobre seu potencial futuro. Essa é uma combinação que, em qualquer caso, coloca nossas cidades em uma posição central tanto na hora de articular respostas diante do desconcerto global como de fazê-lo de uma forma democrática, que conte com a implicação de uma cidadania comprometida civicamente. As cidades representam hoje uma grande esperança, a oportunidade de ganhar o futuro e de fazê-lo a partir de um reforço da democracia.

2. Governança Democrática e a Cidade

A governança pública, ou apenas governança, é objeto de diferentes conceituações. Aqui, governança é entendida como a capacidade de governo de comandar, coordenar e implementar decisões tomadas em conjunto com outros atores da sociedade, sejam do setor privado, sejam do terceiro setor (DINIZ, 1996). Esta concepção de governança

considera o governo como ator relevante já que ele detém o monopólio do uso do poder relacionado à elaboração e implementação de políticas públicas, capilaridade de atuação, e legitimidade já que o chefe do executivo foi eleito democraticamente. Em síntese, segundo Peters (2012), o governo é a principal fonte de leis e possui o monopólio do uso legítimo da força. Além disso, ele possui regras ex-ante, que orientam os processos de elaboração e implementação de decisões. Por outro lado, os outros atores, sejam do mercado, sejam da sociedade civil, possuem interesses nas questões envolvidas, além de certos recursos específicos. Seguindo esse raciocínio, a governança implica processo e arranjo pelos quais atores interessados em determinada questão se juntam para lidar com ela, reconhecendo que há uma interdependência entre eles e que todos tendem a atuar para a realização de um objetivo em comum com em relação à tal questão.

A noção de governança aplicada em diferentes níveis de governo, mas principalmente no nível local, ou municipal, reflete um processo de mudanças no modo pelo qual o estado tradicionalmente funciona, ou seja, os processos de reforma do estado a partir dos anos de 1980. Tais processos iniciaram-se como tentativas de superar problemas decorrentes do modelo burocrático de administração pública, predominantemente adotado, de um modo ou de outro, na maioria dos países na época.

A burocracia pública pode ser caracterizada, segundo Bresser-Pereira (2001), pela centralização decisória, pela hierarquia por meio do princípio da unidade de comando, que, segundo Fayol (1984, p. 48) significa que “para a execução de um ato qualquer, um agente deve receber ordens somente de um chefe” na estrutura tipo piramidal de poder, na rigidez das rotinas, no controle minucioso dos processos administrativos. Tal burocracia é composta por administradores profissionais recrutados e treinados, que atuam de forma neutra. Segundo Weber (1982), ela é um tipo de autoridade racional-legal, que funciona a partir de um conjunto de conhecimento técnico e de acordo com as leis, ou seja, em uma democracia o governo é das leis, desse modo funcionaria a administração pública.

A adoção do modelo burocrático de administração no estado, ao longo dos séculos XIX e XX, auxiliou tanto na adoção da ideia de eficiência quanto na consolidação da democracia. Dentre os motivos, podem ser citados o princípio do universalismo no tratamento das demandas, com o respeito às leis e não à vontade de um governante, o maior peso dado às dimensões técnicas no processo decisório, que visavam superar problemas decorrentes do patrimonialismo, ou seja, do uso privado da coisa pública. No entanto, a operacionalização da burocracia pública ao longo do tempo gerou diversos problemas. Dentre eles, podem-se citar a centralização decisória, com a decorrente falta de legitimidade no processo e a tendência em realizar leituras equivocadas da realidade onde se pretende atuar, a ineficiência gerada em certa extensão pela preocupação excessiva com o controle processual em detrimento da realização das atividades-fim, a ineficácia, a falta de *accountability*, a falta de efetividade e uma postura tecnocrática por parte dos membros da burocracia em relação aos cidadãos. Em suma, problemas de caráter administrativo-econômico e político.

Na década de 1980, diante dos problemas citados, além de problemas de caráter fiscal vivenciados por diferentes governos, reformas foram implementadas sob a orientação de propostas oriundas da Nova Gestão Pública (NGP), como salientado anteriormente. A despeito de vários autores considerarem a NGP como um camaleão que modifica sua aparência para se misturar com o contexto local (KLIJN, 2012), é possível identificar

certas características conectadas umas com as outras, embora elas não tenham que estar necessariamente presentes ao mesmo tempo nos diferentes casos. Tais características, de acordo com Klijn (2012), seriam a preocupação com a melhoria da efetividade e a eficiência do desempenho governamental; a utilização de ideias e técnicas gerenciais provenientes do setor privado (essas duas primeiras já citadas); o uso da privatização e de terceirização de serviços governamentais, ou de parte de setores governamentais, para melhorar a efetividade e a eficiência; a criação ou utilização (conforme o caso) de mecanismos de mercado ou quase-mercado, para aumentar a competição na prestação de serviços na implementação de políticas públicas; e a utilização de indicadores de desempenho ou outros mecanismos para especificar o produto desejado das partes privatizadas ou que se tornaram autônomas do governo ou dos serviços terceirizados. Isso significa uma mudança no controle, que deixa de ser *ex ante* e, ao longo do processo, passa a ser *ex post*.

A maioria dessas reformas tinham como objetivos tornar os estados mais enxutos, mas simultaneamente mais efetivos em termos de direção. Tais reformas ocorreram em diferentes países, e os países anglo-saxões se tornaram os principais casos de adoção desses princípios.

Em razão de problemas decorrentes da adoção dessas propostas, devem-se salientar as contradições encontradas nas diferentes práticas da NGP. Dentre elas, podem-se citar que governos que adotaram a NGP continuaram a buscar o controle da burocracia pública em vez de ampliar a descentralização para os gestores públicos como um caminho para a melhoria da eficiência/efetividade, como foi propagado. Por sinal, o foco na eficiência afetou a busca por qualidade nos serviços/produtos e o desempenho dos funcionários. A motivação do *staff* se viu prejudicada, em alguns casos, com a flexibilização contratual da mão de obra. Além desses problemas gerenciais, também deve-se ressaltar a adoção de uma perspectiva limitada do cidadão, seja como cliente, seja como consumidor de serviços públicos.

Cabe dizer que tal preocupação com eficiência e resultados e a crença em técnicas gerenciais provenientes do mercado contribuíram para uma reprodução de posturas tecnocráticas por parte de governos na relação com a sociedade civil.

Com as propostas de privatização, terceirização e concorrência, ampliou-se o leque de organizações que trabalhavam para o governo. Alguns órgãos estatais se tornaram públicos não estatais. Esse processo de fomento a agências complicou a capacidade de planejamento estratégico no que se refere à integração de diferentes organizações voltadas para objetivos comuns. No caso dos setores privatizados deu-se a criação de agências reguladoras e criou-se uma situação em que a **accountability** e a transparência democráticas se viram prejudicadas.

De fato a questão do fortalecimento da democracia não foi devidamente tratada. O olhar das reformas orientadas pela NPM foi para dentro da administração pública e baseada em propostas do setor privado. Daí a utilização de noções como cliente ou consumidor em vez de cidadão em documentos e em iniciativas governamentais. Isso, acoplado com a falta de **accountability** e transparência, não foi terreno propício para o fortalecimento da democracia na administração pública.

Embora a NGP e a governança sejam abordagens diferentes em relação ao funcionamento da administração pública, a NGP fez uso da chamada governança corporativa no caso das

parcerias e da descentralização intraorganizacional. Os processos de monitoramento, discussão e **accountability** tendiam a ser entre os gestores públicos e os secretários/ chefes do executivo. Nada relacionado com a sociedade civil, a não ser certas práticas de transparência.

A noção de governança no setor público ganha corpo, ao longo do processo de adoção da NGP e se faz mais presente a posteriori, durante o período de revisão da NGP, a partir dos anos 1990. Diferentemente da NGP, a governança se baseia na ideia da interação entre diferentes atores sociais para atingir objetivos comuns. O foco dela é as mudanças e adaptações nas relações entre governos e outros atores da sociedade (KLIJN, 2012). Tem-se uma percepção que uma atuação conjunta entre esses atores poderia aprimorar a coordenação e a qualidade do processo decisório, com maiores chances de melhoria da eficácia e de maior legitimidade na gestão da coisa pública (DINIZ, 1996).

O modo mais propagado de governança é o da rede. Embora tanto a hierarquia quanto o mercado também sejam modos de governança. A rede ganha certa difusão dado ao caráter interorganizacional e a preocupação com relações horizontais que podem fortalecer a democracia. Se na NGP tem-se uma perspectiva intra-organizacional, com ênfase na direção central e no controle político para garantir a eficiência e a performance, a governança tende a salientar os limites do controle central, é orientada para relações interorganizacionais e busca aprimorar a coordenação do governo sobre outros atores necessários para a prestação de serviços ou implementação de políticas públicas, buscando assim novas soluções para problemas complexos (KLIJN, 2012).

Outro ponto da governança é que se reconhece que a sociedade moderna é complexa e que, desse modo, ela requer interações entre os seus membros no que se refere a tratamento dos problemas que ela enfrenta. Além disso, em termos políticos, os cidadãos tendem a ser críticos das decisões provenientes do governo. Isso não só reflete problemas de efetividade como também problemas de representação política. Para o governo seria necessário interagir com outros atores, da sociedade civil ou do mercado, para alcançar resultados satisfatórios em termos de prestação de serviços ou de políticas públicas e fortalecer a legitimidade de sua atuação.

Em termos gerenciais, a governança faz uso de gestão de redes, estimula os atores da sociedade a participar, organizar e coletar dados de modo conjunto, explorando os conteúdos, arranjando interações, processos e regras. Os políticos e os gestores públicos são parte do processo de governança, caracterizado pela participação cidadã e de organizações da sociedade civil e do mercado. O grupo de atores envolvidos em processos de governança tende a ser diversificado.

Em suma, segundo Klijn (2012), uma de suas características principais seria um foco acentuado na dimensão interorganizacional da elaboração de política pública e prestação de serviço. Outro aspecto é a adoção de tipos horizontais de direção (gestão de redes, por exemplo), que supostamente são considerados melhores para se obter cooperação de atores sociais. Esses tipos horizontais de direção consideram, em tese, que os atores usarão menos frequentemente seu poder de veto, assim fortalecendo seu apoio ao processo. Outra característica é a utilização do conhecimento proveniente de atores sociais para melhorar a qualidade da política pública e dos serviços públicos e fazer melhor uso da

informação que está dispersada entre os vários atores, aprimorando a qualidade e a capacidade de inovação. Finalmente, tem-se o envolvimento desde o início do processo de atores sociais, de *stakeholders*, e de grupos de cidadãos de tal modo que a legitimidade das decisões e o caráter democrático do processo sejam fortalecidos.

Por meio dessas formas horizontais de direção, seja por meio de parcerias, processos decisórios interativos, espaços deliberativos etc, há diferentes relações entre atores da sociedade civil, do setor privado, do terceiro setor e governamentais. No caso da governança, essas relações são mais marcadas por relacionamento horizontais interdependentes. Tal interdependência se refere à mútua dependência entre os atores, um pode deter certa tecnologia, o outro certo conhecimento e um terceiro ser um ator institucional e deter o recurso financeiro. Isso significa que, muitas vezes, tais relacionamentos em rede não são completamente horizontais. Diferentes atores possuem diferentes tamanhos e recursos e aportam diferentes insumos. Assim, por exemplo, em uma rede pode-se ter relações assimétricas de dependência de recursos; contatos formais com diferentes níveis de governo podem criar relações verticais mas que não deixa de ser uma relação de dependência.

Dadas tais características da governança, pode-se perceber, em alguns autores, uma preocupação com a questão da democracia na administração pública. Assim, a governança democrática é considerada um conceito derivado da noção geral de governança, que busca fortalecer o caráter democrático na relação entre estado e sociedade na realização de objetivos públicos. Pode-se dizer também que vários autores relacionam a governança democrática com a noção de rede.

Em termos de democracia, pode-se seguir a sugestão de Dahl (2001) sobre critérios para um processo democrático. Segundo ele, existiriam pelo menos cinco critérios que serviriam para orientar processos de governo de associação ou de uma organização. O primeiro trata da participação efetiva, pela qual todos os membros de uma associação devem ter oportunidades iguais e efetivas de apresentarem suas opiniões sobre o tema em discussão, como uma política/um projeto/uma norma a ser adotada. O segundo é a igualdade de voto, que implica que todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto, e todos os votos devem ser contados igualmente no momento da decisão sobre o tema. O entendimento esclarecido é o terceiro critério, pelo qual “cada membro da associação deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas/projetos alternativas relevantes e suas prováveis consequências”. O quarto critério se refere ao controle do programa de planejamento pelo qual os membros devem ter a chance exclusiva de decidir sobre o como e, caso queiram, sobre quais questões devem ser consideradas no planejamento. A ideia aqui é que as políticas da associação estejam sempre sujeitas a modificações de tal modo que o processo democrático decorrente dos três critérios anteriores nunca se encerre. O quinto critério é a inclusão dos adultos, de tal modo que todos, ou a maioria, dos adultos residentes permanentes devem ter o pleno direito de cidadãos de participar.

A governança democrática também é sujeita a várias definições. Uma delas é proposta por Santos Júnior, Azevedo e Ribeiro (2004, p.19) que a consideram como “padrões de interação entre as instituições governamentais, agentes do mercado e atores sociais que realizam a coordenação e, simultaneamente promovam ações de inclusão social e assegurem

e ampliem a participação social em matéria de políticas públicas”. Tal participação pode envolver tanto cidadãos como indivíduos, como ongs, movimentos sociais, associações, conforme o caso. Um outro autor, Ron (2012), considera governança democrática como “tentativas de institucionalizar espaços para a expressão de voz das pessoas onde estas instituições da voz não possuem capacidade de garantir a implementação de suas decisões”. Esta ideia nos faz lembrar de Bobbio (1987), quando afirma que se alguém quer avaliar o desenvolvimento da democracia em um certo país deve-se perguntar “Onde se vota?” e não mais “Quem vota?”.

Na governança democrática o intuito é fortalecer o caráter democrático no relacionamento entre atores governamentais e atores da sociedade civil e do mercado em diversos espaços decisórios. Tal diversidade se relaciona com os diferentes setores de atuação de um governo e da administração pública ou seja, tais espaços (um conselho, fórum, comissão etc.) podem ocorrer na Saúde, na Educação, na Segurança etc., ou podem ocorrer em iniciativas mais específicas como em programas/projetos voltados para idosos, jovens, mães solteiras, por exemplo. Isso possui diferentes implicações interligadas, como o fortalecimento da legitimidade dos processos decisórios governamentais por meio da participação de representantes societais. O aprimoramento da atuação cidadã em espaços públicos pode tanto ser uma oportunidade para que o/a cidadão/ã possa não apenas se conscientizar de seus direitos, mas também melhorar sua capacidade de crítica e de proposição. A governança democrática pode ser um espaço de fortalecimento institucional da cidadania, onde diferentes organizações podem trocar experiências e/ou novas organizações podem ser formadas, enriquecendo a sociedade civil.

Em suma, a adoção de governança democrática na cidade pode ser uma oportunidade de ampliar a inserção de grupos, movimentos e associações na vida pública local por meio da interação com atores do governo. Tal processo pode também ter um papel pedagógico na medida em que tal envolvimento pode ampliar o conhecimento de tais atores sobre a própria cidade e sobre outros atores da cidade, relacionados ou não com as suas temáticas de atuação.

Os atores governamentais podem, por sua vez, ampliar sua base informacional sobre a cidade. Isso leva ao aprimoramento da capacidade de diagnóstico, além da identificação de possíveis atores com os quais alianças e/ou parcerias podem ser estabelecidas.

Os espaços criados por meio da governança podem servir para atores sociais fazerem valer suas demandas, que porventura não teriam sido antes consideradas, e inseri-las na agenda governamental e posteriormente nas políticas públicas. Há um potencial de atração de indivíduos, antes afastados da vida pública, para passarem a fazer parte de processos públicos e/ou de se arranjamem em associações ou grupos para atuarem nesses espaços e se fazerem ouvir e se possível influenciar o processo decisório. Porém, deve-se atentar para possíveis problemas no funcionamento de tais espaços. Dadas as diferenças de interesse, de recursos e de lugares que os atores ocupam na sociedade (burocrata público, líder de movimento social, cidadão atuando isoladamente, empresário, por exemplo), conforme os interesses que eles representam, as decisões podem ser desfavoráveis aos mais fragilizados.

Quando se tem representantes de setores da sociedade civil, uma dúvida que aparece é sobre a qualidade de tal representação no espaço de governança. Há a possibilidade de o

representante se distanciar dos representados ao longo do tempo, ou, de fato, desde o início, atuar diferentemente do que foi prometido ao seu grupo de apoio. De fato, o representante representa quem ele/a diz representar? Como ele/a foi selecionado/a? Até que ponto a atuação do/a representante destoa das demandas dos representados?

Outro questionamento é até que ponto o espaço deliberativo de fato possibilita a vocalização da sociedade e sua inserção no processo decisório, ou é apenas um jogo de cena, ou seja, tais espaços podem funcionar para legitimar decisões de interesse governamental em vez de dar a devida atenção e tratamento às demandas da sociedade. Este problema leva a considerar as condições, em termos de conhecimentos técnico e gerencial, nas quais os atores da sociedade civil entram no processo. A depender das diferenças entre eles e os representantes governamentais, eles podem ser levados a apoiar decisões que favoreçam o lado governamental. Este problema se relaciona com a questão do desenho institucional desses espaços, no sentido de como o processo decisório se dá e que destino as decisões tomadas têm junto ao governo.

Percebe-se então que a adoção da governança democrática pode afetar a cidade no que se refere ao modo pelo qual os cidadãos se relacionam com o poder estabelecido, ou seja, os atores da prefeitura local. Tal iniciativa é tanto um reconhecimento da necessidade de complementariedade de esforços entre os poderes institucionalizados e os cidadãos quanto um reconhecimento da necessidade dos cidadãos se organizarem para terem uma inserção na administração pública mais eficaz em termos democráticos ou em termos de políticas públicas. Como Alexis de Tocqueville, lembrado por Bobbio (1987) afirma:

Nas democracias, todos os cidadãos são independentes e ineficientes, quase nada podem sozinhos e nenhum dentre eles seria capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar sua cooperação. Se não aprendem a se ajudar livremente, caem todos na impotência (TOCQUEVILLE, apud BOBBIO, 1987; p.152)

A governança democrática pode ser uma oportunidade de fortalecer os laços entre os cidadãos para atuarem a favor dos seus direitos e de uma cidade que possa proporcionar condições para a realização de seus projetos de vida.

Referências

- BENTHAM J., Bentham (Textos cardinales); Ed. de J.M.Colomer, Barcelona, Península, 1991.
- BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade – Para um teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 89p.
- BRESSER- PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995. Revista do Serviço Público, v.50, n.4, 1999: 5-30.
- DAHL, R. A. Sobre a Democracia. Brasília: Ed. UnB, 2001.116p.

DINIZ, E. Governabilidade, governança e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma; Revista do Serviço Público, v.120, n.2, p.1996.

FAYOL, H. Administração Industrial e Geral. São Paulo: Atlas, 1984.

KLIJN, E.H. New Public Management and Governance: A Comparison; In: FAUR, D. L. The Oxford Handbook of Governance, Chapter 14. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PETERS, B. G. Governance as Political Theory; in: FAUR, D. L. The Oxford Handbook of Governance, Chapter 2. Oxford: Oxford University Press, 2012.

RON, A. Modes of Democratic Governance; in: FAUR, D. L. The Oxford Handbook of Governance, Chapter 33. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SANTOS JÚNIOR, O. A.; AZEVEDO S.; RIBEIRO, L. C. de Q. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil; In: Governança democrática e poder local. Rio de Janeiro: Revan, cap. 1, p. 11-56, 2004.

TOCQUEVILLE, A. De la démocratie en Amérique. Gosselin Paris – 1835-40 – tradução italiana in Scritti politici, II, Utet, Turim , 1973.

TOCQUEVILLE, A. De A Democracia na América; Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1977.

VALLÈS CASADEVALL, JM. Política: una reivindicació a contra corrent", Discurso de abertura do ano letivo de 2011-2012 na Universidade Autônoma de Barcelona, 2011.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia, GERTH, H. H., MILLS C. W. (Orgs). Rio de Janeiro, Zahar, 5 edição, 1982.

Capítulo IX

Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMDI) de Ponte Nova: reflexões sobre a sua atuação no Período de 2003 a 2014

Bruno de Jesus Lopes
Fernanda Bernardino Moreira
Simone Martins
Fernanda Cristina da Silva

Resumo

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponte Nova- Minas Gerais (CMDI), buscou-se compreender seu desempenho enquanto instância de discussão e proposição de políticas públicas, e como enfrenta alguns desafios desse processo. Para atingir este objetivo, foram analisadas 84 atas (excluídas aquelas que apenas informavam sobre a ausência de quórum e consequente cancelamento das reuniões) disponibilizadas manuscritas, in loco, pela então Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ponte-Nova. Após digitalizar todas as atas, estas foram tabuladas em planilha Excel. Os dados extraídos das atas foram: data, local, tipo de reunião (extraordinária ou ordinária), número de participantes, e conteúdos discutidos. Os temas das atas foram listados e depois agrupados em grandes temas, de forma a facilitar a interpretação. A análise dos dados se deu conforme a legislação vigente sobre a temática discutida, especialmente a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº10. 741). Concluiu-se então que o CMDI, apesar de ainda ser um órgão que precisa de fortalecimento (inclusive por meio de uma ampliação da participação popular e da qualidade dessa participação), tem cumprido o que prevê os principais instrumentos legais que regem a sua atuação.

Palavras-chave: Conselho; Participação; Envelhecimento; Controle.

1. Introdução

A existência de espaços participativos no Brasil não é algo recente¹, mas tem-se como marco o movimento constituinte e a Constituição Federal de 1988, devido às suas contribuições para impulsionar a criação de espaços democráticos e deliberativos para discussão sobre políticas públicas setoriais como os conselhos de Saúde e de Assistência Social. A Carta Magna estabeleceu novas diretrizes para controle social, que, desde então, vêm contribuindo para gerar melhores resultados nas políticas públicas brasileiras.

De forma geral, pode-se afirmar que os conselhos de políticas são inovações que ampliaram a democracia ao propiciar espaços de participação na política formal para atores tradicionalmente excluídos, onde o diálogo entre o poder público, na figura do governo, e as organizações civis pode ocorrer de forma mais regular (SILVA;RIBEIRO, 2016).

Com a experiência inicial nos setores citados e com um movimento voltado cada vez mais para arranjos de governança pública em rede² e *accountability*, os Conselhos de Políticas Públicas começaram a ser tornar órgãos fundamentais no processo de implementação das políticas, principalmente daquelas que envolvem repasses de recursos governamentais da União.

Outros conselhos são institucionalizados nos municípios brasileiros e não vinculados à obrigatoriedade de recebimento de recursos federais, como os Conselhos Municipais de Direitos do Idoso. Ainda assim, tais órgãos representam uma forma de garantir que a população idosa participe da criação e execução de políticas públicas a ela destinadas, cumprindo a Lei nº 8.842 de 1994, que deu moldes às políticas públicas para os idosos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que criou o Estatuto do Idoso, que apresentam como direito desta população a participação social.

Cabe destacar que, embora tenha uma estrutura organizacional pré-definida por lei e que deve ser regimentada pelos Conselhos, o funcionamento dessas instituições podem não se assemelhar, embora possuam o mesmo possuindo o mesmo desenho. As variações na efetividade dos Conselhos são principalmente associadas ao arcabouço institucional dos territórios, à cultura política e às tradições políticas de cada região ou cidade e às orientações políticas e ideológicas de dirigentes municipais e estaduais (CORTES, 2011). Essas variações acabam por refletir também nas barreiras para o funcionamento dos Conselhos, como apresentado por Teixeira (2000), ao traçar elementos deficitários em relação à paridade entre os conselheiros, que não deve ser unicamente numérica, mas também relativa às condições de acesso a informações, à capacitação técnico-política dos conselheiros e à disponibilidade de tempo e recursos físicos, humanos e tecnológicos.

Coelho (2004), estudando os Conselhos Municipais de Saúde, também apresenta elementos que impedem seu funcionamento adequado, como: a tradição autoritária do Estado brasileiro ligada à cultura política que não os reconhece como instituições participativas; a fragilidade da vida associativa, e a própria resistência dos atores sociais e estatais em aceitar participar desses espaços. Essas limitações acabam por gerar ineficiência na atuação dos Conselhos, tornando-o, por exemplo, apenas uma exigência burocrática

¹ Comissões de Saúde, por exemplo, nas quais a sociedade civil participava das decisões relacionadas às políticas públicas de saúde.

² Institui a cooperação entre atores governamentais e não governamentais para uma gestão integrada com o objetivo de obter melhores respostas para os problemas públicos.

formal para que o município receba recursos e, em consequência, que o controle social não seja alcançado.

Buscando compreender melhor como se dá a atuação dos Conselhos Municipais do Idoso, considerando sua importância e o que prevê a legislação, este capítulo analisa o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponte Nova-Minas Gerais. A expectativa é que esta análise permita revele como um Conselho Municipal do Idoso pode atuar enquanto instância de discussão e proposição de políticas públicas e como enfrenta desafios deste processo.

Este trabalho é parte do projeto de extensão intitulado “Interagir para fortalecer”, vinculado ao Programa “Ações para o Envelhecimento Ativo”, que foi realizado, em caráter piloto na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais, no período de 2016 a 2017, por uma equipe de professores e alunos³, de diversos cursos, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e outras instituições colaboradoras.

2. Conselhos de Políticas Públicas e Controle Social

De acordo com Avritzer (2010), o Brasil, até a década de 1980, podia ser considerado um país com uma baixa propensão à participação popular devido às características culturais e administrativas brasileiras, fortemente ligadas à verticalização das decisões e ao clientelismo. No entanto, esse cenário passou por mudanças com a inserção dos conselhos de políticas públicas no processo democrático, na Constituição Federal de 1988, quando foram criados os espaços deliberativos em setores como o da saúde e da assistência social (SHIER, 2012). A maior expansão no número de conselhos no país começou em 1996, quando a legislação indicou que, para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios deveriam criar Conselhos respectivos aos fundos (GOHN, 2006).

Seguindo a perspectiva de Governança Democrática, uma das orientações dos conselhos de políticas públicas consiste em atuar como órgãos de fiscalização das ações do poder Executivo (Gohn, 2006). Nesse sentido, os conselhos podem ser considerados espaços legitimados para a participação cidadã em conjunto com o Estado, para discussão, fiscalização e controle de programas governamentais. Além disso, como apresentado por Kleba et al. (2015), esses espaços participativos e deliberativos possibilitam o aprendizado democrático devido à convivência, interação e discussão entre os atores da sociedade civil e do Estado, e neles se encontram a possibilidade do efetivo exercício do controle social.

De forma geral, o controle social, como indicado por Ricci (2009), compreende a participação da sociedade civil na elaboração, no acompanhamento e no monitoramento das ações públicas. Na prática, significa definir diretrizes, realizar diagnósticos, indicar prioridades, definir programas e ações, avaliar os objetivos, processos e resultados obtidos. Corroborando com essa conceituação, Correia (2005) afirma que o controle social é concebido como a participação direta da sociedade nos processos de gestão dos recursos públicos, refletindo a apropriação, pelos sujeitos, dos meios e instrumentos de planejamento, fiscalização e análise das ações e serviços dos quais eles próprios são usuários.

³ Agradecimento especial aos alunos Evilázio Viana dos Santos, Juliana Aparecida Pereira e Danilo do Carmo Sales, por todos os esforços na sistematização dos dados que serviram de base para a realização deste estudo.

Nesse sentido, a participação dos conselhos nas políticas públicas dependerá do seu desenho institucional: quando possuem um desenho deliberativo, dentre outras competências, como apresentado na seção anterior, tomarão decisões sobre os encaminhamentos das políticas e de recursos; quando consultivos, debaterão sem ter o poder de decisão; e quando operacionais, terão como competência fiscalizar os recursos, controlar o programa e definir estratégias para o controle social. Desse modo, o controle social pressupõe, de um lado, um Estado decidido a assegurar aos cidadãos o exercício desse poder em espaços destinados para tal, e, de outro, uma sociedade civil composta por cidadãos conscientes do seu papel e dispostos a exercer cidadania ativa no Estado a partir da participação.

Aspectos como falta de estrutura para atuação do Conselho, capacitação fragilizada dos membros, formação organizacional deste espaço, cultura participativa e política local, assimetria de informação, dentre outros elementos, podem prejudicar a atuação de um Conselho e, conseqüentemente, o controle social. Ainda assim, Avritzer (2009) considera os conselhos de políticas públicas, juntamente com o orçamento participativo, como as únicas formas de instituição participativa que realmente têm potencial para exercer influência sobre o sistema político e administrativo no Brasil.

3. Conselho Municipal do Idoso

Apesar de o funcionamento dos conselhos de políticas públicas, assim como seu papel e a participação da sociedade, ser muito explorado cientificamente no Brasil, estudos relacionados aos Conselhos de Direitos dos Idosos não são, em grande parte, foco de estudo, o que pode ser confirmado ao pesquisar sobre o tema nas plataformas de divulgação científica do país, como na base de dados Scielo. São poucos os trabalhos que apresentam informações empíricas sobre o funcionamento desta arena democrática, o que fortalece a justificativa deste trabalho.

De modo geral, a Lei nº 8.842 de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, criou condições para que o idoso tenha garantidas a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, na construção e no controle da política voltada para a pessoa idosa, criou o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos e, em consequência, fundamentou o Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos. Segundo o Art. 6º dessa lei, o Conselho Nacional, os Estaduais, o do Distrito Federal e os Municipais do Idoso são considerados órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes de órgãos, entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

Como apresentado por Debert e Oliveira (2016), ao contrário dos conselhos utilizados para recebimento de recursos federais, os conselhos do idoso foram criados para dinamizar as reivindicações da pessoa idosa. Como nos demais conselhos, os do idoso também são formados por um colegiado de representantes do poder público e da sociedade civil. Segundo os autores:

Essa nova institucionalidade é fruto do pressuposto de que a universalidade dos direitos só pode ser conquistada se a luta pela democratização a sociedade contemplar a particularidade das formas de opressão que caracterizam as experiências de cada um

dos diferentes grupos desprivilegiados. Trata-se de um espaço criado especialmente para deliberar e definir diretrizes de políticas sociais voltadas para o segmento idoso da população; fiscalizar serviços e atendimentos de entidades públicas e privadas; e articular projetos e atividades que possam contribuir para a solução de problemas que afetam essa parcela da população (DEBERT; OLIVEIRA, 2016, p. 520).

Torres e Sá (2008) afirmam que o papel do Conselho Municipal do Idoso é implementar, garantir, fiscalizar as ações decorrentes da política desenvolvida nas esferas federal, estadual e municipal, além de tornar visíveis as necessidades dos idosos, o lugar social por eles ocupado, entre outras coisas. Nesse sentido, observa-se que o Conselho do Idoso se configura como uma importante instituição para a proteção e efetivação dos direitos dos idosos.

4. A atuação do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de Ponte Nova-MG

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) de Ponte Nova foi legalizado em 1992, por meio da Lei nº 1.784/1992, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento e Direito dos Idosos. Analisando as atas do Conselho, observa-se que, em abril de 2003, foi feita uma reunião extraordinária com o objetivo de eleger seus membros, tendo por base a Lei nº 1.784 de 1992. Nessa reunião, que contou com onze participantes, foram discutidas a importância da participação da sociedade nesse Conselho e a necessidade de adequação da Lei que o criou à Política Nacional do Idoso e ao Estatuto do Idoso. Assim, foi formada uma comissão executiva para a elaboração de uma nova lei. Depois de duas reuniões do Conselho, decidiu-se pelo envio de uma proposta de lei para a Assessoria Jurídica da Prefeitura e depois ao Executivo.

Nesse contexto, em agosto de 2003, logo após as primeiras discussões no âmbito do Conselho, ou pelo menos dos interessados na sua formação legal, foi criada a Lei nº 2.675, que revogou os dispositivos contrários na Lei 1.784, dispondo novamente sobre a Política Municipal do Idoso e a criação do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMDI). Assim, tal como identificado em consulta na Câmara Municipal de Ponte Nova, o CMDI atualmente é regido pela Lei nº 2.675.

Como pode ser observado no capítulo V da Lei nº 2.675, especificamente no Art. 10, com a criação do CMDI, o Executivo Municipal deveria criar uma Comissão, nomeada pelo Executivo Municipal, para, em 120 dias, desde a criação da Lei nº 2.675, elaborar o regimento deste Conselho, tendo como referenciais o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso (PONTE NOVA, 2003).

Conforme a mesma Lei, em seu capítulo III, Art. 5º, o CMDI deve participar da coordenação geral da Política Municipal do Idoso, que fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Seguindo a determinação da Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 1994 (BRASIL, 1994), a Lei Municipal nº. 2.675, em seu Art. 6º, determina que as ações do CMDI como se segue:

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por igual número de

representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será composto por 06 (seis) membros do Poder Público e 06 (seis) membros das organizações civis organizadas.

I – Do Poder Público:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

d) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda

II – Das Organizações não governamentais:

a) 06 (seis) representante de Entidades, legalmente constituídas (PONTE NOVA, 2003).

Embora na análise das atas não tenha sido possível identificar quais representações participam efetivamente das reuniões, constatou-se que o CMDI tem seguido o que determina a Lei Municipal nº 2.675, pelo menos no que tange ao seu formato legal. Desde o início de sua atuação, que se deu em 10 de abril de 2003, até o fim do período analisado, 09 de maio de 2014, foram realizadas 84 reuniões pelo CMDI, sendo quatro em 2003, seis em 2004, sete em 2005, nove em 2006, seis em 2007, oito em 2008, seis em 2009, nove em 2010, seis em 2011, oito em 2012, seis em 2013 e nove em 2014. As reuniões ocorreram mensalmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (que, em alguns momentos, estava vinculada à área de Habitação). Dessas, treze foram reuniões extraordinárias. A média de participantes foi de aproximadamente oito pessoas; e a maior participação foi de dezesseis pessoas e a menor de quatro.

Entendido o processo de constituição e funcionamento do CMDI, apresentam-se os principais temas discutidos no âmbito do CMDI no período analisado.

Como pode ser observado na Tabela 9.1, nove grandes temas foram mais discutidos. São eles: Asilo Municipal; Eventos; Dinâmica do Conselho; Denúncias de Desrespeito aos Idosos; Demandas dos Grupos da Terceira Idade; Garantia de Direitos; Centro de Convivência; Orientação e Assistência aos Idosos; e Legislação sobre o Idoso.

Tabela 9.1.: Síntese das reuniões do CMDI (2003-2014)

Temas	Descrição	Nº de reuniões
Asilo	Questões diversas relacionadas à gestão e atuação do Asilo e sua relação com o governo, com as famílias e com os próprios asilados.	52
Eventos	Participação dos membros dos conselhos e de grupos da Terceira Idade em eventos locais e regionais como a própria organização e/ou apoio de eventos voltados para os idosos, como a Semana do Idoso e Conferências.	39
Dinâmica do Conselho	Assuntos relacionados à criação, à estrutura, à composição, a atribuições e ao funcionamento do Conselho.	33
Denúncias de Desrespeito aos Idosos	Denúncias diversas, como de abandono, de maus tratos, de agressão verbal, de abuso financeiro, dentre outros, praticados tanto por familiares como pela sociedade.	28
Demandas dos Grupos da Terceira Idade	Demandas de apoio do Conselho a projetos e ações realizadas pelos grupos, bem como a regularização desses.	22
Garantia de Direitos	Discussão sobre a garantia dos direitos dos idosos, como acesso preferencial e gratuidade de transportes urbanos e interestaduais.	23
Centro de Convivência	Uso do espaço e de seus recursos.	17
Orientação e assistência	Orientação e assistência aos idosos para a garantia dos seus direitos	14
Legislação sobre o Idoso	Discussão sobre a Política Municipal do Idoso e outras leis e projetos de lei que tratam ou afetam a pessoa idosa, bem como sobre o que prevê o Estatuto do Idoso.	15
Uso da cidade	Discussão sobre condições de acesso a espaços públicos.	4
Dados sobre a população idosa	Demandas internas e externas de levantamentos de dados sobre a situação dos idosos	4
Controle Social de Recursos Públicos	Controle da utilização/aplicação de recursos públicos	3
Educação dos idosos	Alfabetização dos idosos	1

Fonte: Elaboração dos autores.

Questões relacionadas ao Asilo Municipal, instituição vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), foram as mais discutidas no Conselho, sendo que estiveram presentes em 52 reuniões das 84 analisadas, em muitas como pauta principal. Especificamente, discutiu-se e deliberou-se sobre funcionamento; gestão; relação com o governo local; uso do espaço; aplicação de recursos; situação de alguns idosos; resolução de conflitos internos e externos (principalmente com familiares dos asilados). É importante observar que, durante várias reuniões, se discutiu sobre a participação dos idosos abrigados no custeio do Asilo, cumprindo o que prevê o Estatuto do Idoso, em seu Art. 35, § 2º, que determina que:

O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no §1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso (BRASIL, 2003, s/p).

De forma geral, percebeu-se que várias decisões importantes do Asilo foram compartilhadas e discutidas no âmbito do Conselho, demonstrando sua contribuição efetiva como órgão consultivo e deliberativo para a prestação de assistência pública aos idosos. Algumas vezes, parecia uma extensão do Asilo.

O segundo tema bastante discutido foi **Eventos**, presente em 39 reuniões. Discutiu-se, principalmente, sobre: organização e realização de eventos locais direcionados à população idosa e a profissionais que atuam junto a essa população, com destaque para a Semana do Idoso (realizada anualmente); prestação de contas e balanço das atividades pós-eventos; e participação dos membros do Conselho ou de grupos da Terceira Idade em eventos locais e/ou regionais. Especificamente com relação à participação nestes eventos, havia diversos convites e relatos dos membros que participaram.

A **Dinâmica do Conselho** também foi um tema recorrente nas reuniões, discutida em 33 delas. Ressalta-se que, no início da atuação do Conselho, os aspectos discutidos estavam relacionados à sua constituição e composição e às regras de funcionamento (com a elaboração de um regimento interno), conforme a Lei nº 2.675. Uma vez constituído o Conselho, os aspectos mais discutidos foram à recomposição do conselho em períodos de eleição ou em substituição a algum membro, e questões relacionadas às suas atribuições à divulgação de suas ações, e à necessidade de maior participação popular para o seu fortalecimento.

Denúncias de Desrespeito aos Idosos, de diversas naturezas, foi outro tema bastante presente nas atas analisadas, especificamente em 28. De forma geral, tais denúncias foram apresentadas pelos membros do Conselho, ou por membros da sociedade ou pelos próprios idosos afetados. As principais denúncias foram: de abandono; de maus tratos; de agressão verbal; e de abuso financeiro. Como relatado nas atas, os atos de desrespeito que motivaram tais denúncias foram praticados tanto por familiares como pela sociedade.

Destaca-se que, conforme o Art. 19 do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, casos de violência, ainda que sob suspeita, devem ser comunicados ao Conselho Municipal do Idoso

ou outros órgãos (autoridade policial, Ministério Público, Conselho Estadual do Idoso e Conselho Nacional do Idoso) (BRASIL, 2003). Logo, percebe-se que o Conselho, de acordo com o previsto no Estatuto, configura-se como um espaço de vigilância e proteção aos idosos, na medida em que, uma vez notificado de algum desrespeito a este público, realiza sindicâncias e encaminha os casos para os órgãos competentes, na maioria das vezes acompanhando seus desfechos.

As diversas **Demandas dos Grupos da Terceira Idade** da cidade também foram discutidas de forma significativa no âmbito do Conselho no período analisado, sendo um tema pautado em 22 reuniões. De forma geral, tais demandas são: de apoio do Conselho a diversas atividades desenvolvidas pelos grupos, incluindo projetos, passeios e viagens; e a regularização desses eventos, para que possam receber recursos públicos (por meio de subvenções). A participação de Grupos da Terceira Idade e de outras entidades de assistência ao idoso é prevista no Estatuto do Idoso, tendo em vista que ele determina que estas entidades devam inscrever seus programas no Conselho e outros órgãos competentes. O Conselho, por sua vez, deve fiscalizar o atendimento ao idoso por meio dessas entidades (BRASIL, 2003). Percebe-se que o CMDI também tem atuado em conformidade com o que prevê o Estatuto do Idoso no que se refere à sua relação com as entidades locais que prestam assistência ao idoso.

Outro tema que ganhou destaque é a **Garantia de Direitos**, discutido em 23 reuniões. Especificamente, os direitos mais discutidos foram: acesso e atendimento preferencial; e gratuidade de transportes urbanos e interestaduais. Além dessa discussão, também foram frequentes encaminhamentos do CMDI aos órgãos envolvidos para que estes pudessem prestar esclarecimentos. Ao buscar garantir os direitos dos idosos, o CMDI está novamente cumprindo o que prevê o Estatuto do Idoso ao determinar que os conselhos do idoso, em todas as suas instâncias, devem zelar para que os direitos dessa parcela da população sejam cumpridos. De acordo com o Art. 2º da referida Lei:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1994, s/p).

Merece destaque ainda, questões relacionadas ao **Centro de Convivência**, especificamente com relação ao uso (ou falta de) de suas instalações e dos recursos destinados a ele (inclusive por meio de doações). Esse tema entrou em pauta em 17 reuniões. De forma geral, percebeu-se que este Centro (que fica anexo ao Asilo) representou uma conquista para os grupos da Terceira Idade, que poderiam utilizá-lo para a realização de suas atividades, porém, parece que isso não se efetivou e o espaço permaneceu sendo pouco utilizado.

Orientação e Assistência aos Idosos foi assunto de 14 reuniões no período analisado. De forma geral, constatou-se que vários idosos procuraram o Conselho no intuito de obter

informações e auxílio para o requerimento de alguns dos seus direitos (por exemplo, trâmites para a aposentadoria ou o recebimento de algum benefício do Governo), o que justifica as discussões que são realizadas neste âmbito. Além disso, houve casos em que o Conselho foi procurado para assistir a alguns idosos em situações de vulnerabilidade. Para ambos os casos, o Conselho atuou mais com encaminhamentos a instituições competentes e como vigilante (cobrando) do atendimento das demandas.

A **Legislação sobre o Idoso** (de natureza municipal e federal) também entrou na pauta de várias reuniões do CMDI 15 vezes. É importante notar que a revisão da Política Municipal do Idoso de Ponte Nova, anterior à vigente, foi fruto de discussões iniciadas no próprio Conselho. Analisando as atas, observou-se que toda lei municipal, estadual e federal que versa sobre a questão do idoso foi discutida no âmbito do Conselho, seja como meio de divulgação ou para consultar ou legitimar e guiar suas ações, como destaque para a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Ademais, ao pautar suas ações nestes importantes instrumentos legais, o CMDI está auxiliando na coordenação da Política Nacional do Idoso, de forma que ela seja cumprida em âmbito local, cumprindo o que prevê esta própria Política em seu Art. 7º, ou seja, que os conselhos são responsáveis pela “formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político administrativas” (BRASIL, 1994, s/p).

Os demais assuntos discutidos no período analisado, embora não menos importantes, foram mais pontuais, não permanecendo na agenda do Conselho nem tendo demandas encaminhadas: **Uso da Cidade** (presente em quatro reuniões); especificamente quanto às condições de acesso a algumas regiões; apoio no levantamento de **Dados sobre a População Idosa** (presente em três reuniões), para atender alguma demanda de diagnóstico e levantamento de informações sobre a população idosa, com o objetivo de subsidiar alguma ação pública; **Controle Social de Recursos Públicos** (presente em três reuniões), que correspondeu à explanação ao Conselho sobre recursos repassados à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Asilo; e a **Educação dos Idosos**, que foi uma demanda trazido por um Conselheiro, considerando o elevado índice de analfabetismo da população idosa.

5. Conclusões

A partir da análise apresentada, conclui-se que o CMDI, apesar de ainda ser um órgão que precisa ser fortalecido (inclusive por meio de uma ampliação da participação popular, bem como da qualidade dessa participação), tem cumprido o que prevê os principais instrumentos legais que regem a sua atuação.

Salienta-se que esse cumprimento vai desde o formato legal até a forma como vem atuando, tendo em vista que a análise das atas das reuniões demonstrou que os conteúdos discutidos e deliberados estão em conformidade com o que se espera de um Conselho do Idoso na legislação vigente. Analisando o conteúdo das reuniões, pode-se dizer que hoje o CMDI é um órgão consultivo e deliberativo em questões de natureza pública que envolvem idosos e também se configura como um espaço de vigilância, proteção e garantia de direitos a essa parcela da população.

Acredita-se que alguns temas dominaram mais a agenda do Conselho e outros igualmente importantes foram deixados de lado. Por exemplo, em grande parte das

reuniões, questões relacionadas à gestão do Asilo Municipal ganharam maior notoriedade, dada a complexidade dos serviços que esta instituição presta e as diversas demandas que são trazidas para discussão. Isso fez com que o Conselho parecesse uma “extensão do Asilo”, muitas vezes sobrecarregando-o.

Percebeu-se uma fragilidade na atuação do Conselho quanto ao Controle Social das ações públicas e enquanto órgão propositor de políticas que garantam não só o bem-estar da população idosa atual, como também dos idosos do futuro. Discutir especialmente sobre estas políticas no âmbito do Conselho é importante porque diversas pesquisas têm apontado para o aumento no número de idosos ao longo dos últimos anos - realidade mundial, do Brasil e de Ponte Nova, e para os grandes desafios que esse aumento trará para a gestão pública. Porém, para que estas políticas sejam efetivas, considera-se fundamental que os atores envolvidos (sobretudo os idosos) sejam ouvidos e participe da sua construção, o que poderá ser realizado por meio de instâncias participativas como o Conselho, que promove o diálogo entre a sociedade e o Governo.

6. Referências

AVRITZER, L.M.; SILVA, E.M. da. Introdução. In: AVRITZER, L. (Org). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, p.7-12, 2009.

AVRITZER, L. Introdução. In: AVRITZER, L. (Org). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

COELHO, V. S. Conselhos de Saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando? In: COELHO, V.S., NOBRE, M. *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

CORTES, S. V. Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. In: PIRES, R. R. C. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

CORREIA, M.V.C. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KLEBA, M. E.; CARMELLATO, D.; FROZZA, K.M. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 49, n.4. p.1059-1079, 2015.

Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do idoso. Brasília, 2003.

Lei nº 1.784, de 14 de setembro de 1992. Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento e Direito dos Idosos e dá outras providências. Câmara Legislativa de Ponte Nova. Recuperado em 13 de maio de 2017. http://www.camarapontenova.com.br/ler_legislacao.asp?id=1487.

Lei nº 2.675, de 13 de agosto de 2003. Dispõe sobre a política municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências. Câmara Legislativa de Ponte Nova. Recuperado em 13 de maio de 2017. http://www.camarapontenova.com.br/ler_legislacao.asp?id=172.

RICCI, R. Controle social: Um conceito e muitas confusões. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 98, 2009.

SHIER, H.; MÉNDEZ, M. H. How Children and Young People Influence Policy-Makers: Lessons from Nicaragua. *Children and Society*, v.28, n.1, p. 1-14, 2014.

SILVA, E. M.; RIBEIRO, A. A. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. *Opin. Publica* [online], vol.22, n.1, p.167-194, 2016.

TEIXEIRA, E.C. Conselhos de Políticas Públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In.: CARVALHO, M.A. A.; TEIXEIRA, A.C.C. *Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Polis, p.99-119, 2000b.

TORRES, M.M. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. *Revista Ciências Humanas*, Unitau, Brasil, vol. 1, n. 2, 2008.

Capítulo X

Diagnóstico Participativo no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - Ponte Nova - MG

Evilázio Viana dos Santos
Simone Martins
Carmen Pineda Nebot
Fernanda Bernardino Moreira

Resumo

Este estudo teve como principal objetivo compreender como a participação social se configura no arranjo de governança instituído no município de Ponte Nova - MG e quais os seus efeitos no processo de gestão e políticos. Para obter informações e proporcionar uma avaliação da atuação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponte Nova - MG, foi realizado um diagnóstico participativo e, então, foi elaborado um plano de ação. O estudo se pautou em seis eixos principais (funcionamento, participantes, efeitos educativos, normativos, deliberativos e políticos). Assim, foi possível identificar desafios a serem superados pelo conselho, para tornar-se espaço efetivo de diálogo, inserido no processo democrático.

Palavras-chave: Governança, Participação Social, Conselho de Direitos do Idoso.

1. Apresentação

Este estudo teve como principal objetivo compreender como a participação social se configura no arranjo de governança instituído no município de Ponte Nova – MG e quais os seus efeitos no processo de gestão e político. A participação social tem sido uma temática muito discutida nos últimos anos, de maneira que diversos pesquisadores têm buscado conhecer as suas múltiplas manifestações e os distintos arranjos que seus organismos podem assumir.

O surgimento desse mecanismo, que permitiu que as representações sociais tivessem acesso ao governo, deu-se com o processo de redemocratização e posteriormente com as propostas de reforma do Estado brasileiro, que se baseavam em uma visão de democracia que não era restrita apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral, mas que buscava uma profunda mudança na estrutura de estado que era não democrático excludente e autoritário.

O processo citado tornou possível o estabelecimento do Brasil como um produtor de iniciativas e ideias voltadas para a promover maior participação da população no processo de tomada de decisão acerca das políticas públicas. Nesse sentido, o cidadão brasileiro, além do voto, alcançou uma gama de instâncias e mecanismos capazes de realizar o alargamento da esfera pública, normatizados e inseridos dentro da burocracia estatal. Dentro do cenário apresentado, as instituições participativas (IP) têm como principal intuito recuperar a vitalidade democrática no país e tornar mais eficiente e eficaz o funcionamento da administração pública. Esses novos arranjos seguem a tendência da governança democrática, que visa gerar durante as discussões e no processo de tomada de decisão acerca das políticas públicas maior participação dos cidadãos. Com a participação social na administração pública, espera-se melhoria da gestão, melhor atendimento das demandas sociais, garantia de direitos e o controle das ações públicas.

O que se tem notado, nos últimos 20 anos, é um aumento constante no número de espaços formais voltados para promover maior participação na esfera pública. Quando se analisa, por exemplo, o desenvolvimento de conferências nacionais apenas no período de 2003 a 2010, nota-se que ocorreram cerca de 74 conferências que trataram de mais de 40 temáticas diferentes, e 70% dos eventos foram realizados pela primeira vez. Com estes dados, foi possível estimar que cerca de cinco milhões de pessoas devem ter tido acesso às etapas municipais, regionais, estaduais e nacionais (SOUZA, 2011). Outro ponto que pode ser analisado é a criação e o desenvolvimento de conselhos nacionais, que teve um aumento considerável desde a década de 1990. Segundo dados do IBGE, entre 1930 e 1989, foram criados apenas cinco conselhos nacionais; já entre 1990 e 2009, surgiram mais de 26 conselhos.

O cenário apresentado permitiu observar aumento no número de cidadãos que tiveram a oportunidade de participar do processo de construção de políticas públicas por meio desses espaços. Esse crescimento gerou a necessidade de mudanças na maneira como o estado gera suas políticas públicas, e de novos estudos, capazes de buscar conhecimento sobre quem participa e de como se dá o funcionamento desses espaços.

Apesar da grande importância que é atribuída à participação social na gestão pública para o desenvolvimento de um “bom governo”, ainda se nota, tanto no Brasil quanto em

países da América Latina, uma grande dificuldade em compreender como esse conceito se insere no processo político de maneira prática. O que se tem observado no Brasil é que apesar de as novas diretrizes para gestão pública prezarem a busca de maior equilíbrio entre a eficiência econômica e a participação popular (MACHADO, 2008), ainda existe dentro dessas instituições inúmeros percalços ao longo de seu funcionamento e uma pequena contribuição no que se refere à incorporação de novos atores da sociedade civil nos processos políticos (AVRITZER, 2000).

Tomando como base o importante papel a ser desempenhado pelas Instituições Participativas de inserir a população nos espaços de discussão e desenvolvimento de políticas públicas, principalmente em um município que se dispõe a trabalhar políticas de Envelhecimento Ativo de maneira transversal, num arranjo de governança participativo, com este estudo buscou-se compreender como a participação social se configura no arranjo de governança instituído no município de Ponte Nova – MG e quais os seus efeitos no processo de gestão e políticos.

Acredita-se que a relevância desta pesquisa consiste no seu potencial de permitir elucidar as possibilidades e os desafios da aproximação entre o governo e os demais atores da sociedade. Cabe destacar que novos estudos sobre esses espaços, são capazes de fornecer subsídios de apoio nas mudanças que podem ser implementadas pelo estado no desenvolvimento de suas políticas públicas.

2. Participação Social e Conselhos de Políticas Públicas

O conceito de participação pressupõe aspirações de controle, de divisões de poder, de tomar parte das decisões e ter parte nos resultados, motivo pelo qual a maioria das pessoas prefere a democracia, que, segundo Bordenave (1983), é um estado de participação.

A participação social é um elemento central nas formas de governos democráticos por também contemplar a opinião pública e a inserção de grupos minoritários nos processos de tomada de decisões sobre políticas públicas (MILANI, 2008).

Em um primeiro momento, foi atribuída à participação social o papel de dar sustentabilidade aos projetos governamentais, uma vez que envolvia os “beneficiários” de suas ações no seu planejamento. Nessa perspectiva, a participação era entendida enquanto meio para se alcançar um objetivo e não como um novo modelo de gestão e compartilhamento de decisões entre todos aqueles envolvidos no projeto de desenvolvimento (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2016). Na perspectiva de projeto, a participação foi incentivada fora da esfera pública (GAVENTA; VALDERRAMA, 1999). Posteriormente, a participação deixou de ser atrelada à estratégia de gestão de projetos para assumir um foco mais amplo e fundamental de governança. Nesta mudança, muitas questões emergiram sobre o significado e a eficiência da participação enquanto parte de um sistema mais amplo de governança pública¹.

Tratando-se de governança pública, a participação é buscada como um processo ativo e de envolvimento direto das pessoas com as estruturas políticas e de tomada de

¹ Governança pública, de acordo com o Decreto n. 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, pode ser entendida como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

decisão (BOWYER, 2003, p.89). Nessa perspectiva, torna-se “interativa” na medida em que as pessoas participam do desenvolvimento e da implementação de planos, programas e projetos públicos para contribuir para soluções de seus problemas e atendimento de suas demandas e necessidades.

O envolvimento significativo das pessoas requer várias condições: primeiro, que as pessoas entendam a participação como viável e realista; segundo, que se atente para os limites de autoridade das pessoas na tomada de decisão; e, terceiro que a participação seja realizada dentro de um clima aberto e de confiança mútua entre os envolvidos. Segundo Milani (2008), a participação deriva de uma concepção de cidadania ativa.

Dessa forma, a participação não é apenas um instrumento, mas um sistema complexo de estrutura e processos que constroem e suportam o compartilhamento de autoridade legítima sobre os participantes e que permeia a maneira como uma organização passa a se relacionar com os seus membros (BOUWEN ;TAILLIEU, 2004).

Participar dos assuntos inerentes às políticas públicas, segundo Milani (2008, p.555), “[...] configura em formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições com o Estado”. Desse modo, a participação se instaura como forma de exercer o direito cidadão, o que pode resultar em aumento da transparência das instituições na construção do interesse coletivo.

A participação nos assuntos inerentes às políticas públicas, de acordo com a Constituição Federal brasileira, pode se dar de forma direta ou indireta, individual e/ou coletiva. No que se refere a formas coletivas e institucionalizadas, estão nos orçamentos participativos e conselhos de políticas públicas, as maiores promessas de democratização da gestão pública, intitulados por Avritzer (2009) como Instituições Participativas.

As instituições participativas, segundo Avritzer (apud AVRITZER, 2008, p.45), podem ser definidas como “formas diferenciadas de incorporação dos cidadãos e associações da sociedade na deliberação sobre políticas”, ou seja, consistem em uma possibilidade de participação da população para além do momento eleitoral e a inclusão de demandas da sociedade nas decisões públicas (PIRES, 2010).

Avritzer (2008) diferencia três formas pelas quais essa incorporação dos cidadãos e associações pode se dar: “desenho participativo de baixo pra cima”, apresentando como exemplo os orçamentos participativos; “processo de partilha de poder”, por meio da criação de um espaço onde atores estatais e da sociedade civil tem uma participação simultânea, como os conselhos de políticas públicas; e “processo de ratificação pública”, quando os atores da sociedade civil, apesar de não participarem do processo decisório, são chamados para referendá-lo de forma pública, como na aprovação dos planos diretores municipais (AVRITZER, 2009).

Especialmente no que se refere aos conselhos de políticas públicas, de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), de forma obrigatória ou não, se organizam em torno de diversas temáticas. Tatagiba (2005, p.209) os considera uma “novidade histórica” por “apostar na intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade – em canais públicos e plurais – como condição para uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos”.

Destaca-se que a participação popular (ou social, como adotado neste projeto) “compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar o processo de formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (...)” (VALLA, 1998, p.9). Quanto aos conselhos municipais (foco deste projeto), Pires (2010) afirma que, após a Constituição Federal de 1988, estes se tornaram inevitáveis e fundamentais no processo político (nas fases de concepção, execução e controle das políticas).

Conforme Pires (2010), o número de conselhos municipais é bastante expressivo, principalmente na área de saúde e assistência social, que lidam com a fiscalização de repasses governamentais, cuja obrigatoriedade é imposta por leis federais, mas conselhos relacionados a outras temáticas (como meio ambiente, cultura, habitação e outros), que não lidam com repasses financeiros, também vêm se proliferando.

Nessa mesma perspectiva, Gohn (2002) destaca a existência de conselhos relacionados às ações e aos serviços públicos (como de saúde e educação), a interesses gerais da comunidade (como de meio ambiente e de patrimônio histórico-cultural) e, ainda, os conselhos relacionados a interesses de grupos e camadas sociais (como do idoso e da criança e adolescente). Apesar de os conselhos serem considerados uma inovação na gestão pública e apresentarem expressivo potencial de contribuição para a sua democratização, muitos estudos ainda apontam algumas lacunas/desafios que precisam ser superadas para que tenham resultados mais efetivos.

Nesse sentido, Gohn (2006, p. 09-10) apresenta alguns pontos que ainda precisam ser equacionados no âmbito dos Conselhos: falta uma definição mais precisa das competências e atribuições dos conselhos gestores e a sua relação com o Poder Legislativo; a necessidade de cuidar da elaboração de instrumentos jurídicos de apoio às suas deliberações; de ter uma definição mais precisa do que seja participação; a participação, para ser efetiva, precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto (...). Verifica-se a necessidade de promover cursos de capacitação levando em conta duas questões: primeira – os sujeitos da ação, dos cursos, devem ser oriundos da sociedade civil, bem como do aparelho estatal (...); segunda – um curso não pode nunca ser visto como uma mera capacitação técnica.

Para além dos desafios que requerem estratégias para fortalecer a cidadania e ocupar os espaços ditos democráticos, é latente a expectativa de que, por meio dos conselhos, é possível inovar e democratizar a gestão pública, desde que sejam efetivos em suas funções.

Assim, para compreender o papel desempenhado no conselho, também intitulado de espaço deliberativo e a sua real contribuição para a democracia, Martins, Ckagnazaroff e Brugué (2015) desenvolveram uma proposta de instrumento analítico tendo por base diferentes perspectivas teóricas sobre a “democracia deliberativa” e, ainda, estudos empíricos que demonstram as condições dos espaços deliberativos, suas expectativas de resultados e seus limites.

Este modelo analítico, por mostrar-se adequado para cumprir parte dos objetivos do projeto aqui proposto, especialmente no que se refere ao conhecimento sobre o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Ponte Nova, foi escolhido para proporcionar aos seus membros uma autorreflexão sobre seu papel enquanto instância de discussão e proposição de políticas.

Como demonstrado na tabela 10.1, esse modelo analítico é composto por três dimensões e subdimensões correspondentes: a) espaço deliberativo – análise do funcionamento dos espaços deliberativos; b) participantes – caracterização dos participantes; e c) efeitos da atuação do conselho: educativos, normativos, políticos e deliberativos.

Tabela 10.1. Expectativas de resultado em termos formais e comportamentais para Espaços Deliberativos.

Dimensões e subdimensões de análise	Categorias de análise		
1. Espaço deliberativo	Funcionamento e autonomia		
2. Participantes	Pessoas interessadas na temáticas e com virtudes cívicas		
3. Efeitos esperados	Sociedade	Conselho municipal	Governo
3.1. Efeitos educativos	Fomentar a consciência cidadã	Fomentar a capacidade deliberativa	Formação de um governo reflexivo
3.2. Efeitos normativos	Garantir a inserção social	Fomentar processos deliberativos dinâmicos	Garantir a <i>Accountability</i>
3.3. Efeitos políticos	Fomentar o ativismo social	Promover a economia moral de desacordo	Contribuir para a inovação na gestão pública
3.4. Efeitos deliberativos	Incorporar a sociedade nas decisões coletivas	Qualificar os processos deliberativos	Contribuir para que se tenham decisões coletivas mínimas

Fonte: Martins, Ckagnazaroff e Brugué (2015, s/p).

Sobre essa base teórica, a democracia deliberativa considera que a melhor maneira de elaborar um projeto coletivo é envolvendo os cidadãos no processo de identificação e proposição de soluções para os seus problemas (FUNG, 2004; GUTMANN; THOMPSON, 2004; HABERMAS, 2012). Considerando os conselhos de políticas públicas como um importante espaço democrático, esta proposta de análise foi priorizada para proporcionar reflexões sobre a instituição participativa em estudo.

Após essa breve explanação sobre as instituições participativas e, especialmente, os conselhos gestores de políticas, na seção seguinte discorre-se sobre os procedimentos metodológicos utilizados para melhor conhecer o conselho em estudo e identificar possibilidades para seu fortalecimento, por meio da realização do diagnóstico participativo, como segue.

3. Conhecendo o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - Ponte Nova - MG

Com o objetivo de obter informações e fazer uma avaliação da atuação e do funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso da cidade de Ponte Nova - MG, foi realizado um diagnóstico participativo, método utilizado para fazer levantamento da realidade local (CERQUEIRA, 2015), por considerar que as pessoas do local são capazes de diagnosticar, analisar e planejar (MUTEBI, 2004).

Para alcançar o objetivo proposto, primeiramente foi necessário esclarecer que se considera o Conselho uma instituição híbrida e intermediária, que conforma grupos que representam a sociedade e o governo, sendo a ele atribuída personalidade que o diferencia dos grupos nele representados.

Com o diagnóstico pretendeu-se conhecer as potencialidades do Conselho e os desafios impostos ao seu funcionamento, para identificação de problemas a serem superados. Basicamente, buscou-se possibilitar a tomada de consciência dos conselheiros sobre os problemas inerentes ao funcionamento do Conselho, promover a participação dos membros nos processos políticos, proporcionar a planificação de atividades educativas para o empoderamento dos membros do conselho enquanto para sua inserção política e atuação mobilizadora, e contribuir para aumentar o poder de decisão do conselho sobre a política do idoso. Esses objetivos estes em consonância com os destacados por Muiños Gual (2008) para a realização de um diagnóstico participativo: o autoconhecimento da realidade local, a conscientização das pessoas, a dinamização da sociedade ou do grupo, a organização para a ação transformada e o desenvolvimento integral ou o desenvolvimento sustentável.

O diagnóstico foi realizado no período de maio de 2016 a julho de 2017 e contou com ações *in loco*, por meio de visitas ao Conselho (reuniões plenárias), quando da coleta de documentos, durante a realização de grupos focais com seus representantes, na apresentação dos resultados para o grupo e no processo de validação do diagnóstico. Nesse período, também foram realizadas atividades à distância (no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa), reunindo a equipe do projeto (pesquisadores e os voluntários) para planejamento, preparação, acompanhamento e (re)avaliação das ações.

No que se refere às etapas, foram observadas as orientações propostas por Cerqueira (2015, p. 12-13) no “Guia do Diagnóstico Participativo”, adaptadas para este estudo:

ETAPA 1 – Preparação da Equipe – foram identificadas pessoas com habilidades para dialogar: dois pesquisadores, dois voluntários e um membro da comunidade. Foi realizada análise da realidade econômica, social e cultural do grupo que compõe o conselho.

ETAPA 2 - Planejamento – a) definição das funções de cada membro da equipe; b) escolha metodológica para coleta de dados (ferramentas utilizadas: grupo focal, observação não participante com notas de campo, análise documental); c) elaboração do roteiro para o grupo focal (baseado no mapa conceitual de Martins (2015); d) definição de categorias para a sistematização dos dados; e) definição da forma de apresentação dos resultados.

ETAPA 3 - Realização do diagnóstico – realização do grupo focal, coleta de dados documentais, sistematização das informações constantes nas notas de campo e preparação do relatório.

ETAPA 4 - **Sistematização dos resultados** – organização das informações, agrupamento por categorias, elaboração do relatório do diagnóstico. Nessa fase, buscaram-se identificar as potencialidades do grupo e dos atores sociais, identificar a correlação de forças entre os grupos sociais e o poder local, os aliados e parceiros.

ETAPA 5 - **Devolutiva** – Apresentação do resultado para o público-alvo com o objetivo de validar o diagnóstico. Os resultados foram sintetizados, e o resumo foi apresentado aos membros do conselho. Esta fase deu início ao planejamento que envolveu pensar juntamente com o grupo aonde se pretende chegar e quais ações são necessárias para transformar o Conselho e empoderá-lo para se inserir nas discussões sobre a política do idoso no município. Deu-se início ao processo de priorização de problemas e de identificação das causas e dos efeitos. Foi realizada uma análise conjunta dos resultados do diagnóstico.

ETAPA 6 - **Elaboração de proposições ou um plano de ação** – identificação de ações para enfrentamento dos problemas.

A expectativa com a metodologia proposta é que a partir dos resultados do diagnóstico os conselheiros possam melhor compreender o papel que desempenham e comparar com o que é esperado deles e do Conselho. No plano de proposição de ações estão previstas ações educativas, tais como oficinas com o objetivo de fortalecer o Conselho e qualificar o discurso de seus representantes. Outras soluções se encontram apresentadas no final deste estudo, no capítulo em que se apresenta a opinião dos conselheiros sobre “Em que direção Caminhar”.

O impacto social esperado com a realização do diagnóstico é o fortalecimento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Ponte Nova - MG enquanto espaço de discussão das diversas questões que envolvem o idoso, instância de controle social e órgão proponente de políticas públicas.

4. Resultados a partir da realização do Diagnóstico Participativo

Os resultados a serem apresentados nesta seção refletem a opinião dos conselheiros e dizem respeito ao funcionamento do Conselho, ao perfil dos participantes e às expectativas em termos educativos, políticos, deliberativos e normativos. Foram estas as dimensões de análise consideradas para este estudo e com as quais os resultados serão apresentados.

a) Funcionamento do Conselho

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) de Ponte Nova foi criado em 1992, por meio da Lei nº 1.784, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento e Direito dos Idosos, mas, na prática, começou a funcionar a partir de 2003, em 10 de abril, amparado pela Lei municipal Nº 2.675, que criou o Conselho do idoso em caráter permanente, e revogou as leis anteriores. Até julho de 2017, foram realizadas 107 reuniões (4 em 2003, 6 em 2004, 7 em 2005, 9 em 2006, 6 em 2007, 8 em 2008, 6 em 2009, 9 em 2010, 6 em 2011, 8 em 2012, 6 em 2013, 9 em 2014, 9 em 2015, 9 em 2016, e 5 até julho de 2017).

As reuniões ocorreram mensalmente, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (que, em alguns momentos, foi vinculada à área de Habitação). Dessas, 13 foram reuniões extraordinárias. A média de participantes foi de aproximadamente 7 pessoas; a maior participação foi de 16 pessoas e a menor de 3.

As normas de funcionamento do Conselho foram definidas pela Lei Municipal nº 2.675 (2003), que dispõe sobre a estrutura, competências, composição, caráter voluntariado do participante, critérios para a representação, e pela Lei Federal nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, criando o Conselho Nacional do Idoso “a fim de assegurar os direitos do idoso, permitindo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994).

Por meio de documentos e observação não participante, verificou-se que o desenho institucional do Conselho Municipal contempla a figura do presidente, representantes de secretarias e movimentos da sociedade, conforme o Decreto nº 9715 (2014). Possui de um desenho simples, sem estrutura física, orçamento próprio e nem funcionários específicos para o atendimento de suas demandas, e todas as despesas são mantidas com recursos do governo local.

Em termos de funcionamento, primeiramente buscou-se compreender se são garantidas as condições necessárias para funcionar bem, com autonomia, com recursos humanos e financeiros para implementar as suas ações. Embora se observe a dependência do Conselho em relação ao governo local, isso não parece gerar constrangimento, conforme Tabela 10.2. Além disso, o conselho encontra no poder público o apoio necessário e os recursos necessários para realizar as suas ações.

Tabela 10.2: Funcionamento do Conselho dos Direitos dos Idosos PNMG

O que se espera	O que se observa	O resultado
Condições necessárias para funcionar bem, com autonomia, recursos humanos e financeiros para implementar as suas ações.	O Conselho conta com a estrutura da Prefeitura para funcionar, mas apresenta boas condições materiais para manter um processo de qualidade. Existe uma dependência mútua: Prefeitura e Conselho, mas isso não gera constrangimento.	A sociedade não se faz presente. O conselho se encontra funcionando em bom local, conta com a estrutura do poder público para realizar as suas ações, mas a sociedade não o considera seu. Trabalha mais na perspectiva assistencialista. É pouco propositivo.
Estar orientado pelos princípios democráticos, principalmente liberdade e igualdade.	As pessoas são livres para introduzir pautas, para se manifestar. O Conselho é paritário, mas as pessoas não estão em condições de igualdade.	Conselho marginalizado no processo de tomada de decisão sobre assuntos complexos.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

Neste estudo, verificou-se que os procedimentos são bem definidos, o que, de acordo com a base teórica da democracia deliberativa, podem contribuir para alcançar resultados

justos e legítimos (COHEN, 2009). Os procedimentos propostos, segundo os conselheiros, contribuem para que os processos deliberativos sejam de qualidade, garantindo a igualmente em termos de participação e liberdade de manifestações.

De maneira geral, todos os membros do Conselho reconhecem os avanços em termos de paridade, regimento e normatização, que, somados, contribuíram para a institucionalização do conselho. Além disso, eles percebem o conselho como instituição de suporte e parceira do gestor; demonstram as suas potencialidades como meio para que a sociedade possa ter voz, para manter a conquista política para a população idosa. Entretanto, sinalizam a falta de visibilidade do Conselho na sociedade devido a problemas de comunicação interna e externa, falta de ações estratégicas para alcançar e envolver os idosos ou interessados no tema, participação da sociedade civil, local de funcionamento próprio, que permita à sociedade mais fácil acesso, e autonomia financeira. Tudo isso ajudaria a tornar o Conselho legítimo e suas decisões vinculadas às decisões governamentais.

b) Participantes

Ao propor a segunda dimensão de análise – “Participantes”, buscou-se refletir sobre as características das pessoas que formam o Conselho em dois aspectos: “interesse na temática” e “virtudes cívicas”. Esses aspectos são compreendidos como as condições mínimas para que os sujeitos possam contribuir no processo de democratização e, conseqüentemente, para gerar inovação na gestão pública, principalmente aproximando a sociedade do governo.

No que se refere ao interesse na temática, acredita-se que a sua não observância pode resultar em déficit de participação e esvaziamento do espaço público (FUNG, 2004). Nesse caso do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, a composição se dá por meio da representação.

Verificou-se, conforme a Tabela 10.3, que os conselheiros são interessados na temática, mas, ao assumirem as suas funções, lidam com assimetrias em termos de conhecimento, em termos sociais, políticos e econômicos, que impõem desafios para o alcance dos objetivos pretendidos, como o de atuar de forma propositiva em defesa dos direitos da população idosa.

Tabela 10.3: Participantes do Conselho de Direitos dos Idosos – Ponte Nova

O que se espera	O que se observa	O resultado
Interessados na temática.	Os conselheiros são interessados na temática. Assimetrias em termos de conhecimento, social, políticos e econômicos.	A paridade é formal – desigualdades nas capacidades deliberativas.
Virtudes Cívicas.	As pessoas possuem virtudes cívicas e trabalham em sistema de cooperação, mas a representação é desconectada da base. Falta legitimidade.	A renovação ocorre pouco e é não é muito fomentada.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

Os membros do Conselho sinalizam para a necessidade de dar maior atenção ao processo de escolha dos conselheiros e envolver novas entidades. Sentem falta de melhor preparação dos conselheiros para que sejam mais atuantes e possam agir no âmbito da sociedade como multiplicadores.

A formação técnica e política dos conselheiros poderia melhorar na qualidade, representatividade e legitimidade das representações nos conselhos, porque o conhecimento técnico é importante no processo de decisão e de escolha da melhor política. Conhecer melhor os problemas e as consequências de determinada política pode levar os conselheiros a fazer melhores opções. Mas isso não muda o fato de que o vínculo com sua entidade e segmento é o principal elemento de legitimidade (LUCHMANN, 2007, p. 166).

O outro aspecto destacado é a virtude cívica, exaltada na democracia republicana, um sentimento de vinculação por parte do cidadão com a vida pública, com a comunidade, para que se tenha uma orientação para o diálogo em prol de objetivos coletivos em detrimento do interesse particular (MIGUEL, 2003). Nesse sentido, o importante é que os representantes dos segmentos da sociedade mantenham a autonomia pessoal para que, conseqüentemente, se possa manter o vínculo comunitário.

Os conselheiros apontam a forma de escolha dos representantes como um problema. Destacam que a virtude cívica pode ser observada e que os conselheiros trabalham em sistema de cooperação, relatam dificuldades devidas à sobrecarga, pois, além do Conselho do idoso, eles têm outros compromissos sociais. Ainda que reconheçam que se trata de um trabalho voluntário, sinalizaram para a necessidade de maior comprometimento com horários e permanência no local durante os encontros.

Segundo os conselheiros, o problema é o distanciamento entre o representante e o representado, o que resultou na falta de legitimidade do Conselho. Assim, há pouca renovação, o que também está relacionado com a falta de visibilidade do Conselho perante a sociedade e pouca inserção de suas decisões na agenda política da Prefeitura.

c) Efeitos educativos

Com um conselho em funcionamento, segundo Martins (2015) são esperados efeitos para o próprio Conselho, dele para com a sociedade e para com o governo. Em termos de perspectivas de efeitos educativos, nesta dimensão de análise o que se busca é compreender se no conselho é gerado um processo de aprendizagem contínua que, teoricamente, contribui para o aperfeiçoamento das qualidades dos indivíduos (COOKE, 2009; FUNG, 2004).

Assim, buscou-se compreender se o Conselho tem potencial para fomentar as condições em termos de valores e atitudes da sociedade, do governo e de seus integrantes, para que se tenha uma cidadania ativa, qualificando os processos deliberativos e contribuindo para a democratização da gestão pública na implementação de ações em defesa da população idosa.

Conforme se pode observar na Tabela 10.4, o Conselho tem dificuldades para atuar na sociedade, que normalmente o desconhece. Os dados extraídos das atas mostram que a média de participantes em reuniões é baixa, de apenas oito pessoas. Por meio das notas de campo, tem-se registrado que o Conselho funciona de portas fechadas, dentro de secretaria de

governo – atualmente dentro da Secretaria de Assistência Social. Por um lado, os conselheiros consideram a sociedade apática politicamente (mas admitem que encontram dificuldades para informar sobre os resultados das deliberações ao público interessado, principalmente por falta de mecanismos de comunicação) e, por outro, demonstram claramente dificuldades em mudar esta realidade e o resultado é que se tornam um espaço com fins em si mesmo.

Tabela 10.4: Efeitos Educativos para o CMDI-PN

O que se espera	O que se observa	O resultado
Fomentar a consciência cidadã. Conscientizar as pessoas sobre a importância do conselho.	Conselho sem visibilidade na sociedade que, em geral, o desconhece. A sociedade considerada apática politicamente.	Conselho com fins em si mesmo.
Contribuir para tornar o Governo mais reflexivo, mais aberto à incorporação das demandas coletivas.	Poder executivo presente, inclusive exercendo a presidência.	Governo direciona a agenda do Conselho e não o utiliza para inovar na política do idoso.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

Também foi observado que o Conselho contribui pouco para tornar o governo mais reflexivo e mais aberto à incorporação das demandas coletivas. Ao contrário, considerando que historicamente o governo preside este espaço, ele tem exercido forte influência sobre ele, o que não é desejado, entretanto, naturalizado. Segundo os conselheiros, o governo direciona a agenda e não utiliza o Conselho para inovar na gestão pública. Segundo os conselheiros, o poder público deve assumir a responsabilidade por dinamizar este espaço e dar-lhe mais autonomia, e contribuir para que a sociedade possa ocupá-lo e torná-lo legítimo.

d) Efeitos políticos

De acordo com Brugué (2011), a deliberação de qualidade requer boas condições formais e comportamentais, associadas ao envolvimento de pessoas que se comportem de acordo com regras não escritas (como a moral e a ética), igualmente importantes por regular as suas relações e os valores que as rege (BRUGUÉ, 2011).

Para a compreensão dos “Efeitos Políticos”, buscou-se privilegiar os conceitos substantivos, que podem ser associados aos comportamentos dos sujeitos que configuram o conselho. Os resultados serão apresentados a partir da compreensão da forma de agir desses sujeitos.

Primeiramente, buscou-se refletir sobre a atuação dos conselheiros em prol de fomentar o ativismo social e contribuir para fomentar a política do idoso ou para a defesa de direitos dos idosos (Tabela 10.5).

Tabela 10.5: Efeitos Políticos para o CMDI-PN

O que se espera	O que se observa	O resultado
Fomentar o Ativismo Social. Contribuir com ações fora do conselho que dizem respeito à política do idoso ou defesa de direitos.	A sociedade não aparece como protagonista.	Conselho desvinculado dos movimentos sociais.
Contribuir para inovar na gestão pública.	Predomínio de política de <i>cima para baixo</i> .	Situação de subordinação ao poder público e dificuldade em inovar politicamente.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

Embora algumas ações sejam referenciadas, como movimentos para a garantia de uso do transporte público gratuito, o que se nota é que a sociedade não se destaca como protagonista no Conselho e nos ambientes e processos políticos, e que o Conselho se encontra desvinculado de movimentos sociais.

No que se refere à gestão pública local, as contribuições do Conselho para gerar inovação na forma de governar são quase nulas. O que se observa na fala dos conselheiros é o predomínio de política *top down*, resultando na subordinação do conselho ao poder público local.

e) Efeitos deliberativos

A deliberação é a razão de ser do conselho, o que significa que as decisões tomadas neste espaço devem ser fundamentadas e justificadas em processos discursivos, por meio da troca de razões entre os conselheiros que figuram como sujeitos políticos.

Considerando as competências do Conselho dos idosos, as suas decisões devem ser vinculadas às decisões políticas, em termos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a população idosa, incluindo os planos de governo. Além disso, destaca-se o importante papel do conselho em exercer o efetivo controle social sobre o poder executivo.

De tal maneira, com a dimensão “Efeitos Deliberativos”, busca-se compreender a qualidade da deliberação em termos formais que, de acordo com Brugué (2011), requer do Conselho a capacidade de explicar (informar e comunicar), de escutar (organizar-se para acolher as demandas e dinamizar os seus processos deliberativos) e de dar respostas (agir propositivamente, responder às demandas, ser efetivo, além de dispor de recursos necessários para que se tenha a deliberação de qualidade).

Como se observa na Tabela 10.5, o Conselho encontra dificuldades para se comunicar com o público interessado e, assim, para escutá-lo e dar-lhe respostas, o que contribui para seu distanciamento e para enfraquecê-lo como instância de poder. Foi destacada pelos conselheiros a capacidade de se manter o respeito mútuo durante as deliberações, o que tem ajudado a manter interações e articulações importantes (principalmente com o

poder público), inclusive para possibilitar a realização de conferências e de eventos voltados para a população idosa.

Tabela 10.6: Efeitos deliberativos para o CMDI-PN

O que se espera	O que se observa	O resultado
Capacidade de explicar, escutar e responder aos interessados.	Encontra dificuldades para comunicar com o público interessado e, assim, para escutá-lo e dar-lhe respostas.	Nas deliberações, o respeito é sempre mantido, o que ajuda a manter interações e articulações importantes, mas não se encontra vinculado ao público interessado.
Viabilizar condições materiais para agregar o maior número de pessoas na deliberação pública	Encontra-se encolhido na administração pública e com dificuldades para se tornar visível.	Sem autonomia financeira, se depara com limitações para manter um canal de comunicação com o público representado.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

No que se refere às condições materiais para agregar o maior número de pessoas nas deliberações, por encontrar-se funcionando dentro da administração pública, os espaços e recursos são limitados e impõem dificuldades para tornar-se visível e ampliar a sua atuação. Outro desafio é dar sequência às decisões tomadas no âmbito do Conselho, por falta de vinculação às decisões governamentais, fato que o enfraquece enquanto instância política, agravado pela falta de autonomia para o estabelecimento de canais de comunicações efetivos com o público interessado.

f) Efeitos normativos

O processo de institucionalização do Conselho e da política do idoso se deu a partir de normas legais federais e municipais. Para a análise dos “efeitos normativos”, buscou-se compreender quanto os direcionamentos normativos contribuem para consolidar a participação e o controle social no Conselho e para avançar enquanto espaço deliberativo. Esta parte da análise voltada para procedimentos foi fundamentada nas concepções de Cohen (2008, 2009) e Benhabib (2009), que, embora não ignorem conceitos substantivos – como crenças, valores, não discriminação –, se preocupam com as implicações na democracia. Assim, os autores apresentam condições que devem ser satisfeitas pelos arranjos sociais e políticos, como regras claras para o funcionamento.

Buscou-se então compreender se os procedimentos representam possibilidades de aprimoramento das condições formais do conjunto de públicos que interagem no conselho, contribuindo para qualificar os processos deliberativos e se os procedimentos resultam em contribuições para legitimar o Conselho enquanto espaço deliberativo.

Verificou-se, conforme Tabela 10.6, que são estabelecidas condições para que a sociedade seja inserida diretamente nos processos deliberativos, para que as normas de

funcionamento estejam respaldadas em princípios democratizantes e para que os governos vinculem as políticas às decisões do espaço deliberativo. Ocorre que problemas de representação e ausência de ações educativas para a cidadania têm contribuído para a não ocupação do Conselho e para seu atrofamento enquanto instância de poder.

Tabela 10.7: Expectativas de Efeitos Normativos para o CMDI-PN

O que se espera	O que se observa	O resultado
Normas de funcionamento respaldadas em princípios democráticos. Que sejam estabelecidas as condições para a inserção das pessoas nos processos de discussão política.	As regras de funcionamento são claras, de conhecimento dos participantes e pactuadas no próprio conselho.	Extensão, intensidade, responsabilidade e diversidade necessárias para os processos deliberativos, mas a participação direta ocorre aquém do que lhe é assegurado. A ocupação do espaço não ocorreu.
Contribuir para uma gestão mais transparente, para melhorar as formas de prestação de contas e de responsabilizar o governo por suas ações.	Conselho sem visibilidade, sem legitimidade perante a sociedade.	Encontra dificuldades para responsabilizar o governo, para garantir a transparência e publicidade para mecanismos de controles.

Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado pelos autores.

Com o distanciamento da sociedade, esta instância deliberativa encontra dificuldade em utilizar as normas como um incentivo para democratizar a gestão pública. Sem legitimidade perante a sociedade, o Conselho encontra dificuldades para pressionar o governo a agir com responsabilidade e para manter a *accountability* em graus elevados, o que não significa que o governo local não seja democrático e transparente, mas sim que não depende do Conselho para atuar de tal forma.

5. Em que Direção Caminhar?

A partir dos dados obtidos por meio do diagnóstico, foi elaborado um plano de ação a ser validado pelos membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Ponte Nova - MG.

A partir das reflexões apresentadas em torno dos seis eixos principais (funcionamento, participantes, efeitos educativos, efeitos normativos, efeitos deliberativos e efeitos políticos), foi possível identificar desafios a serem superados pelo Conselho, para tornar-se espaço efetivo de diálogo, inserido no processo democrático.

Embora sinalizem dificuldades de inserção política, os conselheiros conhecem as soluções, os caminhos para resgatar o Conselho enquanto instituição política e fortalecê-lo, e alternativas que podem resultar na substituição de discursos dominantes sobre as fragilidades de conselhos por atitudes rumos ao seu empoderamento e à inserção social

nos processos de gestão das políticas públicas.

Os conselheiros deixaram patentes as relações entre a situação observada e a situação desejada, como necessidade de resgatar a política; embates ideológicos e inserção da sociedade nas discussões políticas; capacitação de pessoas e preparação de lideranças políticas capazes de se articularem na rede de saberes e política; tomada de decisão e cidadania.

Coletivamente, explicitaram e apontaram caminhos, como:

Fortalecer o desenho institucional e a autonomia do Conselho para amenizar os déficits de comunicação, ampliar a participação social e promover a inserção dos marginados nos processos políticos.

Promover cursos de capacitação adequados às reais necessidades dos conselheiros, ou seja, para a formação de líderes que saibam enfrentar os desafios de uma rede em torno da política de atenção ao idoso. Além disso, possibilitar escutar melhor a sociedade para contribuir com a inserção dos idosos no ambiente político e econômico.

Rever o processo de eleição de conselheiros para garantir a legitimidade das representações e, assim, promover a aproximação entre o representante e o representado.

Fortalecer as redes de apoio em torno da temática Envelhecimento para se apropriar de conhecimentos, a fim de melhorar as capacidades deliberativas, para instituir um sistema de cooperação que permita ao Conselho se inserir nos processos políticos.

Promover ações para captar recursos via fundo do idoso, para aumentar a autonomia do conselho e dar mais visibilidade às suas ações.

Construir a casa dos Conselhos, um espaço próprio para que os Conselhos funcionem de maneira independente e atraiam mais participação da sociedade civil.

Melhorar a parte de comunicação externa com a criação de página na web, boletins informativos e outros meios de divulgação, visando propiciar maior conhecimento de suas ações e despertar o interesse de pessoas para sua composição ou renovação.

O caminho sinalizado é tornar os processos de deliberação dinâmicos, o que significa, entre muitas coisas, recuperar a capacidade de refletir sobre as decisões tomadas que não estão gerando resultados satisfatórios para o alcance dos objetivos pretendidos. Isso visa, ainda, colocar em pauta, inclusive, a dinâmica do processo decisório para discutir em que condições se delibera, a serviço de quem os conselheiros trabalham, e outros aspectos que lhes permitam proceder à análise crítica de si mesmo. Compreende-se o grande desafio de fazer diferente práticas de políticas top down já naturalizadas. Este parece ser um caminho legítimo a ser percorrido para que o Conselho possa de fato se revestir de poder para influenciar o sistema político administrativo.

6. Referências

AVRITZER, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BARROSO, A. S. Participação da Sociedade Civil em políticas públicas voltadas à população idosa. *Boletim do Instituto de Saúde*, n. 47, p. 33-35, 2009. Recuperado em 02 de fevereiro, de 2018 de <http://www.isaude.sp.gov.br/smartsitephp/media/isaude/file/47-idoso.pdf>.

BOUWEN, R.; TAILLIEU, T. (2004). Multipart collaboration as social learning for interdependence: Developing relational knowing for sustainable natural resource management. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 14, p. 137-153, 2004.

BOYWER, T.J. Popular participation and the state: democratizing and the health sector in rural Peru. London and Swansea: *Institute of Latin American Studies and University of Wales Swansea*, 2003.

Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do idoso. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 2003. Seção 1, p.1.

_____. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jan. 1994. Seção 1, p. 77.

_____. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 68 p., 2007.

CERQUEIRA, L. *Guia do Diagnóstico Participativo: o que é Diagnóstico Participativo*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015. Recuperado em 17 de fevereiro, 2018, de <http://flacso.org.br>.

COHEN, J. Deliberação e legitimidade democrática. In. MARQUES, A.C.S. (organização e tradução). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 85-108, 2009.

COOKE, M. Cinco argumentos a favor da democracia deliberativa. In. MARQUES, A.C.S. (organização e tradução). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 85-108, 2009.

FUNG, A (2004). Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, p. 173-209, 2004.

GAVENTA, J.; VALDERRAMA, C. *Participation, citizenship and local governance. Workshop Strengthening participation in local governance*. Brighton, p. 25-41, 1999.

GOHN, M. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrópole*, n. 07, p. 09-31, 2002.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. *Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2015.

Recuperado em 17 de janeiro, 2018, de <http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2016/02/Envelhecimento-Ativo.pdf>.

LÜCHMANN, L. HELENA. *A representação no interior das experiências de participação*. São Paulo: Lua Nova, v. 70, p. 139-170, 2007. Recuperado em 17 de janeiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a07n70.pdf>.

MARTINS, S. *O exercício da Democracia em Conselhos de Políticas Públicas*. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Centro de Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Recuperado em 17 de fevereiro, 2018, de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>.

MUTEBI, F. Reassessing popular participation in Uganda. *Public Administration and Development*, v. 29, p. 289-304, 2004.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Recuperado em 18 de fevereiro, 2018, de <http://www.scielo.br>.

VALLA, VICTOR V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14, p. 07-18, 1998.

VASCONCELLOS, M.Y.; VASCONCELLOS, A.M.A. Participação para o desenvolvimento territorial: aprendizados, limites e desafios - reflexões a partir de Programa Pará-Rural em Igarapé-Açu, PA. In: MIRANDA, G.; VASCONCELLOS, M. Y.; TEISSERENC, P. (orgs.) *Aprendizagem Territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, p. 157-177, 2016.

Posfácio

Una nueva época, una nueva concepción del envejecimiento. Ciudadanos a lo largo de la vida

Joan Subirats

El mundo está en plena transformación y también lo está “hacerse mayor”. La transformación (parcial, incompleta y desigual) de los roles en los que se encuadraban hombres y mujeres, la emergencia y creciente consolidación de la sociedad del conocimiento, el cambio en las expectativas, una mayor individualización de las trayectorias personales (con menos lazos y vínculos) y una perspectiva de mayor esperanza de vida, hacen que el envejecimiento tenga hoy poco que ver con lo que entendíamos que era hace solo unos años. Por otra parte, estos mismos cambios también están generando desigualdad, precariedad laboral y desempleo, inestabilidad en el entorno laboral y familiar, y hacen que los espacios de socialización y las estructuras de apoyo a las personas mayores que lo necesitan se vuelvan más frágiles y cambiantes.

La conclusión parece evidente: necesitamos nuevas miradas en relación a una realidad que nos está cambiando muy rápidamente y frente a la cual seguimos usando viejos paradigmas. Entiendo que este es el objetivo de esta publicación y mis comentarios en este posfácio solo quieren reforzar esa perspectiva.

La falta de acomodación del concepto de envejecimiento

Acostumbramos a mezclar el hacerse mayor o la ancianidad con decadencia física e intelectual. Al mismo tiempo, las cifras de esperanza de vida, de alargamiento de los ciclos vitales e intelectuales, o la constante presencia de personas adultas y mayores activas en todo tipo de actividades y procesos, nos van desmintiendo nuestras anteriores convicciones y estereotipos. Lo que vamos viendo es que las personas llegan a edades que antes considerábamos como muy avanzadas manteniendo altas dosis de flexibilidad y adaptación. Los hitos vitales con los que dividíamos las distintas etapas de cada quién, ya no nos sirven para seguir distinguiendo niños de jóvenes, jóvenes de adultos o adultos de mayores. Y además somos conscientes de que la cosa se complica si empezamos a diferenciar hombres de mujeres, personas en grandes ciudades o las que viven en zonas de baja densidad, personas con trayectorias laborales centrada en esfuerzos físicos y manuales y personas que han tenido empleos menos exigentes desde este punto de vista. Solo aceptando la pluralidad y diversidad de cada caso, de cada persona, podremos avanzar.

Pero es asimismo cierto que frente a ese relato de carencias y decadencias ha ido planteándose otra visión, que tampoco nos parece satisfactoria. Nos referimos a aquellos que ven la ancianidad o la vejez como una especie de “madurez dorada”, en la que una persona mayor conseguiría con éxito mantenerse activa, autónoma y plenamente responsable. De

esta manera, esas “nuevas” personas mayores dispondrían de muchas nuevas oportunidades. Una especie de “nuevos renacentistas”, que podrían empezar de nuevo en lo que desearan, dedicando tiempo y esfuerzo a nuevas inquietudes y a deseos no cumplidos. Es evidente que ese relato tampoco refleja la realidad multiforme y muy desigual de las personas mayores en cuanto a su disponibilidad de recursos económicos, cognitivos o relacionales.

Más allá de esta lógica binaria y simplificadora, hemos de repensar con ellos y ellas estas percepciones, tratando de recomponer a las personas en su plenitud, superando la fragmentación de problemas y respuestas, y evitando tanto la infantilización (personas que padecen limitaciones significativas en su autonomía personal) como la ilusión de una etapa dorada (hoy por hoy irreal para la mayoría y parcialmente sólo accesible a unos pocos). La manera de repensar esa realidad exige probablemente partir de una concepción de ciudadanía en la que podamos caber todos, sea cual sea nuestra edad, género u origen. Lo que exige reconocer las especificidades que implican vivencias de edades distintas, opciones afectivo-sexuales distintas, creencias y pautas culturales distintas, capacidades y género diferenciadas.

Los valores que entendemos básicos para fundamentar esta visión de ciudadanía desde la que generar una nueva mirada del ciclo vital y con ella, de las personas mayores y de la ancianidad-, serían los de autonomía personal, igualdad y diversidad. Entendiendo estos valores en su articulación y combinación, no como espacios estancos. Por tanto, aceptando que tal articulación puede no estar exenta de tensiones.

Ciudadanía y envejecimiento

No podemos seguir pensando en las personas y su edad como algo sumamente estático y organizado. La situación sumamente “líquida” de las trayectorias personales no permite seguir con esos paradigmas. No hay duda de que la edad cuenta, pero cuenta sobre todo en cada una de las específicas condiciones personales que cada sujeto atraviesa en su devenir vital.

Sin duda un planteamiento más flexible y personalizado complica mucho las cosas a instituciones y dinámicas prestacionales acostumbradas a operar con categorías más estables y homogéneas. La tradición en la que se inscribe la manera de hacer de las administraciones públicas nos habla de “eficacia indiferente”. Es decir, vincula la eficacia (entendida como capacidad de respuesta a demandas sociales) al hecho que no exista diferenciación de la prestación (ya que ello implicaría discrecionalidad y falta de adecuación a una normativa “ciega” ante las diferencias personales). Por contra, los cambios sociales, económicos y culturales de los últimos años han ido relacionando calidad con personalización.

En este sentido, la plena inserción de las personas mayores en la sociedad no pasa sólo por tener garantizadas unas condiciones de vida dignas, disfrutar de la autonomía individual y ver reconocida su especificidad personal y colectiva. Cuando afirmamos que la gente mayor tiene el derecho a gozar de una ciudadanía plena y a participar activamente de manera integral en nuestra sociedad, ello implica que los mayores, como las personas de cualquier otra edad, no pueden seguir siendo simples objetos de atención y de administración. Implica que han de estar presentes en las dinámicas sociales y políticas de cada ciudad y de cada comunidad.

El tema de fondo es como mejorar la calidad de funcionamiento de nuestra democracia. Participar en la vida comunitaria es, desde nuestro punto de vista, tan importante cómo pueda ser tener buena salud y disponer de recursos suficientes para vivir dignamente. Una persona activa y sana es, al mismo tiempo, una persona implicada en lo que la rodea, en el bienestar individual y colectivo. Deberíamos pues aprovechar mejor nuestras potencialidades, fuerzas y capacidades. Y muchas veces vemos como a los mayores se les trata, también en este aspecto cívico y participativo, como personas que están ya de retirada. Hace falta impulsar el papel activo de la gente mayor en el deporte, en las relaciones afectivas, en la capacitación educativa y tecnológica, evidentemente. Pero también hace falta impulsar y canalizar el activismo, las ganas de hacer y de servir de la gente mayor (y del conjunto de personas) en los espacios públicos i en la esfera del voluntariado; es decir, la capacidad de hacer cosas para los demás. Hay temas como la sostenibilidad y la defensa del medio ambiente, donde muchas veces la gente mayor puede ayudar tanto o más que otros, a partir de su conocimiento del país, de sus paisajes, de sus recursos básicos. Porque en su vida, de manera natural, han tendido a aprovechar y recuperar cosas y recursos; hablamos de una manera de vivir que ha sido sostenible sin que muchas veces se haya sido consciente de ello, o simplemente denominándolo de otra forma.

Es preciso ir demostrando y asumiendo que la ciudadanía en general, y la gente mayor en particular, no pueden ser sólo un objeto de gestión, sino que también pueden ser sujetos y protagonistas de esta gestión. Si queremos que el hecho de participar de la gente tenga la dimensión que entendemos necesaria, ello quiere decir relacionar más estrechamente representación y participación, participación y transformación de las condiciones de vida de su propio entorno y de la comunidad que les acoge. Muchas veces se dice, cuando se habla de participación, que siempre son los mismos los que concurren a las convocatorias. Y ello sucede al acostumbramos a entender el participar como ir a reuniones, el escuchar, hablar, debatir, tomar acuerdos y volver a reunirnos. Pero hay mucha gente, y no sólo los mayores, que por participar entiende hacer cosas, i que estas cosas sirvan para algo. Y, sobre todo, que ellos y ellas puedan ser útiles, activos, y no sólo espectadores de un llamado proceso participativo. No se puede ir repitiendo un formato de participación que es accesible sólo para unos cuantos.

Deberemos pensar, por tanto, nuevas maneras de implicar y dar protagonismo a todos, también a las personas mayores. Formatos más ágiles, activos, limitados en el tiempo y donde todo el mundo sea potencial y realmente protagonista. Y ello quiere decir ampliar el sentido de la participación a las cosas del día a día. Ayudarse, cuidar unos de los otros, cuidar los espacios públicos comunes, colaborar con las escuelas, hacer de voluntarios por el civismo, estar presentes en los grandes debates globales relacionados con la paz, la cooperación internacional, la ayuda a los más necesitados,...

La política institucional, entendida en el sentido más estricto y convencional, no es el único escenario de participación, pero sigue siendo fundamental. En ella también pueden y deben estar los mayores, porque cambiar las cosas no es un atributo exclusivo de los jóvenes. Los mayores también quieren cambiar las cosas que no les gustan. No son conservadores por ser mayores.

En definitiva, pensamos que hemos de apuntar a otra manera de entender lo que quiere decir ser ciudadano, y ello también afecta e implica a la gente mayor.

Notas Biográficas

Andréa Bergallo Snizek: Professora Adjunta do Curso de Dança da Universidade Federal de Viçosa - UFV, chefe do Departamento de Artes e Humanidades, Líder do Grupo de Pesquisa - Artes da Cena Contemporânea (CNPq) - e Diretora Geral e Artística do Núcleo de Estudos e Práticas Artístico Corporais - NEPARC. Intérprete-criadora independente e pesquisadora de dança e artes performativas. Realizou pesquisa Pós Doutoral e Doutorado em Motricidade Humana/Dança pela Universidade de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana. Especialista em Educação Psicomotora, pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (RJ).

Andréia Queiroz Ribeiro: Professora Associada do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa - UFV. Coordenadora técnico-científica do Programa Municipal da Terceira Idade/ UFV/Prefeitura Municipal de Viçosa. Coordena o GREENS - Grupo de Estudos e Práticas em Envelhecimento, Nutrição e Saúde. Além disso, é membro do grupo de trabalho CLACSO: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP/CLACSO).

Bruno de Jesus Lopes: É mestre em Administração pelo Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa e Doutor em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da mesma universidade.

Bruno Vasconcelos de Almeida: Pós-doutor em Filosofia (UFMG, 2016; UFMG, 2014). Doutor e mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP, 2010; PUC-SP, 2006). Professor Adjunto IV na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Coordenador de pesquisa do Curso de Psicologia da PUC Minas Coração Eucarístico. Pesquisador do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo (NEPC - FAFICH - UFMG). Membro do grupo de trabalho CLACSO: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP/CLACSO). Integrante do GT Filosofia da Técnica e da Tecnologia (ANPOF). Psicólogo e acompanhante terapêutico.

Camila Oliveira: Graduanda do Curso de Dança da Universidade Federal de Viçosa.

Carmen Pineda Nebot: Licenciada em Ciência Política e Administração pela Universidad Autónoma de Madrid e em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Consultora Independente de Administração Pública. Investigadora do Gegop-Clacso. Membro de Grupos de Pesquisa de Controle Social do Gasto Público do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil. Especialista em temas de Participação Social e Orçamento Participativo. Autora de diversos livros e artigos sobre Participação Social, Comunicação Política, Gestão Pública e Governos Locais. Coordenadora de Pesquisa do GEGOP-CLACSO, Espanha.

Emerson de Paula Silva: Professor do Curso de Teatro da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP e Doutorando em Estudos Literários na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Ponte Nova (2013-2016). Membro do grupo de trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública – Gegop-Clacso.

Evilázio Viana dos Santos: Graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Felipe Alves dos Reis Scaldaferrri: Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa.

Fernanda Bernardino Moreira: Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Atua como membro do grupo de trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública – Gegop-Clacso.

Fernanda Cristina da Silva: Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa e atua no corpo docente do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Viçosa. Além disso, é membro do grupo de trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública – Gegop-Clacso.

Ivan Beck Ckagnazaroff: é professor titular com dedicação exclusiva, do Departamento de Ciências Administrativas e do Cepead da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como membro da Comissão Coordenadora de Pesquisa (CoPe) do grupo de trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública – Gegop-Clacso.

Joan Subirats Humet: Doutor em Ciências Econômicas, Políticas e Comerciais pela Universidade de Barcelona (UB). É professor do Departamento de Ciência Política e Direito Público na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), onde ele também fundou e dirigiu o Instituto de Governo e Políticas Públicas (IGOP). Pesquisador e professor visitante em várias universidades americanas e europeias, ele é um dos autores mais prolíficos das ciências sociais na Espanha.

Luciene Fátima Fernandes Almeida: Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência da Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa. Graduada pela Universidade Federal de Viçosa. Além disso, é membro do GREENS – Grupo de Estudos e Práticas em Envelhecimento, Nutrição e Saúde

Luís Goulart Mendes: Engenheiro elétrico e psicólogo formado pela PUC Minas. Atua como psicólogo na Clínica Social ‘OIKOS: espaço de criação, cultura e fé’.

Miguel Araújo Carneiro Junior: Professor Adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Atua como coordenador do GEPAFE (Grupo de

Estudo e Pesquisa em Atividade Física e Envelhecimento) e do Projeto de Extensão Saúde e Vida – Ginástica para Meia e Terceira Idade.

Nilton Bahlis dos Santos: Coordenador do Núcleo de Experimentação de Tecnologias Interativas (Next)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e do grupo de pesquisa do CNPq "Tecnologias, Culturas e Práticas Interativas e Inovação em Saúde"/Fiocruz. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS)/ICICT/Fiocruz; e Professor-colaborador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Biociências e Saúde (PPGEBS)/IOC/Fiocruz.

Quim Brugué Torruella: Licenciado em Economia e doutor em Ciência Política, é atualmente Professor de Ciência Política na Universidade de Girona (UdG). Anteriormente, ele foi professor da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) e diretor do Instituto do Governo e Políticas Públicas (IGOP) da mesma universidade. Seus campos de pesquisa e publicação são a análise e gestão de políticas públicas, inovação democrática e governos locais.

Ramon Canal Oliveras: Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), foi coordenador de pesquisa do Instituto do Governo e Políticas Públicas (IGOP) e professor associado de ciência Política na UAB. Desde 2016, ele vem conduzindo o Escritório Técnico de Programação da Câmara Municipal de Barcelona. Suas pesquisas estão focadas em governo e gestão pública local, participação cidadã e políticas sociais.

Ricardo Duarte Gomes da Silva: Professor Adjunto na Universidade Federal de Viçosa e atua como pesquisador e Coordenador de Articulação e Difusão Institucional do grupo de trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública – Gegop-Clacso. Também atua como Coordenador Pedagógico da Intermídia Empresa Junior de Comunicação.

Roberto Wakim da Silva Almeida: Bacharel e Licenciado em Educação Física - Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Silvia Maria Magalhães Costa: Pesquisadora do Núcleo de Experimentação de Tecnologias Interativas (Next)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e do grupo de pesquisa do CNPq "Tecnologias, Culturas e Práticas Interativas e Inovação em Saúde"/Fiocruz. Ex-diretora do Departamento de Atenção ao Idoso do Ministério do Desenvolvimento Social e ex-diretora do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC-Brasil). Membro do grupo de trabalho CLACSO: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP/CLACSO).

Simone Martins: Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. Coordenadora do grupo de trabalho CLACSO: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP/CLACSO). Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq em Espaços Deliberativos e Governança Pública.

envelhecimento

ativo

das ações
à política



Realização

